

DIÁLOGOS EM PESQUISA E EDUCAÇÃO:

CONTRIBUIÇÕES DA
ELACULT E LINHAS DE
PESQUISA DO CLAEAC

Organizadores:

Bruno César Alves Marcelino

Cristiane Dambrós

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo

Luciano Alexandrino dos Santos Junior

Natália Martins de Oliveira Gonçalves

Organizadores

Bruno César Alves Marcelino

Cristiane Dambrós

Danielle Ferreira Medeiros da Silva de Araújo

Luciano Alexandrino dos Santos Júnior

Natália Martins de Oliveira Gonçalves

Diálogos em pesquisa e educação: contribuições da ELACult e Linhas de Pesquisa do CLAEC



1ª Edição
Foz do Iguaçu
2024

© 2024, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Capa: Gloriana Solís Alpízar

Revisão: Os organizadores

ISBN 978-65-86746-40-2

DOI: <https://doi.org/10.23899/9786586746402>

Disponível em: <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/118>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Diálogos em pesquisa e educação [livro eletrônico]:
contribuições da ELACult e Linhas de Pesquisa do CLAEC /
organização Bruno César Alves Marcelino, Cristiane Dambrós,
Danielle Ferreira Medeiros da Silva de Araújo, Luciano
Alexandrino dos Santos Júnior, Natália Martins de Oliveira
Gonçalves. - Foz do Iguaçu, PR: Editora CLAEC, 2024. PDF.

Vários colaboradores.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-86746-40-2

1. Educação. 2. Cultura. 3. Tecnologia. I. Título.

CDD: 370

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e autoras, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC
Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Dra. Betania Maciel
Diretora Vice-Presidente

Dr. Fábio do Vale
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de
Araújo
Editora-Assistente

Dr. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdetaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

- Apresentação** 5
Os coordenadores
- La foto de lo que se oculta: su relación con lo ciclo del café y la modernización brasileña** 8
Marina Medef Torres de Carvalho
DOI: 10.23899/9786586746402.1
- Pedagogia do acolhimento discente e bem-estar docente: memorial e relato sobre ingresso à carreira de educadora na área de ciência política** 22
Renata Peixoto de Oliveira
DOI: 10.23899/9786586746402.2
- Teorias feministas e neoliberalismo: debates contemporâneos** 50
Danielle Tega
DOI: 10.23899/9786586746402.3
- Ethos discursivo e jornalismo de revista: a construção da imagem nas entrevistas da Cult** 66
Vanessa Calvo Guerra
DOI: 10.23899/9786586746402.4
- Projeto Enegrecendo a Academia: novas reconfigurações no processo de construção de saberes** 90
Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Sarah Carime Braga Santana, Victória Sara de Arruda, Walkyria Chagas da Silva Santos
DOI: 10.23899/9786586746402.5
- Paisagens pós-humanas: conjecturas para um olhar ancorado na perspectiva fronteiriça** 109
Cristiane Dambrós
DOI: 10.23899/9786586746402.6

Apresentação

O presente Dossiê une pesquisas desenvolvidas no âmbito das Linhas de pesquisa do CLAEAC e de reflexões advindos dos cursos ministrados na ELACult nos últimos anos. O Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEAC tem como objetivo central a realização de estudos e análises de ações, projetos, programas e políticas desenvolvidas na área da cultura entre os países que integram a América Latina.

Entre suas formas de atuação desenvolve pesquisas com base nos fatores culturais da América Latina. O CLAEAC abarca três linhas de pesquisa: Linha 1: Teorias e Métodos das Ciências Humanas e Sociais; Linha 2: Linguística, Literatura, Artes e Cultura Latino-Americana; Linha 3: Dinâmicas socioterritoriais, ambientais e culturais da/na América Latina; e, Linha 4: Sociedades, Educações e Direitos Humanos.

Para valorizar a produção intelectual dos pesquisadores das linhas de pesquisa do CLAEAC, estamos publicando este Dossiê que reúne reflexões, estudos, relatos de experiência, produzidos individual ou coletivamente pelas Linhas, a partir de reflexões realizadas ao longo desse processo intelectual e que contribuirá para futuros estudos na Academia.

Além disso, integra conteúdo de cursos ministrados no âmbito da Elacult. A Escola Latino-Americana de Altos Estudos em Cultura – ELACult, é uma unidade acadêmica de formação no nível médio e superior na modalidade de cursos livres e de extensão, voltada para a produção e difusão de conhecimento na área dos estudos em cultura na América Latina.

A ELACult vem ao longo de três anos ofertando cursos de extensão no formato virtual, inovando no formato de democratização da ciência e agregando de forma acessível conteúdos vinculados a história, intervenções culturais, processos migratórios, cooperação internacional, educação patrimonial, por exemplo.

Para valorizar a produção intelectual dos professores-conteudistas da ELACult, agregamos a esse Dossiê reflexões que foram realizadas ao longo desse processo formativo e que contribui para futuros estudos e ofertas educacionais na Academia.

Este Dossiê reúne cinco textos que dialogam sobre educação e os desafios da contemporaneidade em diferentes áreas como artes, cultura e sociedade.

No artigo intitulado *La foto de lo que se oculta*, se aborda a análise e a observação da fotografia de Marc Ferrez, um dos mais importantes fotógrafos do século XIX do Brasil. O artista explorou o ciclo do café e a imagem da modernização brasileira, com

uma vasta produção fotográfica sobre o desenvolvimento do país. Também é abordado neste artigo a importância do documento fotográfico e da imagem, para a construção da imagem brasileira.

O texto *Pedagogia do acolhimento discente e bem-estar docente: memorial e relato sobre ingresso à carreira de educadora na área de ciência política*, trata-se de uma reflexão centrada em um memorial e relato de experiência. Discute-se quanto às abordagens pedagógicas mais tradicionais e sua relação com o sofrimento docente e discente. Além disso, o texto apresenta, para além dessas reflexões, relatos de experiências em sala de aula com o uso de metodologias ativas e não convencionais. Propõe uma pedagogia que seja do acolhimento e que isso envolva, inclusive, profissionais da educação.

O artigo *Teorias feministas e neoliberalismo: debates contemporâneos*, é fruto de discussões teóricas e políticas construídas ao longo e após o curso “Teorias feministas e neoliberalismo: debates contemporâneos”, realizado entre os meses de maio e abril de 2021 na Escola Latino-Americana de Altos Estudos em Cultura (ELACult), unidade acadêmica de formação do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC. Após uma breve apresentação do curso, o texto oferece contribuições baseadas em teóricas feministas, pontuando o controle dos corpos na sociedade capitalista; as desigualdades de classe, gênero e raça; o reconhecimento de que o feminismo está em processo e em disputa e os desafios diante da ascensão da extrema direita, do neoliberalismo e da pandemia de covid-19. Por fim, defende a necessidade de uma práxis feminista contra-hegemônica para o enfrentamento da atual distopia neoliberal.

O texto *Ethos discursivo e jornalismo de revista: a construção da imagem nas entrevistas da Cult*, analisa uma das principais revistas especializadas em cultura com uma característica intelectual dos últimos anos. Através da Análise de Discurso da Linha Francesa, a intenção deste artigo é demonstrar como essa imagem tanto da revista, como do entrevistado, está sendo construída.

Já o texto *Projeto Enegrecendo a Academia: novas reconfigurações no processo de construção de saberes* apresenta um projeto extensionista que serviu como fundamento para o curso da ELACUL Direitos Humanos em português, apresentado pelas professoras doutoras Danielle de Araújo e Walkyria Chagas. O texto reúne as contribuições dos coordenadores do Coletivo Dandaras na execução de projeto educacional antirracista em diálogo com teorias e epistemologias críticas.

Por fim, o texto *Paisagens pós-humanas: conjecturas para um olhar ancorado na perspectiva fronteiriça*, analisa a dinâmica das paisagens fronteiriças sob uma

abordagem multi e transdisciplinar, que engloba temas como paisagens multiespécies, culturas, conhecimento científico, pós-humanismo e relações entre humanos e não-humanos, apontando a importância de se ampliar nossa reflexão sobre o futuro de nossos povos, territórios e não-humanos.

Espera-se que este Dossiê possa contribuir para manter ativas as pesquisas e estudos em curso dentro do CLAEC e, para além disso, subsidiar novas pesquisas na esfera acadêmica, oportunizando novas reflexões e, por conseguinte, uma transformação criativa da realidade.

Os coordenadores

La foto de lo que se oculta: su relación con lo ciclo del café y la modernización brasileña

Marina Medef Torres de Carvalho*

Aunque está muy bien tratada y explorada, la historia de Brasil siempre nos invita a volver a algunos hechos analizados. Ya sea por la visión de un nicho diferente, de otra forma de ver la historia, o de una manera distinta de contarla. La cuestión es que siempre, aunque sea con las mismas palabras, la historia está interconectada de forma diferente. No digo que no haya una sola historia del país, sino todo lo contrario. Brasil es un país donde la historia es siempre la misma, ¿la diferencia? Detalles ocultos o expuestos. Ya sea en la formación económica, social, racial, artística, los detalles son siempre capaces de abrirse o cerrarse, de exponer u ocultar, de construir o destruir.

El significado de la modernización en Brasil entra en esta lógica, al igual que su significado. El desarrollo es el fruto de lo que elegimos mostrar. Las grandes naciones nos lo demuestran hasta la actualidad. Se construye y detalla el significado de Brasil y su importancia. La historia sigue una línea trazada, muy bien instruida. No es que esté exponiendo aquí detalles que nunca estuvieron en los contactos, pero es exactamente porque no están estampados en los libros o en la historia conocida de Brasil, porque son detalles contruidos.

La imagen y el documento fotográfico

La historia de Brasil, y especialmente su historia económica, se divide en ciclos. Desde su ciclo más grandioso de la madera de Brasil, pasando por el ciclo de la caña de azúcar, el oro, el caucho, hasta llegar a lo que elegí recortar aquí, el ciclo del café. Es con el café, que aunque no tiene su origen en Brasil, que el país se destaca, convirtiéndose en un símbolo de modernización y desarrollo. Con el grano de café ve la importancia del ferrocarril, de la conexión del interior con los puertos. Así, el periodo crea las premisas para la industrialización y la modernidad del país.

* Pesquisadora Associada das Linha 2 - Linguística, Literatura, Artes e Cultura Latino-Americana e Linha 3 - Dinâmicas socioterritoriais, ambientais e culturais da/na América Latina. E-mail: marinamedef@gmail.com

Resgata-se a ideia de "[...], del desarrollo del mercado, la rápida expansión del ferrocarril, la aparición de las primeras industrias. Este período precede y crea las condiciones necesarias para la industrialización de Brasil" (SILVA, 1986).

Es importante destacar que el período del café en Brasil pone de relieve el desarrollo de las relaciones y la historia de las relaciones en Brasil. Ya sea laboral, racial, de explotación, de exportación. La llegada de la modernidad al país trae también un desarrollo de la industria y la formación de la sociedad industrial brasileña. En la región sureste de Brasil, en los estados de Minas Gerais, Río de Janeiro y São Paulo, se desarrolla el ciclo del café. En consecuencia, el café trajo el desarrollo a estas regiones, que poco a poco se convirtieron en centros urbanos del país.

Es en la región cafetera donde el desarrollo de las relaciones capitalistas es más acelerado y es allí donde se encuentra la mayor parte de la naciente industria brasileña" (SILVA, 1986).

La sociedad y la creación del paisaje fotográfico

El café también fundamenta y crea las bases de la sociedad brasileña. Se crean las nuevas "relaciones de producción", que en el caso de Brasil no son tan nuevas, ya que gran parte de la fuerza de trabajo del ciclo del café es fruto de la fuerza de trabajo sobrante del ciclo del oro y del ciclo del azúcar (es incluso en este momento cuando aparecen las migraciones internas de Brasil, donde los esclavos de los ingenios del Nordeste son enviados al Sudeste, para ser la fuerza de trabajo del nuevo bien de exportación del país).

Durante la primera mitad del siglo XIX, las plantaciones de café se desarrollaron sobre la base de la mano de obra esclava. Los cafeteros encontraron los esclavos necesarios para el desarrollo de las plantaciones gracias, en parte, a las migraciones internas, es decir, gracias a la compra de esclavos procedentes del Nordeste y, especialmente, de Minas Gerais, donde había un número relativamente importante de esclavos "disponibles", dada la decadencia de las actividades de las minas de oro, muy desarrolladas en esa provincia durante el siglo XVIII (SILVA, 1986).

Con el ciclo del café, se aumenta la demanda de esclavos en Brasil. La necesidad de mano de obra era inminente. Así, una enorme cantidad de esclavos desembarcó en Brasil. Poco a poco, la posición de Brasil en el mercado del café se fue ampliando. En la década de 1840, el café representaba más del 40% del valor total de las exportaciones brasileñas. Al convertirse en un producto indispensable para el mantenimiento de la

economía brasileña/el ciclo de reproducción económica de Brasil, su necesidad de trabajadores fue siempre en aumento. Así podemos ver cómo los esclavos y el régimen de esclavitud estuvieron presentes en el país y sostuvieron (y aún sostienen hoy) sus formaciones de la historia del trabajo en Brasil.

Pero, sin duda, África fue la principal fuente de esclavos para el café. Furtado estima que el número de esclavos que entraron en Brasil durante la primera mitad del siglo XIX fue de más de 750.000 y menos de 1.000.000, es decir, entre 15 y 20.000 de media al año." (SILVA, 1986).

Pensando en estos ciclos económicos de Brasil en contraste con las otras economías de América Latina, observamos cómo los países se incluyen gradualmente en el "marco de la economía mundial". Con el advenimiento del desarrollo, observando las nuevas colonias independientes, en sus primeros años de regencia y oligarquía, es posible analizar una nueva relación con el trabajo. La aparición de nuevas "unidades esclavistas" y una visión de la esclavitud como un posible programa de desarrollo.

En el marco de la economía mundial capitalista del siglo XIX, el oeste de Cuba, el valle inferior del río Mississippi y el valle del río Paraíba do Sul destacaron por el dominio que ejercían sobre la producción mundial de azúcar, algodón y café. En estas regiones surgieron nuevas unidades esclavistas, cuyas plantas de producción rompieron con los patrones que prevalecían en el mundo atlántico" (MARQUESE, 2010).

Esta mirada al desarrollo de Brasil se unifica con la apuesta por la esclavitud. Según el historiador Alencastro, Brasil apostó por la elección de la esclavitud. Esa regla fue determinada por una elección de la élite brasileña de los años 20, una elección por la esclavitud. Poco a poco el mundo comenzó a cuestionar estas opciones y alrededor de la década de 1880, pero específicamente en 1863, (con el fin de la esclavitud en los EE.UU., por la firma de la Proclamación de Emancipación del presidente Abraham Lincoln) Brasil comenzó a verse con cierta obligación de revisar sus opciones anteriores. El cuestionamiento del fin de la esclavitud estaba presente, pero era una estructura que mantenía el imperio brasileño, mantenía la élite, la nobleza, todo el sistema en el que se basaba la creación de Brasil.

Es con este pensamiento que podemos observar uno de los eventos de mayor estructura en la historia de Brasil y en la historia de la formación del pueblo brasileño. Se basaba en los orígenes del trabajo manual y esclavo, que tenía una macroestructura

para mantenerse y continuar en pleno funcionamiento. A través de esto, se inició un movimiento para que fuera posible demostrar la esclavitud como parte inherente del proceso de desarrollo brasileño. Era necesario mostrar a un país que pasaba por un proceso de modernización y que no abandonaba la esclavitud, que los cuerpos negros eran herramientas de trabajo, ya incorporadas al paisaje. Marc Ferrez ya era un fotógrafo establecido en Brasil, en el siglo XIX. Durante su vida profesional experimentó la mayoría de los avances y creaciones de la fotografía de la época, desde el daguerrotipo en 1839, hasta las cámaras más modernas y con mayor portabilidad. Fue uno de los nombres que trajo la fotografía y sus innovaciones al país. Ferrez era hijo de Zeferino Ferrez, un escultor francés que llegó a Brasil alrededor de 1817, como parte de las misiones artísticas francesas y fue uno de los fundadores de la escuela de bellas artes de Río de Janeiro. Además, Zeferino fue quien desarrolló las monedas del primer reinado y también desarrolló una producción de tubos de hierro que creó gran parte de la estructura de saneamiento básico de Río de Janeiro con la llegada de la familia real a Brasil.

Zeferino fue también uno de los fundadores de la sociedad de la industria en Brasil. El fotógrafo Marc Ferrez tiene gran parte de su trabajo fotografiando mejoras urbanas en Río de Janeiro, especialmente fotografías de acueductos. Ferrez fotografió no sólo un país, sino gran parte de su proceso de modernización y urbanización.



Figura 1 – Marc Ferrez. Obras de abastecimiento de agua de Río de Janeiro: Río do Ouro: vista general del acueducto, puente, cajas de reunión de aire, etc., 1876-1882. Río de Janeiro, RJ / Archivos FBN



Figura 2 – Acueducto del Corcovado - Marc Ferrez - 1895, Río de Janeiro. Instituto Moreira Salles

Es importante analizar la fotografía de Ferrez junto con la capacidad de documentación de la fotografía. Pensar la fotografía como un documento histórico, fruto del conocimiento de una tecnología específica. Analizarlo como un documento de tiempo y hechos históricos.

En cuanto a sus fotografías, especialmente las del ciclo del café, es importante pensar en el destino de esta imagen y en el porqué de su creación. Ferrez no realiza un informe, sino que explora y muestra la apreciación y la importancia del régimen de la esclavitud en Brasil. Las diversas fotografías tomadas por Ferrez, que documentan y registran la producción de café en el Valle del Paraíba, fueron una de las mayores publicidades de la industria. Fue invitado por el Centro de Cultivo y Comercio a tomar fotografías que mostraran todo el desarrollo que estaba experimentando Brasil y cómo la esclavitud era una parte inherente a todo ello. Era una oposición al frente abolicionista que estaba creciendo en el país.

El reconocimiento y la proyección internacional del fotógrafo, así como las imágenes expuestas en gran formato, pretendían llamar la atención del público

visitante y dar un valor añadido al producto nacional que buscaba diferenciarse de la competencia." (MUERE, 2017).

La importancia de la lectura de las imágenes de Ferrez estriba en pensar inicialmente en la fuerza que tuvo la esclavitud en la historia de Brasil, en cómo se retrata y se ve y, sobre todo, se presenta. La fotografía sirve como documento para analizar el peso de la esclavitud en la formación social del país en el siglo XIX y, en consecuencia, en la formación del Brasil actual.

Reconocimiento de los cuerpos negros y del espacio de trabajo

En las fotografías son importantes varios detalles, pero sobre todo la "historia de las pequeñas cosas", como dice Ynaê Santos Lopes. Como ya se ha dicho, la historia de Brasil está formada por detalles ocultos o expuestos, presentados o no. Es importante destacar que las fotografías de Ferrez fueron diseñadas, es decir, hay un escenario diseñado, una organización diseñada, un ángulo estudiado, un espacio diseñado para la fotografía.



Figura 3 – Marc Ferrez. Salida para la cosecha de café/ Vale do Paraíba, c. 1885/ Colección Instituto Moreira Salles



Figura 4 – Marc Ferrez. Esclavos en el patio de una plantación de café en la región de Vale do Paraíba/ Vale do Paraíba, c. 1882/ Colección de Gilberto Ferrez/ Colección del Instituto Moreira Salles

Los esclavos posaban para el fotógrafo y permanecían en lugares específicos. No llevaban su ropa de trabajo, desgarrada. Llevaban su "ropa de domingo", que cubría las marcas de la esclavitud y mostraba más bien una armonía, un ambiente sin violencia. En sus fotografías no presentaba un día de trabajo, sino un día de trabajo previsto para ser expuesto. Es importante destacar que estas imágenes se produjeron a petición de los cafeteros y se vendieron a países del extranjero. También compusieron exposiciones que hablaban del café en el extranjero, con la idea de aumentar aún más las exportaciones y normalizar el régimen de esclavitud. Uno de los ejemplos es en 1884, cuando se realizó una exposición de sus fotografías en San Petersburgo¹ donde se realizó una producción de un jardín de invierno que incluía una degustación de los mejores tipos de café de Brasil. La exposición fue visitada por el zar Alejandro III y la

¹ TELLES, Angela Maria Cunha da Motta. **Do Rio para o mundo na rota do café**: as exposições nacionais e internacionais de café organizadas pelo Centro da Lavoura e Comércio na década de 1880. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, vol. 53, ano 2020.

familia imperial rusa. También incluyó una ornamentación de granos de café y una exposición de sus ramas, acompañada de fotografías de Marc Ferrez.

El ambiente que Ferrez crea en sus fotografías es extremadamente armonioso. Es una construcción que rezuma la armonía de la naturaleza con la civilización, incluso en uno de los momentos más confusos y conflictivos de la historia de Brasil. En las fotos de Ferrez no hay conflictos, son pacíficas. Son paisajes muy bien integrados a los intereses de la época de cómo quisieran mostrar la civilización brasileña. Es una historia de cosas ocultas.

La columna vertebral de la sociedad brasileña

Las fotografías de Ferrez nos insertan en una parte importante de la columna vertebral de la sociedad brasileña: el trabajo esclavo. Es en las formaciones de trabajo y en los legados representados y presentados que nos aclaran la formación social y racial de Brasil. En las fotos podemos ver varios detalles que nos recuerdan estas relaciones y cómo todo este movimiento no sólo muestra una estructura, sino una estructura que se conecta consigo misma, que precede y forma parte de una formación.

Es posible analizar en las imágenes la división del trabajo esclavo por género. Ciertas divisiones muestran cómo se debe utilizar el trabajo, casi una catalogación de las posibles labores que el esclavo podía y hacía. Algunas para hombres, otras para mujeres. Estas divisiones también nos muestran la ascendencia que presentaban los esclavos que fueron traídos a Brasil. Son herramientas e instrumentos que forman parte de la historia del trabajo, pero se apropian de una gran ascendencia generacional, de un conocimiento transmitido, como es el caso de la cestería, presentada en fotografías. El conocimiento de las poblaciones afrodescendientes presenta un enorme conocimiento del trabajo y también del mundo del trabajo. Presenta la historia de la esclavitud en Brasil y especialmente de los esclavos. Hay una naturalización del trabajador y del lugar del trabajador.



Figura 5 – Marc Ferrez. Esclavos en la cosecha de café - Colección Gilberto Ferrez - Colección del Instituto Moreira Salles

También destacan la estructura y jerarquía del trabajo y la figura del capataz. Las fotografías muestran una armonía entre la jerarquía y la sumisión a la misma por parte de los sometidos. Una demostración de cómo se constituyó el trabajo. También nos enfrentamos a la exhibición no sólo de una gran parte de la historia del país, sino por la elección de una muestra de trabajo, un proyecto de nación.



Figura 6 – Detalle de la imagen de Marc Ferrez Esclavos en el patio de una plantación de café en la región de Vale do Paraíba/ Vale do Paraíba, c. 1882/ Colección Gilberto Ferrez/ Colección del Instituto Moreira Salles

Relación entre las imágenes y la construcción de una imagen de Brasil

Las fotografías retratan los cultivos. Así como también retratan el orden que se presenta en ellas, de una fotografía planificada, de una elección de disposición de los cuerpos, especialmente de los cuerpos negros. Presentan el ordenamiento de los cuerpos, pero ocultan la violencia, está completamente velada, borrada, escondida. Esto choca completamente con los informes de viajeros de la época, como Debret o Paul Harro Hering, que en sus relatos exponen la violencia, el tráfico, la venta de negros, su llegada al territorio. A continuación presento el relato de James Henderson², muy influyente sobre la llegada de los barcos negreros a Brasil en su libro *Historia de Brasil*:

Los barcos de esclavos que llegan al Brasil presentan un terrible cuadro de miseria humana, ya que las cubiertas están atestadas de seres tan estrechamente estibados como es posible, cuyos melancólicos rostros negros y cuerpos desnudos son por sí mismos suficientes para horrorizar a un individuo no acostumbrado a tales escenas, independientemente de las dolorosas reflexiones relacionadas con la consideración de las degradantes circunstancias y condición de esta porción de la humanidad. Un gran número de ellos, cuando se les ve proceder de los barcos a los almacenes donde van a ser expuestos para su venta, parecen realmente esqueletos andantes, especialmente los niños; y la piel, que apenas parece adecuada para mantener los huesos unidos, está cubierta de una enfermedad repugnante, que los portugueses llaman sarna, pero que puede denominarse más propiamente escorbuto. Los pobres desgraciados se someten a dolorosos remedios para prepararlos lo antes posible para el mercado. Si la visita a las calles de los almacenes destinados a su recepción está motivada por el deseo de satisfacer la curiosidad, los sentimientos provocados por esta escena pronto harán que el visitante se aleje con lástima y asco. Se les amontona sin tener en cuenta el sexo, y se les hace sentarse en filas en el suelo, siendo por turnos forzados a ponerse de pie, con el propósito de exhibir sus poderes corporales a un comprador. Los negros se han vuelto muy caros; los que hace tres años se podían adquirir por treinta y cinco o cuarenta libras, ahora valen sesenta o setenta. (HENDERSON, 1821).

Las fotografías de Ferrez y el relato de Henderson datan de épocas diferentes, de ciclos distintos. El relato de Henderson se remonta al inicio de la esclavitud en Brasil, en el pico del ciclo del oro. Las fotografías de Ferrez datan del final de la esclavitud, muy cerca del final de la abolición de la misma. ¿Adónde fue a parar tanto sufrimiento? ¿Tanto dolor? ¿Desapareció simplemente?

² HENDERSON, James. **A history of The Brazil**; comprising its Geography, Commerce, Colonization, Aboriginal Inhabitants. Longman, Hurst, Reed Orme and Brown, Paternoster-Row. London, 1821.

Ferrer forma parte de un movimiento que intenta cambiar la visión de la esclavitud y el trabajo en Brasil. Contribuye a crear un imaginario que sitúa a los esclavos como componentes prácticamente paisajísticos de la escena. Son parte de la fotografía, del sistema cafetero, del sistema de desarrollo de Brasil. Son parte del espacio de trabajo y esto es exactamente lo que la élite brasileña quiere exponer al mundo. Una imagen construida de la civilización. Con una mirada distante, rostros sin expresión, sin asombro. Una pasividad total. Son imágenes construidas. Construido para omitir lo que es y ha sido parte de Brasil durante todos los años.

"Registra estos cafetales desde la perspectiva del mundo blanco. Y no se trata de un mundo blanco cualquiera, sino desde la perspectiva del mundo terrateniente. De un mundo que está en ruinas y hace una última apuesta por la esclavitud." (LOPES, 2019).



Figura 7 – Granja no identificada. Marc Ferrez, 1880. Colección Gilberto Ferrez, IMS

Una cuestión que queda clara es la de los marcos que elige Ferrez. La mayoría de ellos muestran todo el sistema de fincas cafeteras y con tomas abiertas, demuestran los espacios, la amplitud, la posibilidad que ofrecía Brasil. A medida que las fotografías se enmarcan con más maquinaria, la presencia del cuerpo negro desaparece. Entonces

empiezan a aparecer los inmigrantes blancos, los asalariados, no los esclavos. Está muy claro y determinado que cuando el enfoque del trabajo es manual, la presencia de los negros es fuerte y a medida que se desarrolla y moderniza, su presencia disminuye. Esto demuestra y representa una visión muy tosca y rígida del cuerpo negro en relación con los cuerpos que realizan actividades manuales, muy lejos de la modernidad, especialmente en el mundo del trabajo. Es una incompatibilidad narrada y apoyada por la élite brasileña de la época.

"Lo que parece, en parte de estas fotografías de Ferrez, es que hizo un inventario de las posibilidades de acción de estos hombres y mujeres negros, sobre todo los esclavizados, pero en algunos casos casi no importa si eran esclavos o no. En cuanto al espacio que podrían ocupar en ese universo de trabajo." (LOPES, 2019).

Relación con la esclavitud y el espacio de trabajo determinado

Como se ha dicho anteriormente, la no presencia de los negros, especialmente en los lugares de trabajo relacionados con la modernidad, la tecnología y la innovación, forma parte de la experiencia republicana brasileña. El modelo a favor de la esclavitud fue elegido para reaccionar ante la nación.

La presencia de esclavos en las calles del país era constante, especialmente en Río de Janeiro y Salvador, y en las más diversas áreas, siempre que estuvieran relacionados con el trabajo manual y el gran esfuerzo físico. En el campo, la zona de la maquinaria tiene una presencia muy pequeña, casi sin olor. Y este estereotipo es una forma de mantener la política de inmigración europea a Brasil.

Los cafetales brasileños, así como las imágenes de Ferrez, siempre mostraron una clara búsqueda de modernidad e invasión, asociada a una nueva construcción de la civilización. La cuestión es que siempre ha estado muy claro que no era la intención de la élite brasileña demostrar un plan civilizador y una modernidad alejada de la esclavitud. Esa era la imagen que se estaba construyendo de Brasil, un espacio donde los sirvientes se comportan, trabajan de forma pasiva, sin ningún tipo de revuelta y violencia, pero sabemos que eso sólo queda en las imágenes dibujadas.

Es muy claro algo que aún hoy en Brasil se combate, la imposibilidad de pensar el cuerpo negro en otros espacios de trabajo. Es un legado de la colonización y la esclavitud la cosificación del pueblo afrodescendiente al trabajo manual, agotador, sin uso del intelecto, o cualquier actividad que no haya sido realizada por un esclavo en la historia del país.



Figura 8 – Esclavos en la cosecha de café, Río de Janeiro, 1882. Marc Ferrez. Colección del Instituto Moreira Salles

Conclusiones

Un aspecto importante a tener en cuenta al analizar las fotografías de Ferrez es que algunas de ellas se produjeron cuando la esclavitud ya se cuestionaba en Brasil. Ya existía un movimiento abolicionista muy fuerte no sólo aquí sino en todo el mundo. La presión para el fin de la esclavitud era muy alta y ponía en riesgo toda la estructura del imperio brasileño.

La distancia que crean las imágenes para mostrar todo el sistema de producción de café demuestra la funcionalidad y modernidad que quieren mostrar en las fábricas. Es importante entender la esclavitud y especialmente la apuesta y la elección por la esclavitud como elemento de estructura de la sociedad y del Brasil de hoy. Las imágenes de Ferrez denuncian la esclavitud o cualquier violencia en ella, incluso si no fuera por los pies descalzos no veríamos que son esclavos, porque parecen trabajadores comunes. Por mucho que Ferrez muestre una sociedad esclava, se cubre de una violencia apaciguada.

Por lo tanto, es evidente la capacidad de documentación de las fotografías y una elección de Brasil que permanece hasta hoy, la omisión de algunos detalles. Para Brasil, la esclavitud no existió ni existe, así como en varios años no hubo dictadura militar ni tortura, así como en los tiempos actuales no ha habido un golpe de estado ni ningún tipo de corrupción o falta de respeto al estado. En los países latinoamericanos, como Brasil, lo que se muestra cuenta, pero no sólo lo que se muestra, sino sobre todo lo que se elige mostrar y lo que se elige ocultar.

Referências

LOPES, Y. S. “**MARC Ferrez: Território e Imagem**” Produção Instituto Moreira Salles. Edição de Sergio Burgi e Fabio Riff. Parte da exposição “Marc Ferrez. Território e Imagem”. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 07 de dezembro de 2019 a 15 de março de 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=KDYoMTcduXc>.

MARQUESE, R. B. **O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão**: o caso da fazenda Resgate. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. São Paulo.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e as origens da indústria no Brasil**: por uma nova cultura política. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

Pedagogia do acolhimento discente e bem-estar docente: memorial e relato sobre ingresso à carreira de educadora na área de ciência política¹

Renata Peixoto de Oliveira*

Introdução

Minha formação em ciência política começou desde muito jovem quando ingressei na graduação em ciências sociais e, de lá para cá, foram décadas de estudos na pós-graduação, uma experiência já considerável como pesquisadora da área e como docente. Foram anos de estudos, projetos de pesquisa, redes de pesquisa, filiação à associações da área, congressos, seminários e publicações. Devoto um profundo amor à ciência política e uma grande paixão pelas Relações Internacionais. Mas também já senti muito cansaço.

Minha infância se deu em pleno processo de redemocratização do Brasil e fui formando o meu caráter sonhando com um país livre da alta inflação, que tivesse pago sua dívida externa, superado as abissais desigualdades sociais. Os noticiários, as reportagens nos jornais, as campanhas eleitorais sempre me atraíram. O sociólogo Betinho foi um grande exemplo para mim, já adolescente. A escolha pelas Ciências Sociais no vestibular foi algo natural, embora pretendesse cursar comunicação social para trabalhar com jornalismo político naquela época. Mas este último curso tinha um perfil mais técnico e era um curso mais elitista, mais difícil de aprovação, mudei minha opção e me apaixonei pela minha área. Que o caminho era a ciência política, dentre as opções que tinha ao fazer ciência social, era algo já nítido desde o primeiro semestre, o

¹ Dedico este texto aos meus professores(as), aos meus alunos(as) e a todos(as) os(as) colegas de profissão que me auxiliaram nesta caminhada através das oficinas, textos, cursos e capacitações ministradas. Também dedico aos profissionais que trabalham com terapias alternativas e holísticas que me alertaram sobre a importância da saúde e do bem-estar preservados.

* Cientista social e mestre e doutora em ciência política pela UFMG. Docente e pesquisadora da UNILA. Pesquisadora associada da linha 4 do CLAEC. E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br

encontro com a Política Internacional, algo que aconteceu na metade do curso, foi um encontro avassalador.

Mas, nem tudo era tão apaixonante assim. A ciência política também era cansativa com sua mania de beber nas fontes anglo-saxônicas, com a hegemonia das abordagens institucionalistas e da escolha racional, pelos artigos lidos repletos de gráficos e números, pela falta de um olhar sobre a América Latina e o Caribe, ou outras regiões como a Ásia ou a África. Além disso, em tempos de metodologias bancárias na educação, era tudo muito monótono, passivo, expositivo. Não existia muito espaço para o debate, para a inovação, para trocas. A vantagem era que eu conseguia prestar atenção, amava ler e estudar e gostava de ouvir meus professores e professoras. Aquilo me abria a mente, mas reconhecia que era monótono e cansativo. Ou me questionava sempre sobre a contextualização daquelas obras, daquelas escolas de pensamento. Na maior parte das vezes, não líamos livros inteiros ou artigos, mas cópias de capítulos de livros. Também não existiam muitos recursos tecnológicos.

Na pós-graduação segui um caminho outsider, aquela pessoa simpática, boazinha mas esquisita que não roda modelo no computador, não é institucionalista da escolha racional e estuda países latino-americanos. E ainda gosta de relações internacionais. Encontrar a UNILA foi um alento, uma possibilidade de encontrar minha turma e ter a possibilidade de diálogo. Entendam, por favor, não quero deixar aqui a impressão de que não tive bons momentos e de que não fiz boas amizades naqueles tempos, é que eu não conseguia me inserir academicamente.

Infelizmente, os trabalhos burocráticos e administrativos, as comissões e colegiados, as demandas das atividades de ensino, são tão complexas em uma universidade oficialmente bilíngue, mas, na prática plurilíngue e plurinacional.

A pesquisa é uma atividade desafiadora no país, principalmente com um processo proposital de desmonte da pesquisa nos últimos anos, soma-se a isso as demandas outras que recaem sobre o corpo docente e as demandas da dimensão reprodutiva que sobram para as mulheres, pesquisar, escrever e publicar se torna um artigo de luxo. Acontece que ainda o mundo acadêmico nos brinda com outros desafios muito próprios das realidades institucionais, como, por exemplo, os grupos de pesquisa e os projetos se desenvolveram muito em função dos laços de amizade e afinidades pessoais, que, por sua vez, também se relacionam a posicionamentos e grupos políticos dentro da universidade. O isolamento que contradiz a integração e a inserção se colocam como mais um obstáculo. Aqui não é nem que a ciência política canse, mas o fato de a

realidade e o cotidiano de quem se dedica a pesquisa neste país e em instituições periféricas cansarem e desanimarem.

Os desafios acabam gerando frustrações, levando a buscas incessantes, iniciativas, planos, projetos, fracassos, recomeços e no meio disso tudo, o amor pela sua área sendo colocado à prova, seja na academia como fora dela. Quando me torno alguém que atua na área, não existe mais encantamento, promessa, entusiasmo com a política, é muito diferente do que se animar com a democracia aos cinco anos de idade.

O grande entusiasmo que senti foi quando em 2013 fui apresentada de forma detida e direcionada a um conjunto de obras e reflexões provenientes do paradigma decolonial. O impacto daquilo sobre mim foi considerável e me fez mudar de perspectiva. Contudo, três anos depois, passei por um profundo desafio pessoal e enfrentei um estado de depressão que me tirou da rota por completo. Eu vivi um relacionamento intenso e abusivo que me afetou profundamente. O meu nível de adoecimento mental foi tamanho que tive que fazer terapia, cogitei um tratamento psiquiátrico e me afastei do trabalho por estar doente.

Naquela época se desenrolava toda a tragédia brasileira em função do impedimento da presidenta Dilma, que naquela época muitos de nós sabíamos ser sem fundamento, mas que atualmente, temos a confiança de dizer que todos(as) sabem o que motivou o golpe sofrido pela democracia com o seu processo de *impeachment*.

Este seria um fato a ser devorado por uma cientista política que por obrigação do ofício tinha que estar acompanhando tudo, entendendo tudo, mas eu estava doente. Eu não consegui acompanhar, analisar, refletir sobre um dos acontecimentos mais importantes do Brasil republicano. A minha própria condição cognitiva em relação ao fato ficou prejudicada, eu não consigo compreender as etapas, as datas, o desenrolar e o desfecho. É como se eu não morasse aqui, como se fosse alguma coisa que aconteceu em outro país, você não viveu aquilo e precisa pesquisar, buscar informações porque não consegue compreender bem o que aconteceu, como se deu o fato. Tenho apenas um *flash* de algo acontecendo no congresso, a televisão ligada, estava relacionado ao afastamento da presidenta, mas eu andava de um lado para o outro chorando por conta do que tinha vivido na esfera pessoal. Sentia uma tristeza pelos rumos do país, mas não tinha espaço em mim para prestar atenção àquilo. Por que estou contando tudo isso para você leitora ou para você leitor, porque precisam entender o que se seguiu durante quase dois anos da minha vida como consequência desse processo de enfermidade. Eu me afastei da minha área de estudos e da minha profissão, eu perdi totalmente o interesse por ela e passei a trabalhar no automático. Eu me concentrei na minha cura,

me valendo de terapia, mas também de terapias holísticas e alternativas, investi na literatura, passando a ler muitos textos literários, fiz aulas de dança e, por fim, acabei realizando diversas formações. Eu possuo certificados de Reiki, *Theta Healing*, meditação, barra de access e até terapia com hipnose. Foi um período no qual produzi textos, organizei livros, orientei, dei muitos cursos na universidade, mas, internamente minhas grandes preocupações, meus interesses, minhas leituras favoritas não tinham nada a ver com política. Minha sensação era de que enquanto áreas, as coisas continuavam como sempre, os mesmos velhos debates, os mesmos grupos de trabalho nos congressos de sempre, as mesmas pesquisas sobre coisas irrelevantes enquanto o mundo estava repleto de gente sofrendo, incluindo eu mesma e para o qual não podíamos mais olhar esperança, eram tempos sombrios.

Eu pude recorrer aos meus conhecimentos recentemente adquiridos e participar de eventos voltados à comunidade acadêmica sobre bem-estar e saúde emocional, além de ter propiciado momentos de meditação, prévios à algumas de minhas aulas, de forma aberta a quem quisesse participar. Foram momentos interessantes, válidos, lindas experiências.

Meu reencontro com a ciência política se deu em um outro momento singular para entendermos a política no Brasil contemporâneo: a prisão do ex-presidente Lula. Lembro-me de ter passado a tarde acompanhando a transmissão da mídia ninja, inconformada, emocionada e bastante preocupada com o jogo político que se delineava no Brasil, naquele momento. Lembro-me que durante a noite acordei, bastante nervosa, praticamente em crise, tamanha angústia de perceber o que estava se passando no país. Um julgamento político, enviesado, tramado com objetivos eleitoreiros para atingir a maior personalidade política do país e dar continuidade ao projeto de varrer um partido político do mapa, algo em curso desde 2016. Ali havia acabado toda a previsibilidade e tive medo, receio de sofrer perseguições, censuras, se algo havia acontecido com um ex-chefe de Estado da envergadura de Lula, que tipo de legalidade a se esperar para outras pessoas ou segmentos como professores, cientistas políticos, ativistas e etc. Naquele momento, percebi a necessidade de me reconectar com a minha profissão, com os estudos e pesquisas políticas. Não viver mais no automático, valorizando questões referentes à multidimensionalidade, evolução espiritual, bem-estar, e voltar minha atenção para o mundo material, as relações sociais, a economia, a sociedade, a política. Eu tive um reencontro com minha profissão, com minha área, da qual me sentia cansada, desinteressada. Busquei um sentido, a partir de questões concretas que afetam os rumos da democracia brasileira. Decidi me decidir a estudar a crise da

democracia liberal, me atualizar adquirindo novas bibliografias e criar uma nova disciplina para o mestrado de Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD).

Foi uma grande oportunidade, quando tive a possibilidade de realizar um debate atual, necessário, de engajar minha turma e de experimentar dinâmicas distintas que animaram nossos encontros. A partir daquele momento, a ciência política despertava em mim um novo interesse, como se tivesse me enamorado novamente. Tudo ganhava relevância, importância e oportunidade.

Acredito que tive a tarefa de me reapaixonar pelo meu campo e minha área através do contexto político brasileiro já que isso também me indicou alguns caminhos. O cansaço sempre fez parte desse relacionamento, de certa forma, já que temos uma área bastante colonizada e pela prevalência do *mainstream* que acaba determinando temas, agendas e espaços de debate e reflexão. Muitas vezes, os eventos, os grandes eventos de Ciências Sociais, Ciência Política e Relações Internacionais não destacam estudos latino-americanos e caribenhos ou estudos africanos, novas epistemologias do sul, teorias críticas, às vezes, não possuem o espaço necessário. Parece ser mais viável encontrar o seu lugar em associações e eventos regionais ou de países vizinhos.

Propor mudanças nos planos curriculares, nas referências bibliográficas das disciplinas, também perfazem este caminho de mudanças necessárias. Incluir mais autoras mulheres, ou, obrigatoriamente ter, ao menos, uma aula sobre teorias sobre gênero e feminismo, e trazer autores e autoras negras e debates apropriados para pensarmos questões étnico-raciais e políticas foi um dos movimentos realizados. Buscar diversificar os temas, as escolas, as perspectivas, as nacionalidades dos(as) autores(as) trabalhadores(as), os idiomas dos textos são essenciais nessa perspectiva de mudanças, atualização e mesmo para uma disciplina que possa melhor cumprir sua função em uma aprendizagem que faça sentido, que seja significativa, que colabore, de fato, para trazer diferentes lentes de interpretação da realidade de modo que os(as) cursistas possam transitar, conhecer, indagar e melhor se identificar com os debates que muitas vezes parecem tão abstratos, distantes ou sem muito sentido.

É possível valorizar um debate interseccional, trazer diferentes perspectivas e que privilegiam um olhar vindo do sul global, explorar a produção acadêmica de diferentes países e regiões e não apenas do mundo anglo-saxão. É necessário plasmar os debates por um viés interdisciplinar e transdisciplinar, caminhando com maior facilidade entre a Ciência Política e as Relações Internacionais, mas, também entre a História, a Sociologia, a Antropologia, a economia, a filosofia, a literatura, o cinema, as artes

plásticas. É possível trazer materiais, ferramentas, linguagens e propor atividades que englobam, que agreguem e que estimulem.

Isso torna o trabalho mais interessante e atrativo, não apenas para os(as) jovens e estudantes ingressantes, mas, sobretudo para docentes, após anos e anos utilizando-se dos mesmos textos, de debates muito similares, sem grandes diferenças e saltos em relação ao que estudou nos bancos universitários em sua formação. Ao nos permitirmos pensar em interfaces com nossos interesses, com questões atuais, podemos encontrar o encanto, a vontade de estarmos ali, contribuindo, mas também vivendo e aprendendo, experienciando novas oportunidades de visitar temas e questões antigas, mas nos abrindo para o novo.

Isso não implica em imunizações contra o desânimo, a sobrecarga e algumas frustrações recorrentes na vida docente, mas confere ânimo e coragem em muitos instantes.

O fato de pertencer à linha de pesquisa 4 do CLAEC também me motivou a engendrar reflexões sobre política e educação. A descrição da linha, no site do CLAEC é bastante sugestiva

“A linha de pesquisa se constitui no desenvolvimento de estudos sobre processos ensino-aprendizagem, formação de educadores, avaliação e proposição de políticas educacionais que contribuam na diminuição das desigualdades sociais. Também investigará elementos que constituem as sociedades globais abrangendo direitos humanos, democracia, trabalho, justiça social, direitos e relações internacionais” (CLAEC, 2023).

Para me aproximar mais aos objetivos da linha do CLAEC, decidi resgatar minha trajetória profissional e de vida, além de buscar me aprimorar em questões didático-pedagógicas. Registrei um projeto de pesquisa em minha instituição, neste sentido: Ensino de Ciência Política e Relações Internacionais no ambiente universitário: metodologias e ferramentas, arte e cultura e novas epistemologias. Parte da empreitada até previa algumas publicações. Até considerei escrever um livro autoral, mas o tempo comprometido para a pesquisa me levou a considerar que parte do que já havia escrito poderia ser transformado e adaptado para um texto, no caso, este que apresento.

Este memorial e relato apresenta várias subseções com foco em aspectos importantes a serem considerados nesta reflexão de vida e trajetória profissional, mas podemos perceber que apresenta inclinações e se divide em duas partes. Em um

primeiro momento, os relatos sobre formação, ingresso na carreira, chegada na instituição de ensino e percepções tomam conta do texto, já em um segundo momento as ferramentas pedagógicas, as práticas, as atividades realizadas ganham relevo. Mas não são temas desconexos, dois textos em um. O importante é perceber como tudo está interconectado e hoje como docente estou mais próxima do ser humano que me tornei e que desejo ser.

Cursos, currículos e a fogueira das vaidades

O mundo acadêmico parece ser fascinante, com várias oportunidades para aprendizado, troca, conhecimentos. Mas, é preciso salientar que também é um ambiente tóxico, desafiador, marcado pela alta competitividade, pelo individualismo e pela vaidade. Como espaço de status e poder as universidades contemporâneas foram responsáveis pela institucionalização de diversos campos do conhecimento, mas também refletiram através do machismo e do racismo institucional, os preconceitos, clivagens sociais e as segregações que marcam, estruturalmente, sociedades excludentes seja pelo capitalismo, como sociedades de países centrais como pelo capitalismo tardio em sociedades com passado colonial, como as nossas.

Os grupos minorizados da sociedade sempre tiveram dificuldades de acesso e permanência aos assentos acadêmicos, o que dizer de se tornarem professores e pesquisadores destas instituições que, historicamente, se voltaram a formar os filhos das elites.

É preciso problematizar as universidades e seu ambiente, ao passo que é igualmente importante defender o conhecimento, a cultura e a ciência, reconhecendo o papel das universidades, principalmente em sociedades que carecem em termos de desenvolvimento social, científico e tecnológico e que ainda enfrentam uma onda de desvalorização científica como um movimento global.

Podemos destacar duas dinâmicas para entendermos o *modus operandis* do mundo acadêmico em seus aspectos negativos, que seriam os objetivos a serem aqui tratados, uma dimensão individual e outra coletiva, política que traz à tona questões como gênero, sexualidade, diversidade e raça.

Começaremos o debate tratando desta dimensão individual, reconhecendo que é uma tarefa difícil isolar por completo o individual do coletivo. Mesmo assim, vale o esforço, pois estamos diante de sociedades marcadas pelo cansaço e pelo adoecimento mental, que se tornaram endêmicos assolando jovens e profissionais em todo o mundo. Os problemas de sociabilidade, de relações interpessoais de inclusão nos ambientes de

estudo e trabalho vêm merecendo atenção de profissionais de diferentes áreas como pedagogia, psicologia e recursos humanos. Já com uma mirada coletiva e estrutural precisamos reforçar que o pessoal também é político e determinados grupos minorizados ou minoritários mesmo enfrentam grandes dificuldades em ambientes marcados pela busca do status pessoal e manutenção do status quo excludente. Vivemos um período marcado por radicalizações, polarizações, pós-verdade, fake news, a politização de questões morais e religiosas, e, ainda, a despolitização do próprio debate político, diante de tamanha desinformação e fanatismo. A ciência também foi duramente atacada nos últimos anos, pelo desmonte, pela falta de investimentos, pelo negacionismo. Trata-se de um projeto político, de algo planejado, almejado com finalidades e propósitos, mas também precisamos observar o quão distantes a academia e, em particular, a Ciência Política e as Relações Internacionais estão da sociedade, e da comunidade no entorno da universidade. Poucos são os projetos de extensão, as ações, os eventos, as publicações, o envolvimento com questões comunitárias ou voltadas às mesmas.

Surge uma professora: como a educação formal pode ser social e decolonial

Ser professora é de fato algo inusitado por que é visto como uma vocação quase sacerdotal, um dom que nos acompanha desde sempre ou uma espécie de missão civilizadora. Nunca soube ao certo o que queria ser e na adolescência queria ser jornalista, correspondente internacional. Gostava de ler, de cultura, de idiomas, de geografia e de história. Mas, no vestibular prestei para Ciências Sociais, pois Comunicação Social era muito concorrido e elitista. As Ciências Sociais poderiam ampliar minha visão de mundo e se quisesse ainda o jornalismo isto seria algo em aberto. Durante a graduação na UFMG, mergulhei no curso, aprendi, me interroguei, questionei, mesmo sendo sempre uma aluna quieta, tímida como sempre. Ver meus professores atuando me fez achar interessante a vida acadêmica, mas não era um interesse em ser docente, era em pesquisar, aprender, seguir sempre aprendendo um pouco mais. Assim, decidi que o mestrado seria algo pra mim.

Eu estudava, me preparava, era organizada e aplicada, mas não tinha total confiança de que fosse ser aprovada na seleção. Fiz o melhor que pude e entrei. Enquanto escrevo, surgem as lembranças e todas as sensações. Da confiança ao desespero, da certeza ao “no ano que vem eu tento de novo”. Tudo isso aconteceu, antes de saber por uma amiga da faculdade que a lista de aprovados(as) tinha saído e meu nome estava lá pregado na porta. Até me lembrei de um sonho que passei a cultivar quando estava quase terminando o ensino médio, o de ingressar na UFMG e estudar na

FAFICH, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Quando eu fui ao campus me familiarizar e reconhecer o terreno para quando fosse fazer a prova do vestibular da segunda etapa, eu olhei bem para o prédio de concreto armado da FAFICH e disse pra mim mesma, que um dia eu estudaria ali. E no meu primeiro dia de graduação eu me lembrei disso e pisei com o pé direito, e respirei fundo e pensei, eu consegui. E, depois no mestrado eu já estava acostumada a entrar ali todos os dias, mas quando ainda estava no mestrado eu entrei, pela primeira vez para dar aula, como professora, eu pensei naquilo novamente. Eu que sonhava em ser aluna, entrava para ser professora por acaso e por necessidade. Surgiu um edital para professora substituta do departamento de Ciência Política, o meu departamento, o primeiro do Brasil. Participei da seleção e fui aprovada com a missão de em poucas semanas ter a ementa pronta e dar início às aulas em dois cursos, um diurno e outro noturno. O salário, naquela época, para uma mestranda, era baixíssimo e ainda tinha que dar aula no primeiro horário da manhã e no último da noite em dois dias da semana. Como não tinha carro, grande parte do salário era destinado a pagar a van que me levava para a casa, na periferia de Belo Horizonte, no final da noite. Ser professora surgiu assim como uma oportunidade de ter algo interessante no currículo e de viver a experiência, aprender com ela.

O primeiro dia foi terrível. Lembro-me de ter chegado suando frio, tremendo, sem saber ao certo o que fazer, como me comportar. Eu tinha um roteiro de aula, tinha lido os textos e preparado a exposição. Além disso, tinha o plano de ensino pronto para apresentar. Entretanto eu não sabia o que fazer e tinha medo. A experiência foi bem esquisita. Antes de entrar fui ao banheiro e joguei água fria no pescoço e respirei bem fundo. Em sala, me apresentei apressadamente e com vergonha, busquei ser simpática e escrevi algumas informações no quadro. Fiquei de frente para a turma e expliquei no que consistia a disciplina. Tinha uma linha de frente atenta, cordial e receptiva e cerca de 90 por cento da turma que não se importava e que me olhava com desdém e desprezo. Não prestavam atenção e não davam credibilidade, nitidamente por serem filhos da elite e por serem jovens, com toda a pretensão de olhar para uma jovem professora pobre como se não fosse ninguém. A experiência noturna foi melhor, mais gentil e tranquila.

Naquela época, eu decidi refletir sobre como ser uma boa professora. Eu me lembrava dos meus professores, mas não no sentido mais comum de mimetizar e de trazer suas referências para as minhas aulas. Eu pensava naquilo que eu não queria me tornar, que eu não queria fazer, não queria repetir. Eu queria ser, ao menos, alguém que não repetisse aquilo que não gostava em meus antigos professores, por mais que tivesse melhores impressões do que impressões negativas.

Eu queria ser alguém organizada e que o meu semestre fosse bem planejado. Queria ser alguém dócil, agradável e de quem meus alunos e alunas nunca tivessem medo. Ainda queria muito que as coisas fizessem sentido, que cada tema, a sequência dos assuntos, fizesse sentido, tivessem uma razão e as turmas entendessem os contextos envolvidos. E mesmo reconhecendo que por minha pouca idade e pouca experiência eu ainda tinha muita coisa para aprender, eu queria passar o que eu sabia da melhor forma, me fazer entender. Eu queria explicar com calma e repetir para retomar e fazer sentido. E, que o que escrevesse no quadro não fossem rabiscos com sentido apenas para mim. Eu queria que minhas aulas fossem aulas para as pessoas e não para mim. Com o tempo eu fiquei feliz em saber que meus estudantes entendiam minha aula e que ela os ajudava de verdade e que eram gratos(as) e reconheciam meus esforços e o valor do meu trabalho. Naquela época, me aproximei da maior parte das minhas turmas e até participei de eventos sociais, fiz amizades que duraram um tempo e tenho boas recordações daquela época. Foi naquele momento que comecei a me sentir à vontade com o fato de ter me tornado uma professora. Nenhum problema nisso, muito pelo contrário. O único inconveniente foi o fato de que essa minha experiência coincidiu com o meu doutorado, um período muito difícil no qual passei a duvidar seriamente das minhas habilidades de ser uma boa pesquisadora.

Passados alguns anos, feito meu estágio de doutorado na Universidade da Flórida, defendido minha tese e tendo prestado alguns concursos para docente, surgiu a oportunidade de um edital de processo seletivo simplificado para a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, a UNILA. Foi dessa forma que fiz as malas e em menos de um mês já havia me mudado para a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, para começar minha trajetória nessa universidade.

Corpo discente, aprendizagem e interação

Para continuar a falar sobre minha trajetória como professora, preciso antes me desvendar como aluna, como mulher, como pesquisadora em um ambiente tão competitivo. Sou filha única, uma criança muito sozinha e tímida. Na infância não tinha amigos ou amigas, além do contato com alguns primos e primas, principalmente, quando já finda a primeira infância. Como aluna, sempre fui aplicada, mas quieta, na adolescência surgiram amizades no colégio, mas a timidez ainda era considerável. Apenas com as aulas de história do professor Eustáquio dos Santos eu e meus colegas fomos incentivados a ir ao quadro, explicar a matéria para toda a turma, depois da explicação do professor. Ao fazermos isso, ganhávamos pontos. Quanto maior a participação e o engajamento nas aulas e exposições, mais pontos. Foi ali que comecei

a desenvolver o pouco da minha oratória e interesse pela área de humanidades. Também foi ali que comecei a mais admirar o trabalho docente e me espelhar em alguém. Ao longo de minha passagem pelos bancos escolares tive vários e várias professoras, e, alguns, em especial me marcaram bastante não tanto pelo seu conhecimento, mas pelo seu carisma, pela sua habilidade de comunicação e pela facilidade pela qual despertavam interesse.

Foi assim que, quando me vi diante do desafio de assumir minha primeira turma, sem ter antes recebido nenhum tipo de capacitação, treinamento ou formação mínima para tal, pensei no que fazer. E a primeira intuição foi, se eu não sei muito bem como fazer, preciso, pelo menos, estabelecer algo, uma espécie de compromisso pessoal. Quero me espelhar nos professores e professoras que mais me inspiraram e evitar repetir algumas coisas que não me agradavam.

Dessa forma, estabeleci um objetivo que julgava fundamental, no meu curso, meus alunos e alunas precisam me entender, eu preciso me fazer entender e as informações precisam ser contextualizadas. Em grande parte da minha formação, as disciplinas de graduação eram um amontoado de textos sem qualquer sequência cronológica ou referência a escolas de pensamento e seu período. Assim, em minhas aulas de teoria política, passei a tentar estabelecer algo que eu mesma julgava como essencial para um melhor entendimento da evolução do pensamento político e social, bem como de uma relação entre as ideias e o contexto social, econômico, cultural e político. Assim, uma preocupação inicial minha era de que o curso fizesse sentido, a ordem de cada tema a ser trabalhado, uma explicação sobre o contexto, algo biográfico sobre autores(as), características daquela escola de pensamento do qual faziam parte. Os debates desconexos, soltos, ainda mais de textos que muitas vezes, líamos aos pedaços, me causavam estranheza.

Outro ponto que julguei importante observar ao encarar o desafio de construir um plano de ensino, foi o de evitar os famigerados e insossos fichamentos como um fim em si mesmos. As atividades meramente robóticas, sem expressão, automáticas e que pudessem levar a uma fácil solução para se alcançar o que parecia ser mais importante, a nota, passaram a ser evitadas por mim. Foi desse jeito que passei a propor mais tarefas individuais como testes, *quizzes* e trabalhos feitos em grupo, que não fossem a tradicional forma de seminário para apresentar um texto.

Com a prática, vi que também precisaria buscar novas formas de evitar aquilo que não queria, desinteresse, esperteza, utilitarismo. Bem, queria trabalhos e atividades que, de fato, foram aptos a estimular o pensamento crítico, a interpretação de texto, a

qualidade da escrita e com um sinal evidente de que o(a) discente havia compreendido a matéria, minimamente. Com o tempo, até os trabalhos em grupo foram abolidos, porque passei pela experiência de identificar que o mesmo havia sido quase totalmente plagiado da internet. A real aprendizagem se tornou, desde aquele início, um grande mote para minhas aulas, não me via como alguém que deveria, por obrigação profissional, adentrar a sala e despejar conteúdo, brilhar, o máximo possível e passar grandes obras e obras grandes. Eu tinha um objetivo como educadora, fazer com que os cursos e suas aulas fizessem sentido, tivessem um contexto, que minha fala fosse objetiva, sintetizadora, capaz de chegar a maior parte dos(as) alunos(as). Os textos deveriam ser antes avaliados por mim, escolhidos a dedo para perceber se seriam adequados para estudantes calouros(as) ou nos primeiros semestres, podendo ser substituídos, acompanhados de textos de comentadores(as) ou merecerem um reforço na exposição docente. Já as tarefas avaliativas passaram a serem testadas constantemente, por dois motivos, um por que eu mesma precisava me aprimorar, entender o que eu queria alcançar como objetivo do curso, e, outro motivo por que precisava da experiência daquelas atividades para ver o grau de dificuldade, a aceitação por parte da turma, os resultados posteriores e as possibilidades de atualizar, modificar, alterar os exercícios propostos.

Nisso, a interação com a turma foi se mostrando fundamental, mesmo que eu soubesse e me portasse sempre de modo a demonstrar o meu papel como docente, de alguém que cumpre uma função laboral para a qual foi designada por sua formação e por ocupar um determinado cargo, cabendo a mim a tarefa de elaborar, organizar e ministrar um curso, era também fundamental observar o resultado disso entre os alunos(as), o retorno e a eficácia do que estava sendo proposto.

Isto é um limiar importante nessa profissão, perceber a diferença entre ter obrigações laborais que te levam a realizar algumas tarefas de determinada forma conforme as normas institucionais, e como executar suas tarefas cotidianas como educadora e usufruir da sua liberdade de cátedra.

É fundamental a interação de qualidade com a turma, afinal de contas, esta profissão lida diretamente com o público. Lidamos, basicamente, com jovens, adolescentes e jovens adultos. Esta é uma fase bastante desafiadora e complicada, já que para a maior parte deste público este é um momento de incertezas quanto ao mercado de trabalho, quanto à orientação sexual ou identidade sexual, para algumas pessoas, quanto à vida amorosa, as relações familiares, as tribos e as amizades, a sua autoimagem. Além disso, no que tange a vida universitária, existem pressões e expectativas familiares, autocobranças e exigências das próprias instituições de ensino

que elevam, consideravelmente, o desgaste emocional, a ansiedade e as frustrações dos jovens.

Os adultos tendem a romantizar a juventude como um período feliz, sem preocupações, repleto de alegrias, novidades, conquistas e descobertas, mas não podemos desconsiderar os desafios enfrentados pela juventude, ainda mais em tempos tão incertos. Precisamos olhar para a juventude com empatia, reconhecimento, precisamos ver e fazê-los entender que são vistos. A interação entre alunos e professores é, antes de tudo, uma relação entre pessoas e seres humanos. Parece óbvio, mas não é assim que funciona na maior parte dos casos. Os(as) discentes, geralmente, apresentam medo, vergonha, receio ao interagir com seus professores e isso precisa mudar. É preciso manter o respeito que deve ser mútuo, importante frisar, mas é fundamental criar confiança, empatia e humanizar as relações.

Universidade para integrar e incluir: diversidade cultural

A UNILA é uma universidade bastante singular em seu projeto e seu cotidiano, a proposta de uma universidade para a integração latino-americana é algo inovador, mas muitas pessoas não sabem como funciona a sala de aula da UNILA, por exemplo. A sala de aula da universidade é um caldeirão cultural, com pessoas vindas de diferentes partes do estado do Paraná, da região da fronteira trinacional, do estado como um todo e de todas as regiões do Brasil, além disso, temos estudantes de diferentes países da América Latina e do Caribe. Estudantes indígenas, com visto humanitário e refugiados, através de editais específicos, chegam à universidade a cada semestre. A instituição é oficialmente bilíngue, e isto implica dizer que os editais, os processos seletivos, os concursos, as avaliações e trabalhos de conclusão de cursos apresentam versões em português e espanhol ou podem ser elaborados nos dois idiomas. Mas, o cotidiano de nossas interações é ainda mais plural pois temos estudantes cujas línguas maternas podem ser o Quéchua, Aymara, Guarani, Criolo haitiano ou mesmo estudantes que interagem e se expressam em outros idiomas como o francês e o inglês.

Os sons e a musicalidade de nossas falas e intervenções nos corredores, bancas, aulas é singular nesta multiplicidade de idiomas. É desafiador para qualquer docente se inserir neste contexto, entender as perguntas, intervenções, se fazer entender, também, de modo a permitir o bom funcionamento dos cursos.

A primeira vez que adentrei a uma sala de aula na UNILA, não tinha noção de como essa diversidade cultural funcionava na prática, até me ver diante de uma turma composta por discentes de dois cursos diferentes, de dois períodos distintos, com

perguntas sendo feitas em diferentes idiomas com os sotaques mais diversos. Eu tive até dificuldade de entender estes diferentes sotaques e mesmo identificá-los e precisei me acostumar bastante até conseguir agir com mais naturalidade ao responder em espanhol uma pergunta em espanhol e em português uma pergunta em português ou tecer breves comentários que auxiliassem estudantes haitianos em meu limitado francês.

Não temos como integrar sem incluir. A universidade sobre a qual me debruço revisando e revendo minha experiência docente surge de um projeto que prima pela integração latino-americana, pela valorização dos saberes e das culturas de diferentes países. Acontece que isso, por si só, não garante a integração social de nossa comunidade. Muitas vezes, se formam guetos, grupos distintos em que as pessoas se reúnem, conversam, fazem trabalhos juntas apenas com quem possuem afinidades ou pessoas da mesma nacionalidade ou que falam o mesmo idioma.

Além disso, no formato das aulas tradicionais e bancárias temos que muitas pessoas, seja pela nacionalidade, pelo idioma que falam, por timidez, por alguma outra questão emocional ou cognitiva não interagem, nem mesmo com o professor ou professora. Pessoas que passam os quatro anos de graduação em silêncio na sala, isoladas, excluídas ou auto silenciadas.

As práticas pedagógicas, as ferramentas, dinâmicas que se inspiram em uma pedagogia libertadora permitem a interação, favorecem o diálogo, estimulam a conversa com um número maior de pessoas e mesmo uma rotatividade entre os grupos. Você pode criar a oportunidade para pessoas que, naturalmente, nunca conversaram, manteriam um diálogo ou iriam trabalhar no mesmo grupo de estarem juntas. As afinidades já foram construídas e as pessoas seguirão trabalhando, conversando, se divertindo com seus amigos(as), mas podemos propiciar que possam conversar com outras pessoas também, mesmo que esporadicamente. Além disso, podemos possibilitar a pessoas tímidas, inseguras, caladas, a possibilidade de se colocarem, de decidirem, de falarem, de participarem das aulas, algo que no formato convencional não ajudaria tanto.

Didática e métodos pedagógicos: para além da sala de aula

Nunca compreendi bem o que eram metodologias ativas e quando decidi que deveria fazer isso, mesmo sem saber exatamente como conceituar isso, partia de uma ideia apenas, a de que as metodologias ativas significavam diversão, pluralidade, experimentação e criatividade.

Muito recentemente, descobri que sala de aula invertida e metodologias ativas são coisas distintas, antes pensava que fazia parte ou que qualquer coisa que fizesse e que não caísse no esquema da sala de aula tradicional, fosse metodologia ativa. Aqui me vejo na obrigação de pesquisar, entender melhor e compartilhar o que poderia dizer sobre o tema. Poderia passar anos pesquisando sobre o tema, mas aqui surge o relato de algumas possibilidades e algumas atividades já realizadas.

Sala de aula invertida

Antes de entender o que se tratava exatamente e de todos os debates acadêmicos em torno da questão, acredito que a ideia da sala de aula invertida foi o que mais me chamou atenção como possibilidade de inovar e aprimorar minha didática e métodos pedagógicos. Tudo partiu de uma constatação de um dado da realidade, digamos assim. Passei a me incomodar bastante com o fato de que poucas pessoas faziam as leituras prévias às aulas. No caso, tinha a sensação de que eu era uma das poucas pessoas que estudava para a disciplina, como professora. Tinha que expor sobre os temas durante horas a fio, tirar dúvidas em português e espanhol, tinha que ministrar algumas aulas em espanhol para ser compreendida e não tinha certeza se aquele ambiente era propício para um aprendizado de qualidade, que despertasse interesse, e, nem sempre me sentia à vontade. Até mesmo porque ministrava temas que eram obrigatórios, mas não parte das minhas pesquisas, do meu interesse principal. Meu pensamento começava a me levar para um lugar, o de resolução de um dilema, como fazer as pessoas que estavam cursando a disciplina a lerem e estudarem mais do que eu que era uma pessoa que já tinha passado por aquela disciplina por três vezes, da graduação ao doutorado, tendo sido aprovada em todas as edições. Naquela época, a sala de aula invertida, algo que tinha ouvido falar sobre, parecia ser uma solução eficiente para tirar os alunos de uma postura passiva e que devotava a mim, como professora, a quase totalidade em termos de envolvimento e comprometimento em digerir e repassar informações. A obrigatoriedade dos estudos em caso de véspera de prova, os seminários problemáticos, os trabalhos mal realizados, alguns com plágios ou sérios problemas de argumentação e escrita. Foi assim, em função de um profundo mal-estar pela minha posição como a detentora do conhecimento, alguém a ficar no centro das atenções, notada, cobrada, avaliada, demandada enquanto muitos ali não entendiam o que eu estava falando, qual era o texto ao qual me referi, me fez buscar alternativas. Eu necessitava organizar minhas disciplinas de modo a estimular os estudos, a busca pelo conhecimento, as pesquisas, as leituras prévias, mas não queria fazer isso seguindo uma tática que parece ser infalível que é a obrigatoriedade de fazer fichamentos dos textos todas as semanas. Bem, esta é uma atividade mecânica e que se torna mais mecanizada

quando se avoluma e entra na rotina, além do mais, é inviável corrigir, dar um retorno aos ditos fichamentos semanais de todas as turmas. Logo isso é apenas uma tarefa chata que parece impossível, nada mais que isso. Demorei alguns anos para encontrar uma fórmula que pudesse me parecer satisfatória. Quando elaborei uma apostila de atividades para uma turma de calouros(as), eu consegui prever um rol de atividades, exercícios, sugestões de pesquisa que teriam início em casa, ou seja, deveriam realizar fora da sala de aula como preparação. Em sala de aula, a ideia seria finalizar, reunir, debater ou partir para outras dinâmicas de encerramento dos debates. Obviamente, o mundo real é cheio de obstáculos e nem sempre as coisas vão acontecer de modo tão harmônico, por assim dizer. Mesmo com apostila, com tarefa passada previamente, com avisos em sala e via sistema, algumas pessoas vão chegar atrasadas, sem ter feito nada antes, sem saber o que está acontecendo e sem material para realizar seus estudos. Não vou entrar no mérito das causas, cada caso é um caso, alguns podem ser justificados outros tampouco. Apesar de gerar frustração, acabei buscando focar nas experiências que deram resultado, nas pessoas que estão aproveitando, interessadas. Não temos como controlar tudo, você pode mudar sua metodologia, suas iniciativas, sua forma de comunicação com a turma, ir de uma aula chata, de uma postura austera, de uma aula conteudista a uma aula dinâmica, divertida e com espaço para o diálogo e ter pessoas desinteressadas, cansadas e desconectadas com o que está sendo proposto. Você pode falar quatro horas para munir os estudantes e as estudantes com o máximo de informações e reflexões que você pode compartilhar ou conseguir trabalhar um tema de forma objetiva em cerca de 40 minutos, apenas destacando pontos elementares e vai encontrar pessoas bocejando nas duas situações. Nem tudo está relacionado a você e se tiver, temos limites, somos humanos(as) e não conseguimos agradar sempre. E, ponto final, é isto.

Existe um empenho e um esforço sistemático meu ao preparar as disciplinas em prever as tarefas que devem ser começadas ou realizadas previamente às aulas, as pesquisas e leituras indicadas, as turmas, por sua diversidade, vão responder de maneira desigual. Algumas pessoas vão realizar, vão ler, vão participar, outras vão participar apenas quando chegarem em sala, tentando reler algo de última hora no celular, outras só começarão a se habituar com esse ritmo distinto, à medida em que for avançando o semestre e outras pessoas não vão se adaptar, não por que não achem interessante, pode ser porque trabalham o dia todo, ou por que ainda custe sair da zona de conforto de ter a figura do professor e da professora como disseminadora de todo o conhecimento e autoridade enquanto eu me posto silenciosamente, escutando e, vez ou outra, quando mais necessário, estudando antes de uma prova. O estar ali sentado, já seria visto como o suficiente.

O importante é propiciar a mudança do que se entende pelo espaço da sala de aula, por que leitura, assistir a um filme ou uma palestra, realizar buscas e pesquisas pode ser algo realizado em outros espaços, permitindo que o pouco tempo semanal para cada disciplina seja um momento de encontro, de debate, de construções, de produções, de criações distintas que visem aprofundar os temas, revisar conteúdos, trocar informações, compartilhar reflexões, tirar dúvidas e produzir algo novo que tenha mais sentido.

Recursos tecnológicos e universo online

Sou uma professora que só estudou por meios tradicionais e analógicos. Em minha escola não tínhamos laboratórios, não tínhamos acesso a computadores e, no máximo, vez ou outra assistimos a algum filme na sala especial em uma televisão pequena de tudo e que ficava trancada a cadeado dentro de uma caixa de ferro. Na universidade as coisas não foram muito mais inovadoras. As leituras eram feitas em livros, muitas vezes, velhos e com cheiro de mofo ou em textos cujas cópias eram mal feitas e os encontrávamos em velhas pastas na loja copiadora. Os recursos principais eram o uso de transparências para mostrar um gráfico, ou uma televisão para passar um filme. Apenas com o tempo e na pós-graduação veio a grande transformação do uso dos slides, que geralmente, éramos nós alunos(as) que fazíamos para impressionar nas apresentações. Nós nos formamos e começamos nossa caminhada docente sem termos passado por importantes revoluções digitais que tivemos apenas nos últimos anos, com potencial de diversificar as atividades e de permitir que mesmo alguém sem um desktop em casa, possa usar seu smartphone e realizar suas tarefas.

Mas, sem dúvida, foi com o advento trágico e desafiador da pandemia de Covid-19 que professores(as) e alunos(as) tiveram que mergulhar nas possibilidades e recursos tecnológicos e do universo online para fazer possível a continuidade das aulas. Felizmente, contei com alguns cursos de formação que foram fundamentais para conhecer algumas boas ferramentas e gostaria de compartilhar essas experiências, nessa oportunidade. Um dos cursos que mais me auxiliaram neste sentido foi o “Conhecer, praticar e conectar as ferramentas educacionais digitais, ministrado pelos docentes da UEL e proprietários da Alfa Boat Educacional, Carlos Fransley Costa e Josebely Martins de Souza, em 2021, de modo remoto como curso de capacitação para servidores(as) da minha universidade. Existem vários recursos a serem utilizados para além do que já conhecemos como aplicativos instalados nos computadores que nos permitem fazer apresentações de slides.

Se usamos o site Canva temos a possibilidade de fazer apresentações com mais recursos, incluindo itens em animação, com movimento. Podemos permitir que a turma faça uma apresentação coletiva, ou podemos apresentar algo incluindo o modo teclados mágicos o que nos leva a inserir uma chamada de atenção se estiverem dispersos e outros recursos programados. Além disso, o Canva permite a criação de trilhas, tirinhas, linha do tempo, mapa mental, quebra cabeças, folha de atividades, bingo e criação de *flashcards*.

Já o Mentimeter permite a criação de nuvens de palavras e ainda auxilia na criação de quizzes com competições e formulários de perguntas em múltipla escolha.

O slido é um programa bastante indicado para palestras, seja presenciais ou remotas, pois permite gerar QR code do evento e o envio de perguntas pelo público participante, que pode ser até seus alunos em sala de aula. O próprio público participante vota nas melhores perguntas a serem respondidas e o moderador do evento marca as que foram respondidas. Ainda permite modo enquete com quiz, múltipla escolha e além de ranquear os participantes de acordo com o número de acertos. Nesta linha dos jogos, o Kahoot também é uma boa ferramenta para criar *quizz*, questionários. Existe um site em que o(a) responsável cria tudo e outro para a turma, o grupo, acessar e jogar. Tudo acontece ao vivo, com classificação, tempo de resposta, é o ápice da gamificação na educação. O site Quizizz também permite criar perguntas para testes em diferentes formatos, é útil para criar roteiros de estudos, questionários e folhas de exercícios, sendo viável determinar se seria síncrona a atividade ou assíncrona, no ritmo de quem responde. O Quizlet cria cartões no estilo *flashcard* que você alimenta com perguntas e respostas sendo muito bom para trabalhar conceitos e definições. Ele permite o uso dos *flashcards* ou o seu uso para encontrar os pares de perguntas e respostas e até apresenta um modo de jogo da gravidade em que você precisa responder corretamente uma pergunta a tempo de não permitir que um asteroide colida com o planeta terra.

O Padlet é um dos mais conhecidos e usados, ele é uma ferramenta muito básica e tem vários layouts. Com ele é possível criar um percurso ou trilha do curso que você quer ministrar e direcionar para atividades, é possível criar linha do tempo, storyboard, mapas, mapa mental e fazer resumos colaborativos. É possível permitir que uma equipe trabalhe em um documento ao vivo ou que entregue depois o resultado. É um ótimo recurso para ajudar a resumir a matéria, sintetizar informações e organizar tudo. Recursos existem vários, e, segui conhecendo mais alguns com outras formações oferecidas na própria universidade. Em 2022, cursei a capacitação intitulada “Dialógico, metodologias e recursos digitais interativos na docência” com as professoras Monise

Busquei e Elaine Alves Barbosa da Universidade Federal de Tocantins. Muito além das ferramentas digitais com este curso pude aprofundar algo visto no anterior, independentemente do recurso, do site, do jogo, o importante é ter um propósito definido. A aula precisa ter objetivos a serem alcançados e essas ferramentas não são um objetivo em si mesmas. No curso “dialógico” aprendemos sobre o papel docente como curadoria de conteúdos e da importância de estabelecer um ambiente em sala de aula que promova uma aprendizagem que além de significativa deva ser colaborativa. Outro ponto fundamental para meu aprendizado foi ter entendido que educação online não é sinônimo de EAD ou ensino remoto, por que podemos ter uma aula presencial com uso de recursos online, ferramentas digitais e aí temos um ambiente online para realizar debates e tarefas. Depois disso, consegui organizar aulas solicitando que a turma levasse celulares, computadores ou tablets para realizarmos algumas atividades. Dessa forma, temos uma ampla variedade de recursos e exercícios diferentes para propor. Podemos propor atividades de pesquisa, selecionar materiais, fazer uma curadoria de recursos e bibliografias úteis sobre um tema, até propor atividades de síntese, revisão, ou até algo mais avançado e consolidado dos resultados obtidos e que podem gerar a publicação e compartilhamento desses conteúdos criados em sala de aula. É muito interessante assumir o papel de mediadora estimulando discentes a terem o prazer de realizar a descoberta e fazer a pesquisa, de criarem algo, de debaterem, se engajarem em uma tarefa e, fazendo isso, colaborando com outras pessoas, aprendendo a conviver, a dialogar, a construir algo em conjunto. A comunicação ganha relevo, as habilidades sociais, a interatividade, a interconexão. Existe maior interação entre as pessoas envolvidas e mais competências são trabalhadas. Ainda importante destacar que essas ferramentas ajudam a quebrar barreiras para pessoas que possuem algum tipo de deficiência, e foi isso que aprendemos com a oficina do professor Raymundo Filho (2022) que nos ensinou como trabalhar em nossos materiais e usar recursos digitais para promover a inclusão e a acessibilidade.

Vivências, relatos e experiências

Comunicação não violenta e círculos restaurativos

A comunicação Não Violenta e as práticas restaurativas foram por mim encontradas ainda no momento em que estava na minha busca de cura individual e mais interessada em outros temas que não a academia ou as Relações Internacionais e a Ciência Política. O mais interessante é perceber que, com o tempo, e ao procurar inovar minhas práticas, acabei dando espaço para estes dois pressupostos ao construir momentos de acolhimento, recepção e atendimento aos alunos e alunas.

Realizei, em 2018, um curso formativo em práticas restaurativas, com foco especial, para círculos restaurativos que nos levam a conhecer a metodologia desenvolvida nos EUA por Kay Pranis e sua busca por métodos que possam promover a cura, a integração, a cooperação, o acolhimento e a escuta.

Inicialmente, meu interesse se deu pelo meu lado terapeuta holística amadora, mas com o passar do tempo, fui percebendo a potencialidade destes recursos, não apenas para celebrar o início ou término de um curso, de um semestre letivo, mas até mesmo para trabalhar conteúdos do curso. Os círculos podem ser temáticos, adequados à abordagem de determinados temas e assuntos. É possível, trabalhar temas como justiça, racismo estrutural, meio ambiente entre outros de forma a realizar uma aproximação às realidades vividas pelos alunos(às), permitindo que se expressem, que contem suas histórias de vida, ou que, simplesmente compartilhem suas reflexões sobre o tema. O círculo aproxima pessoas, aproxima de si mesmo e aproxima de debates e reflexões necessárias. Um(a) participante sempre é capaz de se apropriar do tema do círculo para revisitar sua própria história de vida, para se humanizar perante os olhos de outros colegas de curso. Além disso, mais do que o usufruto da palavra, as pessoas aprendem a habilidade da escuta atenta e aprendem com outras histórias e reconhecem no outro um outro ser humano com sonhos, desafios, dores, problemas.

Um círculo pressupõe etapas distintas, estabelece critérios importantes, mesmo que muito simples e, por isso, deve ser proposto, organizado e realizado por pessoas que receberam este tipo de treinamento específico. É possível usar uma prática ou outra, uma dinâmica ou outra restaurativa, mas a atividade em si, completa, ampla, é muito complexa. Quando um círculo termina se percebe sua complexidade, as dores profundas que revela e é preciso ponderar e estar preparado(a).

Nos círculos realizados com minhas turmas na universidade, já foram compartilhadas histórias sobre perda de um dos pais, sobre depressão, sobre suicídio, sobre migração, sobre perseguições religiosas sofridas, sobre todo o tipo de opressão. As pessoas falam sobre o que acham que devem falar, sobre o que precisam falar e não se calar mais.

O círculo é um ambiente bastante democrático, igualitário nas oportunidades que oferece. Todas as pessoas que participam possuem a oportunidade de falar e de escutar, o objeto da palavra passa por todas as pessoas, ninguém é mais importante que ninguém.

Ao término de cada círculo é possível perceber o efeito terapêutico, não só por poder trazer suas questões em busca de cura ou compreensão, como também pela melhoria promovida nas relações interpessoais entre a turma.

Procuro trabalhar um círculo com cada turma e, se possível, a cada semestre que se inicia. Isso já se insere como uma das atividades de acolhimento, seria a atividade inicial, que mobiliza emoções, humaniza e coloca a figura docente um pouco mais próxima, no sentido de perceberem que você se importa, você quer saber quem são, para além do número de matrícula.

Formulários e diagnósticos

Outra ferramenta já utilizada é o formulário visando fazer diagnósticos da turma. Durante o regime de ensino remoto, utilizei com mais frequência para encurtar a distância, mas é algo válido para disciplinas presenciais e pode reforçar o papel do círculo ajudando a conhecer melhor as pessoas com as quais estamos trabalhando.

Basicamente, costumo montar um formulário eletrônico em que aproveito para fazer perguntas básicas que me permitam conhecer um pouco o perfil dos(as) estudantes, averiguar se existem pessoas com necessidades especiais ou que sejam pessoas com algum tipo de deficiência física ou intelectual, já que isso me demandaria realizar adaptações para que o curso seja mais inclusivo. Além disso, se cria um espaço para o diálogo e a confiança já que cursistas que estejam passando por algum momento delicado na vida, enfrentando algum tipo de adoecimento e sofrimento mental, também podem relatar pelo que estão passando. Também é um instrumento útil para entender a dimensão dos cuidados, já que é possível saber quais alunos(as) precisam cuidar de outras pessoas, sejam elas crianças, pessoas enfermas e idosos.

Depois de coletar cada relato, cada história, cada perspectiva, expectativa e desafio, eu procuro o e-mail do(a) discente e escrevo uma mensagem. Muitas vezes, me solidarizo com alguma situação, dou algum conselho, alguma sugestão, compartilho algo que tenha a ver com minha própria experiência de vida e me coloco à disposição, caso seja necessário. É muito comum, discentes pensarem em evadir, faltarem, perderem atividades avaliativas ou não terem essas atividades consideradas para o seu perfil, por que não se sentem confortáveis para falar ou pensam que o(a) docente não tem interesse em saber de seus desafios e seus problemas. Ouvir, conhecer as pessoas, sua realidade, nos conecta de um modo especial e ajuda a resolver vários problemas que poderiam surgir ao longo do semestre.

Atendimento, acolhimento e retorno

É fundamental pensar que para um atendimento de alto nível, não precisamos estar preparados(as) apenas para consultas sobre o conteúdo ou como executar uma tarefa, um exercício, mas para dar palpites, sugestões, pensar o que seria um caminho mais viável, que teria mais o perfil, que se adequasse melhor à rotina de cada pessoa e a seu momento. Além disso, estar ali para que possam se abrir, relatar algum problema, algum desafio de relacionamento na turma, algo que esteja atrapalhando o aprendizado e o rendimento.

A empatia, o cuidado, a cordialidade, a gentileza podem e devem fazer parte da relação aluno-professor, pois, não devemos nos esquecer que existe ali uma relação entre seres humanos. Além disso, é importante saudar as pessoas, conversar com elas nos corredores, no intervalo, depois da aula e enquanto as atividades são realizadas. Estar disponível, presente é algo necessário para a juventude, para que supere seus desafios, frustrações e incertezas.

Precisamos ter em mente que esta geração de jovens é acometida por diversos transtornos de aprendizagem, transtornos e distúrbios de ordem cognitiva, mental e emocional. As pressões da vida acadêmica, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o isolamento provocado pelo uso excessivo dos meios digitais para comunicação, as mudanças no corpo, as descobertas da vida sexual, os desafios de uma vida adulta são temas e questões que impactam na saúde dos(as) jovens e também em seu rendimento escolar. Estes(as) jovens passaram os últimos anos de sua infância e toda a sua adolescência em um contexto marcado pela crise ambiental, pela recessão econômica a nível mundial, pelos impactos das *fake news* e da era da pós-verdade, ainda enfrentaram uma pandemia, o cenário não é animador, promissor.

Em função disso, o acolhimento, as primeiras impressões, a flexibilidade e a possibilidade de diálogo com o(a) docente pode ser algo determinante. Muitas vezes, uma falta, a não realização de uma tarefa, uma prova, um atraso no envio, pode ser um sinal de que as coisas não vão bem e isso vai mais além do que a costumeira desconfiança, o sinal de “alerta laranja” a ressoar na mente do(a) professor(a) que só teme ser enganado(a). É possível, se colocar à disposição de tal forma que se torne possível contornar uma situação, tomar alguma decisão, combinar como se daria uma substituição de tarefa, ou o envio de uma atividade para suprir a falta passada, por exemplo.

Material didático, temas e referências

O material a ser disponibilizado deve ser cuidadosamente selecionado, por isso, procuro encontrar textos de comentadores(as) e especialistas que possam auxiliar na compreensão dos textos principais, bem como disponibilizar vídeos de documentários, palestras, aulas e até produzir podcasts ou vídeos e apresentações didáticas como material de apoio.

Para algumas disciplinas, que possuo mais materiais produzidos como roteiros de estudo, planos de aula e resumos de tema, procuro criar uma apostila da disciplina e, nela, inserir parte do conteúdo resumido e, principalmente, destacar as atividades avaliativas, bem como as tarefas e atividades de cada aula, já que são bem dinâmicas e requerem a metodologia ativa de sala de aula invertida.

Outro ponto importante é pensar a abordagem dos temas e os assuntos a serem trazidos para a disciplina. Além de temas que são considerados canônicos, parte do mainstream ou que nós quando tivemos nossa formação estudamos, precisamos nos atualizar, trabalhar a interdisciplinaridade, fornecer visões e debates atuais e originais. E, principalmente, pensarmos na dimensão ética que valorize a cidadania e os princípios e valores da democracia, da liberdade, da justiça e da inclusão. Precisamos reavaliar sempre nossas referências bibliográficas, nossos temas centrais e disparadores de discussão.

Durante muito tempo, apenas reproduzi as temáticas, as referências e obras centrais com as quais tive contato em minha graduação. Mas, gradativamente, fui me apropriando de novos debates, procurando conhecer outras escolas de pensamento, outros debates e teorias. Geralmente, quando nos formamos em instituições de prestígio ou muito tradicionais temos aulas com grandes nomes, mas que acabam delimitando os temas de acordo com o mainstream do campo ou da área em países centrais ou trazendo apenas o debate relacionado à sua filiação teórico-metodológica. Acontece que, ao fazermos isso, por mais que seja mais confortável, deixamos de oportunizar aos estudantes diferentes perspectivas.

Em função disso, procurei novas fontes, novas referências, conhecer diferentes perspectivas e escolas para garantir que minhas disciplinas pudessem abarcar uma gama maior de temas, autores(as) e visões.

Além disso, é fundamental considerar que precisamos trabalhar com diferentes materiais e linguagens. Usar imagens, vídeos, áudios, reportagens para enriquecer o debate em sala de aula, para facilitar os estudos em casa é algo fundamental.

Precisamos, superar a dinâmica de disponibilizar apenas trechos de livros descontextualizados, sem qualquer referência à biografia dos autores e autoras, sem compreender uma cronologia básica das obras de acordo com o contexto do seu lançamento e os debates às quais se propunha e às escolas às quais estariam inseridas ou se contrapunham. Mas, é fundamental ir além disso, e nos valermos de artigos acadêmicos, de literatura, do cinema, da animação, das charges, da música, por exemplo. Esta multiplicidade deve compor o universo das disciplinas, fazer parte da formação acadêmica, mas também cultural de nossos alunos e alunas.

Feira de cultura e mostra científica

Uma feira, uma mostra é a oportunidade de criação mais genuína e autêntica que nossos estudantes possam ter, pois permite o uso da criatividade na concepção de elementos artísticos para compor cada estande e representar o tema de cada grupo, bem como extravasam suas reflexões, reformulam questões com base no conteúdo estudado.

Tive a oportunidade de realizar estes eventos presencialmente e no formato remoto para diferentes cursos, com foco em questões latino-americanas ou teoria política. Confesso que me surpreendi positivamente em todas as ocasiões. Eu pude presenciar instalações feitas pelos grupos que faziam referência à Frida Kahlo com as discentes usando vestes inspiradas na pintora mexicana, bem como acompanhar uma exibição de vídeos elaborados pelos discentes, mostra fotográfica, teatralização da obra *O Príncipe de Maquiavel*, Talk Show com a presença de John Locke entre outros. Além da possibilidade de se expressarem, serem criativos(as), o momento se torna uma grande festa, uma celebração ao conhecimento, à vida, à arte. Uma oportunidade de encontro, de abrir as portas da sala para outras pessoas da comunidade acadêmica. Aqui temos um espaço para revisitar estas experiências, relatar a potencialidade destas ações.

Projetos, pesquisa e extensão

Pensar a relação intrínseca entre os componentes curriculares, os projetos de ensino voltados a monitoria e a possibilidade de extrapolação no campo da pesquisa e na curricularização da extensão são fundamentais. Não é uma tarefa simples, no sentido de não exigir do(a) docente, muito pelo contrário. Mas, é essa possibilidade de unir nossos interesses, nossas tarefas, ou mesmo estimular nossas turmas a considerarem a elaboração de projetos de pesquisa a partir de seus estudos referentes a uma dada

disciplina ou estimular tarefas, projetos, eventos e ações no âmbito da extensão que dotam de sentido o que fazemos na universidade.

Talvez, o principal empecilho seja mesmo a dificuldade em elaborar uma proposta, encaminhá-la para os órgãos e setores competentes e enfrentar alguns dilemas referentes às plataformas, aos sistemas e às burocracias institucionais. Aqui serão relatadas as experiências que fizeram parte de tarefas avaliativas, bem como ações de extensão, sejam elas oficiais ou extraoficiais. Também será abordada a dificuldade enfrentada para a realização das tarefas que não foram possíveis institucionalizar, contribuindo assim para a curricularização da extensão.

Estágio docente e monitorias

Trabalhar com monitoria é algo muito satisfatório, principalmente a depender da forma como o(a) docente encara o papel de quem for assumir a monitoria, as possibilidades existentes e como o projeto de ensino da monitoria se presta a algo muito maior do que simplesmente a oportunidade de tirar dúvidas sobre uma determinada disciplina.

Em anos de universidade, tive a oportunidade de viver esta experiência por diferentes momentos e, ao longo do tempo, fui aprimorando meus projetos de ensino de forma adequada aos meus objetivos pedagógicos como docente. Por exemplo, se eu passo a adotar metodologias ativas, aprendizagem colaborativa e sala de aula invertida, a monitoria da disciplina precisa acompanhar estas práticas, ferramentas, metodologias no sentido de auxiliar, revisar, planejar a execução de tarefas e atividades com a turma.

No caso do estágio docente, temos o trabalho mais qualificado de discentes da pós-graduação que não se limitam, geralmente, a tirar dúvidas, mas atuam ministrando parte do conteúdo. Neste caso, são escolhidos temas mais propícios a serem trabalhados por quem vai estagiar dentre todos os assuntos e tópicos de trabalho e, busco estimular que as aulas dadas por quem estagia junto à disciplina possa considerar dinâmicas e atividades afins às metodologias que costumo utilizar.

É muito raro experiências que contem com monitores(as) e estagiários(as) ao mesmo tempo, embora isso tenha acontecido uma vez. Nas próximas páginas vou relatar esta experiência única, além de um balanço geral da experiência com projeto de ensino voltado à monitoria em cursos de graduação e, também, de estágio docente de pós-graduandos(as) junto à graduação.

Clube de leitura e valorização da arte e da cultura

O clube de leitura, clube do livro ou clube da literatura e política é uma iniciativa que já está virando marca registrada, tendo-se em vista que costumo realizar, ao menos, uma vez por ano. A ideia é fazer uma curadoria de obras que sejam consideradas Best-Sellers e que permitam um diálogo interessante com temas estudados ao longo do semestre. Já trabalhamos com literatura distópica como *A Revolução dos Bichos*, ou o *Conto da Aia*, mas também com obras que nos permitissem compreender as dinâmicas políticas de países do continente africano como *Meio Sol Amarelo*. A lista de obras é definida no início do semestre é divulgada e a turma já teve três possibilidades de trabalhar as mesmas, em dinâmicas preparadas pela docente, com jogos e brincadeiras em sala de aula que versassem sobre os livros, com apresentações online feitas pelos grupos que buscaram compartilhar com o restante da turma a obra com a qual trabalharam, ou, por fim, com a organização de um evento único, realizado pela turma e que pudesse abranger as obras literárias indicadas no semestre.

Tanto esta iniciativa em particular, quanto algumas outras já relatadas, ou até tarefas mais corriqueiras que permeiam as aulas presenciais e visam trabalhar o conteúdo daquele dia de aula, visam, para além da possibilidade de estabelecer uma aprendizagem baseada na chamada autoragem, no significado de cada coisa realizada, a possibilidade de valorizar a arte e a cultura como forma de expressão.

Conclusões: Relações humanas, bem-estar e ambiente saudável

Tanto Acabei valorizando algo que nem sempre é colocado como central, principalmente, no ambiente acadêmico, no mundo universitário, nas relações humanas e como é importante nos sentirmos bem no local em que decidimos aprender. A academia, geralmente, é um ambiente duro, governando pelo status, por disputas de ego e questões políticas internas, além das pressões e demandas quantitativas de um mercado do saber que nos oprime ao invés de libertar. Ser professor, ser professora é uma das profissões que mais levam ao adoecimento, seja físico, como por esgotamento mental, além das frustrações muito frequentes seja pela falta de estrutura, pelo baixo investimento em capacitação, falta de apoio pedagógico ou administrativo, pelas animosidades e conflitos, pela violência no ambiente escolar, pela carga horária de trabalho.

Promover um ambiente em sala de aula que seja amistoso, alegre, dinâmico contribui para o bem-estar de todas as pessoas presentes e envolvidas. Ensinar e

aprender se torna algo extremamente vinculado, e tudo se dá de forma mais leve, divertida, criativa e com interação entre todas as pessoas.

Eu consigo me sentir mais à vontade em sala de aula, posso interagir mais com diferentes pessoas da turma, consigo dialogar e acompanhar as tarefas e os resultados de cada grupo, cada dupla. Nunca é a mesma coisa, sempre tem algo diferente, uma experiência diferente da semana anterior. Até a atenção para o período da exposição inicial é mais qualificada por que a mesma é mais focada, objetiva e serve de base e orientação para as dinâmicas que virão na sequência. É muito melhor trabalhar com pessoas mais envolvidas ou que no transcorrer da aula começaram a se engajar mais por que a dinâmica levava a isso. Até a pesquisa, a consulta aos materiais, à busca na internet, é feita durante a aula de forma a garantir mais condições de realizar a tarefa repassada. Atualmente, me sinto menos cansada e desmotivada e quando isso ocorre não me culpo ou me responsabilizo por que entendo que essas questões também remetem à desafios cotidianos das vidas das outras pessoas. Também não as responsabilizo por completo, assumo o papel de preparar cada aula, pensar e repensar atividades, trazer algo que seja estimulante, interessante e que ajude em diferentes habilidades, além de promover um ambiente mais inclusivo e sadio. Não me coloco no centro das atenções, na posição do gênio de quem emana o conhecimento, a única pessoa responsável por ler tudo e um pouco mais e passar horas a fio estudando textos e preparando slides para longas exposições orais. O aprendizado, a busca, a produção de conteúdo, a preparação é tarefa de todo mundo, eu faço uma curadoria de materiais, eu preparo uma exposição breve, eu me dedico a elaborar tarefas, orientá-las, tirar dúvidas, acompanhar a execução e seu desfecho, comentar. Isso também implica em trabalho, muito trabalho, mas também é mais interessante. Empoderar as pessoas é muito bom, dar voz, se aproximar delas, estabelecer um “layout” de sala que muda sempre e permite que as pessoas se levantem, conversem, caminhem, mudem de lugar. Parece simples, mas durante séculos mantivemos as pessoas presas em seus lugares fixos, exigindo silêncio total, atenção constante, falta de interação. Eu não me vejo nestes ambientes, eu não me sinto bem, confortável em ficar na frente, no alto, falando, me expondo, sendo avaliada, amada ou criticada até pelo meu modo de ser, de me vestir, pela minha letra, pelos slides que preparei. Preciso de proximidade, mas com a manutenção do respeito, do compromisso, dos acordos mútuos. Hoje consigo relacionar as aulas com temas mais distantes para mim, de coisas pelas quais me interessam. Não tenho mais tantos problemas vocais por que não fico falando o tempo todo e nem dores nas pernas ou nos quadris por ficar ou muito sentada ou muito de pé. Eu também me sinto mais livre, mais humana, mais à vontade e saudável. Este texto visou compartilhar essas experiências, de forma bem resumida e excluindo algumas

coisas por falta de tempo e espaço. Além disso, visou retomar minha trajetória como pessoa e acadêmica, nas escolhas que fiz e no encontro entre a pessoa e a profissional.

Referências

COSTA, C. F. S.; COSTA, J. M. S. Conhecer, praticar e conectar as ferramentas educacionais digitais. **Capacitação PROGEPE-UNILA**. agosto de 2021.

DUSO, Rafaela. Curso de formação de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz Não Conflitivos. **Atividades da Comissão de Ética da UNILA**. Novembro de 2018.

BARBOSA, Elaine J. Alves; BUSQUETS, Monise. Dialógico: metodologias e recursos digitais interativos na docência. Outubro de 2022.

FILHO, Raymundo Ferreira. Quebra de barreiras em recursos educacionais. **Capacitação PROGEPE-UNILA**. Setembro de 2022

OLIVEIRA, Renata. Teoria política contemporânea: sujeitos, direitos e metodologias ativas **Projeto de Ensino**. 2022. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Brasil.

OLIVEIRA, Renata. Ensino de Ciência Política e Relações Internacionais no ambiente universitário: metodologias e ferramentas, arte e cultura e novas epistemologias **Projeto de Pesquisa**. 2022.

REIS, Susana Cristina dos. Gamificação na educação. **Oficina UFRGS**. Seminário regional Unirede sul: tendências e perspectivas do pós-pandemia na educação mediada por tecnologias. online. 17 de agosto de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO- AMERICANA (UNILA). Ciclo Formativo de Ações Afirmativas. Curso de Capacitação. Fev-Mar de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO- AMERICANA (UNILA). **Estatuto**. de 11 de abril de 2012, Brasil.

Teorias feministas e neoliberalismo: debates contemporâneos

Danielle Tega*

Palavras iniciais

Desde o início de 2020 e, especificamente, desde 11 de março daquele ano, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que estava em curso uma pandemia do novo coronavírus, as conversas cotidianas, os vínculos familiares, as relações de trabalho e as interações coletivas mudaram drasticamente, causando fissuras subjetivas. Em um cenário marcado pelo número ainda crescente de mortes provocadas por um governo genocida, passamos a compartilhar as noites de quinta-feira dos meses de abril e maio de 2021 no curso *Teorias feministas e neoliberalismo: debates contemporâneos*. O relato que segue dessa experiência se baseia nas trocas realizadas durante e após os encontros com as participantes, às quais deixo meu imenso agradecimento: Ágatha, Carolina, Clarisse, Danyela, Elizabete, Isabela, Josiane, Louise, Magali, Manuela, Mariana, Pilar, Rhanna, Simone B., Simone R., Thaís e Valentina.

A ementa do curso propunha abordar a forte presença de teóricas feministas dispostas a discutir a conjuntura capitalista neoliberal, marcada pela crise das democracias e pelo crescimento da extrema direita. Para além da rejeição a determinado feminismo que se compactuaria com ideais liberais, as produções selecionadas identificavam os impactos dos projetos neoliberais e da chamada “virada conservadora” nas vidas das mulheres, ressaltando as explorações de classe, as opressões racistas e as resistências construídas. O curso deu ênfase, assim, ao estudo de críticas ao neoliberalismo feitas por teóricas feministas do Norte e do Sul global, analisando como mobilizavam diferentes conexões entre estruturas sociais e eixos de relações de poder, quais especificidades reconheciam e que tipos de enfrentamentos defendiam.

* Professora na Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio sanduíche na Universidade de Buenos Aires (UBA). Realizou pós-doutorado no Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC) e integrante do Grupo Temático Estado Laico (SBPC). E-mail: danielle.tega@ufg.br

A bibliografia escolhida foi bastante diversificada, tanto em relação às áreas de conhecimento das autoras como às suas perspectivas teóricas: filósofas, cientistas políticas, sociólogas, historiadoras; socialistas, autonomistas, marxistas, pós-estruturalistas. Diante dessa heterogeneidade, indiquei para nosso primeiro encontro o livro *Feminismo para os 99%: um manifesto*, escrito por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser. A obra havia sido publicada de forma simultânea em diversos países, como Itália, França, Espanha, Estados Unidos, Inglaterra, Argentina e Suécia, na mesma data, em 8 de março de 2019, em alusão ao Dia Internacional de Luta das Mulheres. A escolha dessa obra tinha a intenção de expor, logo de início, que o contexto de racionalidade e política neoliberal impõe a necessidade de um feminismo anticapitalista, antirracista e antiLGBTfóbico.

Antes mesmo de inaugurar o debate do texto indicado, pudemos observar como o próprio perfil das participantes escancarava hierarquias sociais reestruturadas pelo capitalismo racista e heterocisnormativo ao qual dirigíamos nossa crítica.

O curso estava aberto para estudantes de graduação e pós-graduação nos diferentes campos das ciências humanas e sociais, bem como para militantes de movimentos sociais que tivessem interesse em aprofundar o conhecimento teórico nos temas propostos. Das 24 pessoas inscritas, participaram efetivamente 17, sendo 15 brasileiras, uma chilena e uma equatoriana. Se o perfil foi variado em relação à faixa etária (entre 25 e 60 anos) e à titulação acadêmica (de estudante de graduação à pesquisadoras doutoras), o mesmo não se pode dizer sobre a questão racial (uma mulher negra, nenhuma indígena), de gênero (16 mulheres cis; uma pessoa não binária; nenhuma pessoa trans ou travesti) e de classe, considerando uma única representante de movimento popular – não por coincidência, a mulher negra. São dados que demonstram o impacto de desigualdades raciais, de gênero e de classe no acesso a cursos como o proposto – e enfatizam a importância da concessão de bolsas de estudo para ampliar a participação e a permanência de grupos historicamente excluídos a esse tipo de formação.

Feitas essas considerações iniciais, vale dizer que priorizei expor neste texto algumas reflexões teóricas e políticas elaboradas no decorrer e após os encontros. Ainda que não tenha optado por descrever cada aula ou cada obra debatida durante os dois meses de curso, anexei o cronograma com os temas trabalhados e suas respectivas recomendações bibliográficas ao final. Sendo assim, apresento a seguir dois breves ensaios que se debruçam a pontuar alguns desafios feministas diante do neoliberalismo e dos impactos pandêmicos.

Desafios feministas frente ao cenário neoliberal

Um tópico que perpassou todos nossos encontros foi a necessidade de refletir sobre que feminismo defendemos, especialmente num contexto de constantes ataques da extrema direita. Não são poucos os exemplos dessas ofensivas: podemos recuperar as ofensas e intimidações a feministas e a grupos LGBTQIAPN+ na época dos debates dos Planos de Educação em 2015 e os embates contra a tal “ideologia de gênero”; mais recentemente, grupos misóginos propagadores de ódio masculinista apareceram na mídia sob os termos *incell* e *redpill*, evidenciando um forte discurso antifeminista.

Essa extrema direita não está amparada apenas “moralmente” nos chamados “valores conservadores”, mas articula-se com pressupostos do capitalismo neoliberal. Vale pontuar que o neoliberalismo não tem uma definição estabelecida. Grosso modo, poderíamos dizer que o neoliberalismo é um conjunto de práticas políticas e econômicas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, combatem o trabalho organizado, desregulam acumulação do capital e liberam a busca insaciável por mão de obra barata. Contudo, grande parte das pesquisas sobre neoliberalismo não se atenta a uma condição que, na interpretação de Wendy Brown (2019, p.21), seria indispensável à sua existência, a saber, a construção de uma racionalidade que banaliza a ideia de “justiça social” e que coloca “o mercado e a moral como formas singulares de provisão de recursos para as necessidades humanas”.

Essa conexão entre mercado e moral pode ser observada na construção capitalista da “família” e de como essa instituição é acionada pela extrema direita, da qual o bolsonarismo é parte. O fortalecimento de uma ideia de “família” estava direcionado a um tipo bem específico, atrelado a uma noção patriótica e religiosa, como podemos observar nos slogans “Deus, pátria, família” ou “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”. Essa ideia também se manifestava no nome da pasta da qual Damares Alves foi ministra: era o “Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”. Mulher, no singular. Família, no singular. Defendeu-se a assim chamada “família tradicional”, aquela formada por uma mulher “biologicamente” mulher e um homem “biologicamente” homem, como se o corpo biológico fosse algo já dado, algo “pré-discursivo”¹. Essa mulher e esse homem teriam filhos “meninos vestindo azul” e filhas “meninas vestindo rosa”. Quem se integrasse a essa “família” também deveria ser heterossexual, com os

¹ Ainda que indiretamente, o uso desse termo remete a discussões presentes no livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, de Judith Butler (2003).

homens muito machos expondo suas masculinidades viris e as mulheres muito femininas e muito submissas – afinal, elas seriam fruto de “fraquejadas”².

Por que o ponto de articulação entre conservadorismo e neoliberalismo estaria na defesa de “valores familiares” e da “família tradicional”? Para Melinda Cooper (2017), quando o Estado corta os investimentos sociais básicos de educação, saúde e assistência social, as “famílias” são obrigadas a assumir essas responsabilidades. Por essa via, ser “liberal na economia e conservador nos costumes” não seria uma contradição, como pontua certo senso comum, mas sim um pilar do próprio desenvolvimento do capital.

Esse ponto tem relação direta com o controle dos corpos na sociedade capitalista, algo que impacta diferentes aspectos da reprodução social³. Na esteira dos apontamentos de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019), a reprodução social é aqui entendida em sentido ampliado, implicando uma série de práticas e relações que ocorrem no dia a dia para garantir a reprodução cotidiana da força de trabalho, de suas necessidades, de seus cuidados. Isso inclui atividades como preparar as refeições, lavar as roupas, limpar a casa; além de um conjunto tarefas e relações que devem ser efetivadas para prover a subsistência de crianças e de pessoas desempregadas e doentes, por exemplo. A defesa de uma “família tradicional”, portanto, não é algo meramente “moral”. Há uma forte dimensão econômica, já que as “famílias” são convocadas a assumir o que foi cortado do Estado social. Em outras palavras, reassegurar essas normas familiares é parte mesma da reforma neoliberal.

A essa altura, poderíamos perguntar “o que o feminismo tem a ver com tudo isso?”. Uma resposta mais simples, embora correta, seria afirmar que, nas dinâmicas da tal “família tradicional”, as tarefas acima citadas são impostas às mulheres. Contudo, é fundamental reconhecer que o feminismo está em processo e em disputa – não à toa dizemos “feminismos”, no plural. Há diferentes expressões do movimento feminista, diferentes formas de tratar a agenda política e de dar significado ao feminismo. Duas ponderações são importantes.

Em primeiro lugar, identificar práticas que estão coadunadas ao neoliberalismo e à sua racionalidade individualizante enquanto dissimulam um certo feminismo – ao qual

² Referência à fala amplamente divulgada do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro que, em 2017, quando ainda cumpria o mandato de deputado federal, fez a seguinte afirmação em uma palestra sobre sua prole: “Foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”.

³ Uma breve análise sobre o controle dos corpos e da sexualidade na sociedade capitalista a partir da discussão sobre interrupção voluntária da gravidez encontra-se em “Legalização do aborto: mais que uma pauta moral” (MASTROPAOLO; TEGA, 2023).

poderíamos identificar como “feminismo liberal”. Trata-se de um tipo de feminismo que a mídia hegemônica gosta, que exalta a presença das mulheres em espaços hierárquicos, corporativos, das Forças Armadas. Nesse “feminismo”, a participação das mulheres nos lugares de gestão do capital é colocada como parte da “agenda feminista”; sua noção camuflada de “igualdade” está centrada no mercado e seu verdadeiro objetivo é a valorização da “meritocracia”. É um feminismo que “terceiriza” a opressão: enquanto algumas poucas mulheres – sobretudo burguesas brancas – ocupam esses espaços de poder, a grande maioria – sobretudo trabalhadoras negras, indígenas e migrantes – são exploradas. O assim chamado “feminismo liberal” impulsiona protagonismos individuais e midiáticos, oferece prêmios, confunde “feminismo” com “ascensão de mulheres enquanto indivíduos”. Essa ênfase no indivíduo, na meritocracia e na defesa de uma liberdade centrada nos direitos individuais é parte integrante da ofensiva neoliberal, pois invisibiliza setores populares e comunitários dos movimentos feministas e desarticula estratégias coletivas de luta e resistência que constroem ações concretas, territoriais, cotidianas.

Não é de hoje a que os feminismos populares enfrentam tais adversidades. No cenário das eleições de 2022, Magali Mendes, militante feminista negra que atua há décadas no projeto-movimento de Promotoras Legais Populares (PLP)⁴, fez uma fala assertiva:

Chegou a hora, gente, não tem como. Chegou a hora inclusive de dar essa identidade que não é de direita para as PLP, de discutir o quanto é nocivo esse feminismo liberal que a Simone Tebet traz, que a outra candidata [Soraya Thronicke] traz... Chegou a hora da gente discutir que feminismo é esse que nós defendemos e que as Promotoras Legais Populares defendem. Temos que refletir sobre isso e não podemos mais ter medo. Nós vamos perder muita gente, mas vamos ganhar em qualidade. Penso que chegou a hora da gente definir (TEGA; BECKER; MENDES, 2022, p.15-16).

Em segundo lugar, pontuar os perigos do “feminismo liberal” impõem uma análise dos feminismos contra-hegemônicos que, sem se esquivar de suas diversidades e possíveis contradições, encontre pontos “em comum” desses feminismos críticos, como os comunitários, os negros, os trans, os marxistas, os anarquistas, os populares. Como já pontuado em outra ocasião (TEGA, 2022), estamos em um cenário de

⁴ Uma explanação sobre o “projeto-movimento” de Promotoras Legais Populares (PLP), abordando do início de sua articulação até desafios atuais, encontra-se na entrevista que Mabel Bellucci e eu fizemos com Amelinha Teles, uma das fundadoras da União de Mulheres de São Paulo, organização que concebeu essa iniciativa no Brasil (TEGA, BELLUCCI, TELES, 2019).

genocídios da população indígena e da juventude negra, de conservadorismo moral que alimenta a violência contra mulheres e população LGBTQIA+, de devastação ambiental, com a invasão de corpos e territórios pelo agroextrativismo, de políticas antidemocráticas e radicalização neoliberal. A complexidade do tempo presente implica em uma necessária “interseccionalidade de lutas”, como propõe Ângela Davis (2018); ou em “coalizões políticas”, como sublinha Ochy Curiel (2021).

Não se trata de defender algum tipo de “frente amplíssima”⁵, tampouco de conceber ecletismos epistemológicos, mas sim de estabelecer diálogos possíveis que fortaleçam a luta contra o Estado capitalista, racista-colonial e heterocisnormativo. O conservadorismo de extrema direita ataca os feminismos e demais movimentos emancipatórios e a práxis feminista torna-se fundamental no enfrentamento da atual distopia neoliberal.

Desafios feministas frente aos impactos da pandemia

Os aportes teóricos do curso expandiram a compreensão sobre os desafios dos movimentos feministas populares do Cone Sul⁶ diante dos impactos da pandemia às mulheres e aos próprios movimentos.

Em *Corpos em aliança e a política das ruas*, Judith Butler (2018a) examina a potencialidade subversiva das manifestações contra a precariedade. Para além das *falas* verbalizadas nas assembleias, a autora aponta seu interesse com relação às representações corporais que ocupam os espaços públicos nessas situações: “os corpos reunidos ‘dizem’ não somos descartáveis, mesmo quando permanecem em silêncio” (BUTLER, 2018a, p.24). Assim, os atos de comparecer, permanecer, respirar, movimentar, discursar ou silenciar, que constroem as e são construídos pelas manifestações, traduzem aspectos de “uma forma imprevista de performatividade política que coloca a vida possível de ser vivida no primeiro plano da política” (*idem*). Quando os corpos se juntam na rua, na praça ou em outros espaços públicos, exercem

⁵ Faço aqui uma referência, talvez em tom de deboche, à “frente” partidária e empresarial construída durante as eleições de 2022 que, liderada pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se reuniu com a justificativa de “combater o bolsonarismo”. Não é aqui o espaço para aprofundar os limites da democracia representativa burguesa e suas pretensas soluções institucionais político-partidárias, mas seria incoerente ao menos não citar esse problema estrutural, que se coloca em sentido contrário aos movimentos emancipatórios.

⁶ O termo “Cone Sul” permanece como “uma matéria pendente”, e não possui um número fixo de países que dele façam parte. Seguindo ora critérios geográficos, ora econômicos, ou ainda históricos, geralmente Argentina, Chile e Uruguai são citados de maneira estável, enquanto Paraguai, Bolívia e/ou Brasil são acionados dependendo das escolhas de pesquisadores e pesquisadoras (CERVO; RAPOPORT, 2015).

o próprio direito de existir, transmitindo uma exigência (corpórea) por condições sociais, políticas, culturais e econômicas que lhes sejam suportáveis – que lhes retirem, assim, da “condição precária”.

Como já havia antecipado em *O clamor de Antígona*, Butler (2014) indica a tensão entre as normas, como as leis do Estado, e o desejo dos sujeitos, revelado e vivido por meio de práticas sociais inovadoras e transformadoras. Nos últimos anos, uma série de ocupações do espaço público exemplificam a potencialidade das “manifestações corpóreas” em suas intrínsecas relações com práticas feministas, como as ocorridas nos países do Cone Sul.

A articulação de um grupo heterogêneo de ativistas contra a violência de gênero e, especificamente, contra o feminicídio, deu origem à campanha *Ni una a menos*. A primeira manifestação foi realizada no dia 03 de junho de 2015 em várias cidades da Argentina, Uruguai e Chile, sendo repetida no primeiro país nos dois anos subsequentes (ABREGO, 2017). Ainda na Argentina, as mobilizações tomaram grande proporção: movimentos feministas, LGBTQIAPN+, de direitos humanos e de esquerdas anticapitalistas seguiram em marchas e vigílias massivas pela aprovação da Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez. Em 2018, o projeto construído pela *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito* foi apresentado ao Congresso Nacional pela sétima vez, chegando a ser aprovado na Câmara dos Deputados, mas rejeitado no Senado.⁷ Em dezembro de 2020, um novo projeto, dessa vez redigido pelo Poder Executivo, foi aprovado tanto na Câmara dos Deputados como no Senado. Tanto em 2018 como em 2020 houve intensa presença de militantes feministas nos arredores do Congresso Nacional da Argentina e nas vigílias realizadas em outras cidades para o acompanhamento das votações.

No Brasil, as feministas mobilizaram-se em 2015 contra um projeto de lei que dificultaria o acesso à pílula abortiva em caso de estupro⁸. Em 2016, atos no Rio de Janeiro e em São Paulo reuniram milhares contra a “cultura do estupro”. Saíram novamente às ruas contra o assassinato da vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em março de 2018. No final do mesmo ano, ocuparam praças e ruas para se posicionar contra a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência e dizer, em voz alta, #elenão.

⁷ A página da campanha na internet possui várias informações sobre a construção e o andamento dos projetos. Disponível em: <http://www.abortolegal.com.ar/>. Acesso em 10 de maio de 2023.

⁸ O projeto de lei 5069/2013 criava novas regras para o atendimento de vítimas de violência sexual, dificultando o acesso ao aborto nos casos em que este é legalizado (ROSSI, 2015; LINCOLN JR; GERAQUE, 2015).

Em pleno auge das manifestações populares chilenas ocorridas no segundo semestre de 2019 contra políticas de austeridade e práticas de repressão do governo de Sebastián Piñera, o grupo feminista *Lastesis* criou a performance “Un violador en tu camino”. Com o refrão que acusa a responsabilidade do Estado patriarcal pela violência contra as mulheres, a música e a coreografia percorreram cidades de distintos países, nos quais foram reproduzidas performances com os olhos vendados. Ainda que fora do eixo do Cone Sul, vale destacar que, no mesmo período, a forte presença de mulheres indígenas nos protestos populares contramedidas econômicas e reformas trabalhistas implantadas pelo governo de Lenín Moreno, no Equador, circularam fortemente nas redes e na mídia (ACOSTA, 2019).

Os últimos grandes atos no Cone Sul antes dos decretos de quarentena nos países da região foram justamente os ocorridos em 8 de março de 2020, Dia Internacional de Luta das Mulheres. O avanço dos movimentos feministas tem inscrito novas formas de organizar, agir e lutar. Seja na demanda por novos direitos, seja nas ações para impedir a restrição de direitos já conquistados, ou ainda para desafiar o capitalismo e a racionalidade neoliberal, as recorrentes manifestações nos espaços públicos desses corpos políticos ampliaram os marcos sociais de enunciação e escuta de experiências marcadas pela repressão e resistência. A ampliação desses marcos passa, necessariamente, pela ocupação de outros espaços e pelo uso de novas tecnologias da informação: as repercussões de fotos aéreas, performances, músicas e vídeos são potencializadas pelos compartilhamentos desses conteúdos em redes sociais e aplicativos de troca de mensagens – *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *WhatsApp*, entre outros.

As imagens desses tantos “corpos em aliança” ocupando ruas e praças, em atos, marchas ou vigílias, contrastam com as imagens propagadas, em diferentes partes do mundo, logo após o início da pandemia. Por um lado, pela “ausência” dos corpos, em cenas registradas de ruas vazias ou bem menos movimentadas por conta de políticas de isolamento físico, adotadas em diferentes países para reduzir a transmissão do SARS-CoV-2, vírus causador da covid-19. Por outro, ainda mais perturbador, pelas cenas que apresentam o “contorno” dos corpos: imagens de macas, camas hospitalares, caixões e valas comuns sendo abertas invadiram as redes sociais e os noticiários. O espectro desses corpos denuncia, assim, vidas apresentadas como “precárias”, que não são passíveis de luto, tema trabalhado em *Quadros de guerra*, livro no qual Butler (2018b) coloca em questão o que é uma “vida vivível”.

Se não existe uma “vida enquanto tal”, pois toda vida/corpo é inseparável de suas condições materiais e subjetivas de existência finita, a precariedade instituída pelas

estruturas sociais e políticas neoliberais atinge de modo perverso e desigual essas vidas. São estruturas anteriores à pandemia, mas por ela canalizadas e potencializadas. Nessa situação, três eixos relacionados às “vidas vivíveis das mulheres” sobressaem-se. Em primeiro lugar, a violência doméstica, que aumentou substancialmente em vários países após a necessidade de isolamento. Nos países do Cone Sul, além do aumento de denúncias formais, também cresceram os casos de feminicídio no período (XAUD, 2020). Em segundo lugar, os trabalhos domésticos e de cuidados, intensificados no contexto de quarentena, sobrecarregam principalmente as mulheres. Por fim, são elas as que compõem a maior parte da classe trabalhadora nas áreas da saúde, como enfermeiras e auxiliares de enfermagem, e de serviços de limpeza – estando, assim, na linha de frente do combate à covid-19 e mais propensas, portanto, a serem infectadas (ABOIM, 2020).

Os apontamentos de Silvia Federici trazem importantes contribuições para pensar esse tripé. A autora analisa a “escalada mundial no número de mulheres assassinadas diariamente” (FEDERICI, 2019b, p. 89) como um fenômeno histórico presente em diferentes partes do mundo que tem sido manifestada frequentemente em formas mais públicas e brutais. Em *Calibã e a bruxa*, Federici (2017) já apontava que o desenvolvimento do capitalismo havia iniciado com uma guerra contra as mulheres – a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII, processo que, na Europa e no chamado “novo mundo”, havia levado a milhares de mortes. A permanência dessa “nova ordem”, que é também patriarcal e racista, ajustou-se constantemente tanto às ações de resistência das mulheres como às necessidades do mercado de trabalho em transformação. Com isso, a violência contra as mulheres é normalizada como um aspecto estrutural das relações familiares e de gênero – mas que, nas últimas décadas, tem ultrapassado a norma (FEDERICI, 2019a, p.93). Dentre tantos, podemos apontar o assombroso exemplo dos assassinatos de mulheres em Ciudad Juárez, no México, onde centenas de mulheres estão desaparecidas e muitas outras tiveram seus corpos, com marcas de torturas, abandonados em locais públicos, como retrata e analisa a antropóloga Rita Segato (2013).

Amplificando o debate, Françoise Vergès (2020, p.17) nos brinda com um texto cujo objetivo é “mostrar que o trabalho de cuidado e limpeza é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo racial e neoliberal”. A análise da autora escancara que esse trabalho é realizado por mulheres racializadas e superexploradas, pontuando que o capitalismo produz “trabalhos invisíveis e vidas descartáveis” e que “sobre essas vidas precárias e extenuantes para o corpo, essas vidas postas em perigo, repousam as vidas confortáveis das classes médias e do mundo dos poderosos” (VERGÈS, 2020, p.25). Escrevendo já no contexto de pandemia, Vergès

descreve como a própria possibilidade de confinamento tornaria mais visível as desigualdades de classe, gênero e raça, pois enquanto alguns corpos puderam ficar confinados, outros corpos foram colocados em risco para que a vida cotidiana dos primeiros pudesse ser garantida.

Relacionam-se, assim, os três eixos acima descritos sobre as “vidas vivíveis das mulheres”, evidenciados em tempos de quarentena. Sendo estruturadas não apenas pelo gênero, mas também pelo racismo, pela classe e pela heterocisnormatividade, as violências privadas e domésticas contra as mulheres alimentam-se das violências institucionais e daquelas cometidas por meio de políticas econômicas e sociais pela mercantilização da reprodução, como a pobreza resultante de cortes em bem-estar, emprego e serviços sociais, as precárias condições de trabalho, a falta de assistência médica, a proibição do aborto, entre outras⁹. Para Federici (2017; 2019a; 2019b), a reprodução da vida cotidiana não se limita à reprodução sexual ou doméstica, mas envolve a reprodução social em suas diferentes interações: trabalho doméstico, sexualidade, afetividade, meio ambiente, natureza, cultura, educação, agricultura. Trata-se de um campo que oferece fissuras para construções de estratégias de resistência: por um lado, “nada sufoca tão efetivamente nossa vida quanto a transformação em trabalho das atividades e das relações que satisfazem nossos desejos”; por outro, através dessas mesmas atividades pelas quais produzimos nossa existência “podemos desenvolver nossa capacidade de cooperação, e não só resistir à nossa desumanização, mas aprender a reconstruir o mundo como um espaço de educação, criatividade e cuidado” (FEDERICI, 2019b, p.19). Torna-se necessário, portanto, repensar a reprodução da vida com base em práticas feministas que articulem a luta das mulheres pelo conjunto das relações sociais com a natureza, com o território, com a luta pelo comum¹⁰.

⁹ Impossível não pensar nas reformas e políticas de redução de direitos sociais e investimentos públicos impostas pelos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) no Brasil, Mauricio Macri na Argentina (2015-2019) e de Sebastián Piñera no Chile (2010-2014; 2018-2022). Vale pontuar, contudo, que este texto é finalizado na semana em que o “Novo Arcabouço Fiscal” do governo Lula (2023-) foi aprovado na Câmara. O projeto de lei complementar (PLP) 93/2023 substituiu o antigo “teto de gastos”, mas mantém a limitação dos investimentos públicos do Estado social, tendo sido criticado por sindicatos e movimentos sociais.

¹⁰ Vale pontuar uma diferença significativa entre “trabalho doméstico” para autoras autonomistas, como Silvia Federici, e para intelectuais marxistas da Teoria da Reprodução Social – TRS, dentre as quais Tithi Bhattacharya, também citada neste texto. Para as autonomistas, o trabalho doméstico produziria mais-valia e a forma salário teria o papel de invisibilizar a relação entre o capital e o trabalho doméstico não remunerado. Já para as marxistas, como a finalidade do trabalho doméstico seria a produção de valores de uso – e não de troca –, o trabalho doméstico não remunerado não produziria mais-valia. Essa discussão encontra-se na bela apresentação das tradutoras do livro de Lise Vogel (2022), *Marxismo e a*

Mesmo seguindo pressupostos teóricos distintos, as autoras aqui acionadas estão preocupadas com uma “vida digna de ser vivida”. Essa é também a preocupação de muitos movimentos feministas, que já atuavam nos eixos acima citados muito antes da pandemia – mas que se encontraram, por conta dela, com novos desafios. Pensando nas especificidades dos países da periferia do capitalismo, acirraram-se as contradições de lutas “dentro da ordem” e insubordinações “fora da ordem” realizadas por diferentes movimentos: por um lado, a articulação de demandas por políticas públicas específicas e, por outro, a percepção do quanto tais políticas, dentro dos limites da democracia burguesa, permanecem inatingíveis¹¹. A radicalidade feminista ressurgiu nos versos da já citada música da performance do grupo feminista Latestis: se “o Estado opressor é o macho violador”, está posto o confronto com o Estado burguês racista heterocisnormativo.

Achille Mbembe (2018) também se debruça sobre as vidas vivíveis. Em seu ensaio *Necropolítica*, explica que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem “pode viver” e quem “deve morrer”. Em entrevista recente, o filósofo camaronês afirma que “o poder de matar foi democratizado” pela pandemia, e que o “isolamento é precisamente uma forma de regular esse poder” (BERCITO, 2020). Ora, não são necessários muitos esforços para afirmar que o Brasil foi um dos países que mais evitou essa regulação do poder de matar. A emergência da situação apareceu nos dados – subnotificados – de pessoas mortas e contaminadas pelo coronavírus, pela superlotação das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) em diversas cidades brasileiras e por incidir de modo ainda mais grave sobre populações periféricas, indígenas e quilombolas do país. Ao persistir com políticas e suposições contrárias às referenciadas pela comunidade científica, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro decidiu pela morte de grande parte da população brasileira.¹² Suas atitudes negacionistas acabaram por legitimar uma justaposição perversa de corpos/vidas e sombras/mortes: corpos aglomerados em transportes públicos, aeroportos, rodoviárias, ruas de comércio popular, cujas imagens parecem denunciar a

opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária. O artigo *La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas*, de Paula Varela (2020), aprofunda o tema.

¹¹ Inspiramo-nos, aqui, em Florestan Fernandes (1975), mas pensamos também na crítica feminista ao processo de onguização e institucionalização do movimento, especialmente a partir das duas últimas décadas do século XX.

¹² As manchetes e reportagens diárias da mídia hegemônica e da alternativa dispensam uma única fonte para tais afirmações.

própria ausência de corpos, pois são experienciadas de maneira quase sobreposta àquelas de camas hospitalares, caixões e valas comuns¹³.

Analisar os impactos do neoliberalismo e da pandemia para as mulheres e para os movimentos feministas do Cone Sul a partir de referenciais como “vidas precárias”, “vidas vivíveis”, “reprodução da vida cotidiana”, “vida digna de ser vivida” não significa negar as incertezas sobre nossa própria sobrevivência, tampouco suas consequências materiais e subjetivas. Ao contrário, faz parte de uma tarefa ética e política em repudiar ações deliberadas de ameaças à vida e, ao mesmo tempo, reconhecer que os diferentes níveis de exposição à morte possuem recortes de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade. Abre-se, assim, um leque de pesquisas possíveis, para as quais este relato busca contribuir.

Referências

ABOIM, Sofia. Covid-19 e desigualdades de gênero: uma perspectiva interseccional sobre os efeitos da pandemia. In: CARMO, Renato Miguel do; TAVARES, Inês; CÂNDIDO, Ana Filipa Cândido (orgs). **Um olhar sociológico sobre a crise covid-19 em livro**. Lisboa: Observatório das Desigualdades/CIES-Iscte, 2020.

ABREGO, Verónica. Embodying Memories: The Women Rights Movement ‘NiUnaMenos’ in Argentina. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v.16, n.30, p.115-135, dez. 2017.

ACOSTA, Ana María. O protesto indígena popular que parou o Equador. **Pública**, online, 16 de outubro de 2019. Disponível em <https://apublica.org/2019/10/o-protesto-indigena-popular-que-parou-o-equador/>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.28, n.3, 2020.

BERCITO, Diogo. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'. **Folha de São Paulo**, online, 30 de março de 2020. Disponível em:

¹³ Uma outra forma de sobreposição encontra-se em *Diante da dor dos outros*, livro da crítica estadunidense Susan Sontag (2003) sobre a experiência moderna de quem testemunha imagens de guerras e de calamidades. A autora retoma uma famosa fotografia tirada durante a Guerra Civil Espanhola, na qual um soldado republicano é “alvejado” pelo clique do fotógrafo húngaro Robert Capa no mesmo momento em que uma bala inimiga o atinge. Analisando a imagem em preto e branco, Sontag afirma que esse homem, “de camisa branca, com as mangas arregaçadas, tombando para trás na beira de uma colina” está “prestes a cair, morto, sobre a própria sombra”. Uma mesma imagem que condensa, assim, o corpo e seu espectro.

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>>. Acesso em 10 de maio de 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo. Editora Politéia, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 5a. edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

BUTLER, Judith. **O clamor de Antígona**: parentesco entre a vida e a morte. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (org). **História do Cone Sul**. 2a. edição, Rio de Janeiro: Revan, 2015.

COOPER, Melinda. **Family Values**: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism. New York: Zone Books, 2017.

CURIEL, Ochy. Conversa com Ochy Curiel: O poder deve ser trabalhado na comunidade. **Fundação Rosa Luxemburgo Brasil e Paraguai**. 13 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://rosalux.org.br/conversa-com-ochy-curiel-o-poder-deve-ser-trabalhado-na-comunidade/> Acesso em 21 de maio de 2023.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. São Paulo: Boitempo, 2019a.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019b.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2a. edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

LIMA, Mariana Semião; MENDES, Magali; SILVA, Adriano Bueno. 2021. “Magali Mendes e a luta de mulheres forjada na prática coletiva: experiências de uma mulher negra”. In: OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao; LUZ, Renata Soares. 2021. **Casa dos saberes ancestrais**: diálogos com sabedorias africanas e afro-americanas. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, p.114-149.

LINCOLN JR, Ronald; GERAQUE, Eduardo. Protestos de mulheres contra Cunha param centro de São Paulo e Rio. **Folha de São Paulo**, online, 12 de novembro de 2015. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1705645-protestos-de-mulheres-contracunha-param-centro-de-sao-paulo-e-rio.shtml>. Acesso em 10 de maio de 2023.

MASTROPAOLO, Josefina; TEGA, Danielle. Legalização do aborto: mais que uma pauta moral. **Margem Esquerda**, n.40, vol.1, p.125-130, 1º semestre de 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício Pelegrini (orgs.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas**. São Paulo: Intermeios, 2019.

ROSSI, Mariana. Mulheres protestam contra Cunha pela terceira vez em duas semanas. *El país*, online, 12 de novembro de 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/12/politica/1447346906_965515.html. Acesso em 10 de maio de 2023.

SEGATO, Rita. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

SCHILD, Verónica. Feminismo e neoliberalismo na América Latina. **Revista Outubro**, n.26, julho de 2016.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TEGA, Danielle; BELLUCCI, Mabel; TELES, Maria Amélia de Almeida. 2019. Entrevista com Amelinha Teles. **Revista Feminismos**, v.7, p.150-160.

TEGA, Danielle; BECKER, Simone; MENDES, Magali. Por um feminismo popular: entrevista com Magali Mendes. **Revista Ñanduty**, v.10, p.11-39, 2022.

TEGA, Danielle. Coalizões possíveis. **Revista Cult**, p. 32-34, junho de 2022.

VARELA, Paula. La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas. **Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, n.16, p.71-92, 2020.

VOGUEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

XAUD, Jeane. A pandemia de covid-19 e o aumento dos casos de feminicídio. **Revista Justiça & Cidadania**. Rio de Janeiro: Editora JC, edição 242, out. 2020. Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/a-pandemia-de-covid-19-e-o-aumento-dos-casos-de-feminicidio/>. Acesso em 10 de maio de 2023.

Anexo

Cronograma do curso “Teorias feministas e neoliberalismo: debates contemporâneos”

1ª aula: Feminismo liberal e feminismo anticapitalista

Objetivos: Apresentar o curso; expor a crítica feminista anticapitalista ao feminismo liberal.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

2ª aula: A violência contra as mulheres ontem e hoje

Objetivos: Historicizar a violência contra as mulheres; identificar como o neoliberalismo acentua esse problema.

FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às bruxas*. São Paulo: Boitempo, 2019.

3ª aula: Neoliberalismo e a crise da democracia

Objetivo: Caracterizar a ambição da extrema direita de substituir a ordem democrática pela disciplina dos mercados; apontar o papel da “família” enquanto núcleo moral e econômico fundamental ao projeto neoliberal.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politêia, 2019.

4ª aula: Resistências ao neoliberalismo

Objetivo: Entender a força e o significado das manifestações como resistência ao sistema neoliberal.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

5ª aula: Racismo e neoliberalismo

Objetivo: Apresentar as conexões entre a estrutura social racista e o projeto neoliberal.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

LIMA, Mariana Semião; MENDES, Magali; SILVA, Adriano Bueno. 2021. “Magali Mendes e a luta de mulheres forjada na prática coletiva: experiências de uma mulher negra”. In: OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao; LUZ, Renata Soares. 2021. *Casa dos saberes ancestrais: diálogos com sabedorias africanas e afro-americanas*. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, p.114-149.

6ª aula: Práticas populares e as armadilhas neoliberais na América Latina

Objetivo: Pontuar as ambiguidades das ações populares; identificar a acentuada presença das mulheres no mercado informal.

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

7ª aula: Feminismos Latino-americanos

Objetivo: Apresentar as especificidades das lutas pela autonomia das mulheres na América Latina e suas relações com projetos neoliberais.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020.

SCHILD, Verónica. Feminismo e neoliberalismo na América Latina. *Revista Outubro*, n. 26, julho de 2016.

8ª aula: Feminismos e crítica ao neoliberalismo

Objetivo: Identificar as resistências feministas à aliança entre neoliberalismo e “virada conservadora”.

RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício Pelegrini (orgs.). *Neoliberalismo, feminismos e contracondutas*. São Paulo: Intermeios, 2019.

Ethos discursivo e jornalismo de revista: a construção da imagem nas entrevistas da *Cult*

Vanessa Calvo Guerra*

Introdução

Para a produção deste artigo foram escolhidas duas edições da Revista *Cult*: edição 240 no. novembro 2018 e edição 221, março 2017, por trazerem entrevistas de duas personalidades marcantes na sociedade, Criolo e Ivone Gebara. E por que as entrevistas? Levando em consideração os estudos de Medina (1986), pode-se considerar a entrevista como uma forma de interação social. Na comunicação impressa, para além de um registro histórico, a entrevista permite expandir pontos específicos de assuntos considerados relevantes naquele momento e influenciar debates, construir uma identificação entre o veículo de comunicação, o jornalista e o leitor e criar rejeição ou aceitação do entrevistado ou assunto em questão. Nilson Lage (1979) aponta que a entrevista deve considerar alguns valores como: atualidade, proximidade, intensidade e ineditismo, e o seu diferencial será definido através da originalidade, do impacto, pela identificação social e humana provocada no público.

Em um pequeno histórico sobre a *Cult* ela foi fundada pelo jornalista Manuel da Costa Pinto em 1997 e tinha como foco principal a crítica literária. Seu formato foi baseado na revista francesa “*Le Magazine Littéraire*”, mas também trazia assuntos relacionados a pensadores como Marilena Chauí ou Pierre Bourdieu. Após um período, Manuel vende a revista para a jornalista, editora e filósofa Daysi Bregantini.

Já à frente como proprietária e editora-chefe da *Cult*, Bregantini traz uma revista que tem como proposta um jornalismo cultural mais amplo ao tratar de assuntos das áreas da arte, cultura, filosofia, literatura e ciências humanas. Usa a cultura para dialogar com outros campos e para trazer assuntos de interesse da sociedade, o que a torna mais que um documento que preserva a memória, pois contextualiza o momento histórico-cultural do país. É uma revista mensal e tem como público-alvo principal os

* Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa, Paraná, Brasil e pesquisadora associada e coordenadora de Comunicação do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. E-mail: vanessa.cguerra@gmail.com/vanessaguerra.jorn@gmail.com

acadêmicos. Em suas edições é possível encontrar matérias especiais, dossiês, artigos, resenhas, ensaios, entrevistas e perfis. Os textos muitas vezes são escritos por colaboradores externos especializados nos assuntos em pauta, mas, também, por jornalistas que atuam efetivamente no veículo.

O lugar conquistado pela revista e suas características físicas e ideológicas trazem uma peculiaridade que nos levou ao artigo em questão. A opção pelas entrevistas se deu pelo espaço dedicado nas edições e os destaques nas capas, que podem trazer a simpatia do leitor ou mesmo a antipatia, sendo que as “representações sociais das revistas interferem no modo como os leitores percebem os assuntos” (AZUBEL, 2012, p. 265). Elas ainda “[...] estão organizadas de modo a captar as necessidades, os anseios, os desejos, os questionamentos dos leitores e transformá-los em pautas, assuntos que rendam matérias e que seduzam” (AZUBEL, 2012, p. 268). Podemos perceber na *Cult* a necessidade de mostrar e questionar os acontecimentos sociais e políticos e seduzir o leitor com suas ideologias e discurso com um olhar especializado e crítico.

Para a análise foi escolhida a proposta arqueológica de Michel Foucault (2012), mas usando apenas os conceitos de acúmulo e exterioridade usados pelo autor, porque em sua visão a escrita funciona a partir de elementos sócio-históricos e são centrais em um documento. Por isso, consideramos a revista um documento-monumento, pois como acredita Tavares (2008) ela pode ser enxergada como um instrumento social que promove ideologias, vende ideias e imagens através de seus elementos linguísticos e não-linguísticos. Além disso, possui uma forma específica de discurso, enunciação e construção de sentidos, assim como uma forma de ver a realidade, o que traz uma interação distinta com a sociedade.

Lançamos um olhar para a revista como um documento-monumento histórico/social e que se insere nas práticas sociais, como aponta Thiry-Cherques (2010), “os documentos são entendidos não como textos a serem interpretados, mas como monumentos a serem analisados” (p.224). O documento como aponta Freitas (2012), seria um “efeito básico do funcionamento social da escrita – interseção entre inscrição e instituição” (p.59), ele seria o fato, ou mesmo o ato, que é formal e legitimado.

O Discurso jornalístico

O discurso jornalístico assume o papel de mediação, em que os sentidos são configurados. Participa de um processo social de construção da realidade, constituído de regras narrativas, que funcionam em sua estrutura. A partir dos critérios de noticiabilidade, o discurso é atribuído em sua singularidade, relevância e interesse público, universalidade, coerência, verificabilidade e atualidade, mas o discurso vai mais

além, percebemos que é no trabalho de enunciação que os jornalistas irão produzir os discursos, “[...] é no interior do próprio processo discursivo, por meio de múltiplas operações articuladas pelos processos da própria linguagem, que a audiência é construída antecipadamente” (VIZEU, 2003, p. 108), mas como essa enunciação funciona e contribui para a construção do discurso jornalístico? Bakhtin, 1992 ressalta que a enunciação é de natureza social, ou seja, toda palavra irá possuir duas faces, onde será determinada pelo fato que procede de procede, assim como pelo fato de que irá se dirigir para alguém. Assim, a interação do locutor e do ouvinte irá instaurar um diálogo como algo constitutivo da linguagem e a condição de sentido do discurso, sendo assim “o outro está sempre presente nas formulações do autor e tem tanto a função de quem recebe como também de quem permite ao locutor perceber o seu próprio enunciado” (p. 108). Identificamos então que será no trabalho da enunciação, “na operação sobre vários discursos, que os jornalistas produzem as notícias” (VIZEU, 2003, p. 110).

O jornalismo é a condição pela qual o sujeito irá construir um real e neste sentido a enunciação é singular, já que esse campo vai se deslocar de um lugar para o outro, a partir de regras determinadas, mas tanto Kunczik (2002) como Sousa (2005) ressaltam o caráter informativo do jornalismo, entretanto, Marques de Melo (2003), não o reduz a uma mera função informativa e acredita que irá se articular por meio de dois núcleos de interesse: “a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa)” (MELO, 2003, p.63). Para Silva (2009), o jornalismo é “balizado pela atualidade, universalidade, periodicidade e difusão” (p. 513). Neste caso, a atualidade se liga à necessidade “social de conhecimento dos acontecimentos que se relacionam com o presente e o influenciam” (p.513), já universalidade seria às expectativas e as reações coletivas, a periodicidade, a capacidade de “coletar” as informações e a fazer com que circulem e por fim, a transmissão da informação, a maneira com a qual atingi a coletividade.

O jornalismo não se reduz apenas em uma apresentação de uma realidade e um discurso, mas cria cenas e representações e configura uma imagem do real, mas não é uma transposição pura e simples, pois é sempre mediado por outro discurso. Ele legitima o seu discurso através da relação de confiança estabelecida através das bases que o sustentam, tais como a objetividade (e sua relação com a verdade), a neutralidade e a imparcialidade. Um ponto importante que deve ser destacado é que o jornalismo se dispõe de regras e poderes específicos e dá conta de operar sua própria construção de sistemas de representações, assim como acrescenta França (1998):

O jornalismo está enraizado no terreno da palavra humana e social e, neste terreno, através dos tempos e das mudanças da sociedade, ele se constrói como uma maneira específica de dizer. Resultado de pulsões intersubjetivas e da vida coletiva, a fala jornalística se constrói como uma palavra especializada que se distancia pouco a pouco de outras dinâmicas de circulação da informação na sociedade. (p. 28)

Assim entendemos o jornalismo não apenas como uma instância noticiosa, mas, como acredita Rodrigues (2005), uma esfera sócio-discursiva e ideológica, que irá mediar às interações que são estabelecidas em seus gêneros determinando a autoria e autorizando os sujeitos se pronunciem nesse espaço e esse discurso já chega ao destinatário repleto de já-ditos e até mesmo julgamentos de valor, não se constituem por uma informação “pura”, pois “[...] as relações entre os parceiros da enunciação não se dão num vácuo social [...]” (Rojo, 2005, p.197).

Outro papel que o jornalismo assume é na construção de memórias coletivas, o que fortalece na construção de identidades e atuando em seu papel como “memória”, transcende o espaço físico abrangendo o simbólico. Alsina (1996, p. 18) compreende que o jornalismo tem “papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade que são publicamente relevantes”. Mantendo uma relação com o passado, o jornalismo produz registros que transpõem o tempo, podendo ser usados em diferentes períodos, por isso ocupa uma posição privilegiada e legitimada. Segundo McNair (1998), a novidade das narrativas jornalísticas é um valor fundamental, mas considera que o jornalismo remete a um discurso autoral e ideológico presente em torno de crenças e valores, como já apontamos anteriormente. A ideologia seria uma determinada representação da visão de mundo, na maioria das vezes de forma proposital ou um reflexo da hegemonia social, mas devemos entender que mesmo os jornalistas estão dentro de esferas sociais e estabelecem relações hierárquicas e interpessoais e adotam certas intenções comunicativas, a partir de “de apreciações valorativas sobre o tema e sobre o interlocutor” (SILVA, 2009, p. 514), a autora ainda completa mais uma vez, o que é importante destacar, que “[...] o jornalismo não expressa tão somente notícias, fatos; expressa, sobretudo, valoração axiológica sobre tais acontecimentos; expõe, de forma explícita ou implícita, a apreciação valorativa dos interlocutores)” (SILVA, 2009, p. 514).

Quando pensamos em gêneros jornalísticos e suas diferentes características, podemos pensar na palavra de acordo com os estudos de Rodrigues (2005), que vai dizer que este se relaciona com o seu espaço social de uso, às esferas das atividades humanas e que cada um deles irá refletir o seu conteúdo temático próprio, como aponta Silva (2009), a partir do estilo verbal e em sua composição, nas condições e nas finalidades em que vai pertencer e “[...] cada esfera conhece e ‘aplica’ os seus próprios gêneros”

(Rodrigues, 2005, p.7), dessa forma, enxergamos o jornalismo como uma instituição social, que produz conhecimentos através de seus discursos e que estabelece uma relação de vínculo com o leitor, mas quando trazemos a questão dos gêneros aqui proposta por Silva (2009) e por Rodrigues (2005), não seria este o motivo da segmentação, da existência dos gêneros jornalísticos? Quando trazemos a entrevista de forma específica percebemos que trata de uma forma de segmentação, que possui um tipo de discurso específico e permite diferentes tipos e estilos de textos, indica modos de viver, contribui para a formação de opinião e ampliação do conhecimento com os seus textos mais longos e mais aprofundados e trabalha com uma identificação mais “emocional” com o leitor, mas este conteúdo será aplicado de maneira própria, de acordo com as finalidades que irão aparecer e então, quando se trata dos gêneros jornalísticos, estes não apareceram devido às necessidades das esferas humanas? Quando se trata das entrevistas, sua necessidade de aparecimento foi devido à apreciação valorativa não para que o gênero se relacionasse com o espaço social, mas com o jornalismo e o leitor?

Uma leitura do jornalismo

Partimos do pressuposto que o leitor do jornalismo é imaginário, não se sabe ao certo quem estará lendo ou o sentido que irá produzir, pensando nisso, trazemos a proposta de leitor imaginado de Storch (2012), onde sua definição se dá de que a “leitura não é uma “parte” do processo comunicativo – em contrapartida a outra, do emissor ou produtor” (p.41), a autora ainda completa que devemos pensar na leitura em uma perspectiva reflexiva, além da reversibilidade e da dialogia, que são a essência da comunicação e “se manifesta tanto no que podemos chamar de “procedimento” de leitura – no processo de decodificação de um corpo textual (verbal ou não verbal) –, quanto (como virtualidade, nas antecipações) no processo de construção de um gesto significante” (Idem, 2012, p.41). Principalmente quando se trata do jornalismo a “leitura é um fenômeno de negociação de sentidos” (Idem, 2012, p.41).

A leitura é uma atividade ao mesmo tempo individual e social. É individual porque nela se manifestam as particularidades do leitor: suas qualidades intelectuais, sua memória, sua história; é social porque está sujeita às convenções linguísticas, ao contexto social, à política (NUNES, 1982, p. 6).

Não pretendemos aqui aprofundar a questão sobre os modos como a leitura pode se desenvolver, mas considerou-se importante já que a leitura faz parte do processo de sentidos produzidos, a empatia ou não criada, o contrato de leitura que o jornalismo produz com seu leitor, mas é importante ressaltar o que Storch (2012) nos traz quando

diz que “a construção de uma publicação jornalística conserva uma ideia de leitor como horizonte relacional imaginário. A conformação do leitor imaginado considera a historicidade e os valores do jornalismo [...]” (p.73).

Podemos considerar o começo desse processo a partir de memórias criadas dentro da nossa cultura e até mesmo a partir de elementos verbais e não-verbais. A autora ainda considera que para se compreender um texto existe uma espécie de conhecimento prévio, mediante os diversos níveis de conhecimento, principalmente o de mundo, um processo interativo, onde o leitor irá construir o sentido do texto, sendo assim, a leitura sempre esteve ligada aos contextos sociais inseridas. “A conjunção desses contextos torna o leitor competente ou proficiente para interpretar os “vazios” do texto, aquilo que está implícito, em conformidade com as exigências indicadas no próprio texto” (STORCH, 2012, p.45). Mas esses “vazios” presentes nos textos jornalísticos nem sempre são percebidos, isso devido suas condições e regras para existir, mas de fato, percebemos que o modo dessa leitura irá influenciar em seu pensamento crítico.

O jornalismo é uma prática discursiva que vai se organizar sempre em relação ao outro e “fala do e para o mundo social” (STORCH, 2012, p.75). É um discurso durável permeado por outros interdiscursos e baseia-se em imagens arquetípicas. A autora ainda acredita que essas construções narrativas universais irão funcionar tanto para que o jornalismo “construa arquetípicas modelos coerentes da realidade – quando, pelas notícias, reforça a ordem e a diferencia da desordem – quanto para estabelecer índices de reconhecimento e pertencimento dos leitores à ordem social” (STORCH, 2012, p.138). Na Revista *Cult* isso é evidente, pois quem lê, devido ao público que é direcionada, pressupõe que já possui certo conhecimento para realizar tal leitura e seu diálogo intelectualizado está sempre dentro de um contexto político ou social. Levando ainda as considerações de Storch (2012), quando ela cita (BENETTI, 2008, p. 20), trazemos para a realidade da Revista *Cult* e principalmente nas entrevistas e entendemos que “o sujeito que enuncia e o sujeito que interpreta estão duplamente condicionados: pela posição de sujeito que ocupam na situação de comunicação e por suas próprias subjetividades” (p. 74) e o modo como a leitura acontece está relacionada a conhecimentos aprendidos socialmente, como no caso das questões ideológicas, entendo a revista como parte de uma organização que, quando fala de si, também “registra representações sobre o outro (o leitor) com quem pretende negociar sentidos” (STORCH, 2012, p.24), desta forma, ao se caracterizar como intelectualizada a *Cult* se encontra em um processo relacional, em que, de acordo com Storch (2012), irá compartilhar com sujeitos inscritos que estão dentro de sistemas de linguagens e contextos sócio-históricos e isso irá apontar “não apenas tipos de leitores, mas em

especial, modelos de leitura” (STORCH, 2012, p.157), isso nos leva as negociações de sentidos, pois a revista permite com que se ampliem as discussões, já que além da segmentação da segmentação, são marcadas por contextos verbais e visuais, como a capa, por exemplo, que já influencia o modo de leitura. Estas percepções são importantes, pois influenciam na maneira de olhar de olhar o corpus e para entendê-lo um pouco mais, no próximo tópico iremos falar sobre o jornalismo em revista.

Jornalismo em revista

A revista pode ser considerada como amplificadora de histórias, pois ela aprofunda e pode até mesmo explicar fatos publicados em veículos mais “imediatos”. Ela recupera acontecimentos para construir uma narrativa ampliada. A autora Azubel (2012, p. 262) ressalta que a revista deve ser encarada como um veículo diferente, como um grande “sistema de comunicação”, em que “o todo de um título carrega mais do que textos e fotografias impressos nas páginas, comportando uma visão de mundo, um imaginário acerca do leitor, um sistema ético próprio, normas e modos de operação singulares, uma concepção estética específica”. Possui lógicas de produção próprias, principalmente por sua periodicidade, que possibilita trazer ao leitor um olhar diferente de alguns acontecimentos. “Muitas revistas significam por si mesmas, independentemente do conteúdo desta ou daquela edição” (AZUBEL, 2012, p. 263) e pode ser vista como um elemento em que sentidos serão operados, que atua em seu fazer e sobre sua materialidade e mais que dizer sobre o mundo, irá participar no como se diz, incidindo sobre práticas, conteúdos e formas (STORCH, 2012), por isso, também, os discursos da *Cult* possuem esse elemento crítico em seus textos. Apesar de não se focar, propriamente dito no acontecimento, não se perde o vínculo com o atual, o que confere aos seus temas um ar de novidade “e de ligação entre diferentes atores sociais, não limitado a um aspecto espacial/físico, e também ligado ao compartilhamento de sentidos e à orientação sobre formas de ação social” (SCHWAAB; TAVARES, 2009, p. 186). Um segundo aspecto importante é a liberdade que a revista tem em escolher o tema que quer tratar e, finalmente, a possibilidade de trazer um efeito de ser indispensável ao leitor em seu cotidiano, onde investigam e criam relações de acontecimentos com outros, sociais ou históricos.

As revistas possuem uma forma específica de discurso, enunciação e construção de sentidos, o que traz uma interação distinta com a sociedade. Além disso, cria-se uma identificação, um reconhecimento a partir de tópicos que irão fazer com que o leitor se posicione frente às questões ali expostas (TAVARES, 2008). Também são lugares de memórias que possibilitam analisar o momento histórico-cultural em que as publicações estão inseridas. Possibilitam a criação de crenças, desejos e identidades,

proporcionam a interação entre mídia e público de forma recíproca e, em sua ideia de segmentação, pertencem a um mundo específico onde reforçam “um jogo de retroalimentação entre jornalismo e revista; revista e leitor; e leitor e jornalismo” (CAVALCANTI, 2016, p. 38). O jornalismo em revista (JR) tem uma forma particular de representar o mundo e criar sentidos. Em uma edição mensal, por exemplo, os sentidos se constroem de forma lenta e fragmentada, afinal contemplam as informações selecionadas da atualidade que estarão ali expostas durante todo o mês. A forma de leitura se torna diferente, mais analítica e reflexiva. A informação se torna mais “duradoura”, uma narrativa que se transforma em um documento histórico. O tempo se torna relativo à medida que

[...] numa revista, ocorre o encontro de temporalidades mistas e heterogêneas: os tempos dos acontecimentos factuais, os tempos de produção da revista e os tempos da leitura. Essa característica se desdobra nos textos produzidos, tramados por diferentes regimes de tempo e de prática, que se sintonizam com um suporte mais durável que o dos jornais. (CAVALCANTI, 2016, p. 39).

Neste sentido, podemos dizer que o tempo de produção, circulação e consumo é construído a partir da periodicidade, materialidade e segmentação. Outra característica importante do JR são as diferentes perspectivas através da contextualização apresentadas nos assuntos pautados para o leitor. Desta forma, discute-se um tema com uma maior amplitude, o que possibilita a tendência de trazer em seus textos expressões de opiniões e subjetividades, tornando a relação com o leitor ainda mais íntima.

Estas características, principalmente na *Cult* nos levam a uma importante percepção que faz parte da configuração da revista, a imagem que faz de si e esta vai orientar as representações, mas à frente traremos este conceito, mas para entender melhor vamos fazer uma pequena relação com o *ethos*. Primeiramente, trazemos o *ethos* pré-discursivo, que podemos dizer que “é a imagem preexistente de quem enuncia. É construído histórica e socialmente, é marcado pela ideologia e pode ser visto como uma moldura onde o sujeito se posiciona para enunciar e agir” (BENETTI; HAGEN, 2010, p.126), o que podemos identificar nos sujeitos-jornalistas que vão agir de acordo com as ideologias da revista. Quando falamos do *ethos* discursivo ele “se constrói quando, dentro da moldura pré-discursiva, o sujeito representa a si diante do outro” (BENETTI; HAGEN, 2010, p.126), ou seja, sua maior função é causar uma boa impressão como aponta Maingueneau (2008b) “pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer [...], ganhando sua confiança” (p.13), assim a *Cult* se

utiliza de estratégias a fim de modelar a interpretação do outro, assim se relaciona com a ordem do *ethos* se que encontra liberada, “por meio de sua fala, um locutor ativa no intérprete a construção de determinada representação de si mesmo” (BENETTI; HAGEN, 2010, p.126).

Neste sentido, é interessante perceber que a revista não apenas características próprias do JR, mas constrói a partir do *ethos* discursivo suas estratégias para construir um discurso próprio que condiciona os modos de leitura, ela ainda trabalha com acontecimentos a partir de outros acontecimentos e isso também influencia a maneira com que sua identidade configura. Mas outro elemento muito importante que nos leva a imagem de si da revista é a forma com que ela lida com os acontecimentos, principalmente a Revista *Cult* e estes são alguns conceitos que iremos trazer a seguir.

O acontecimento e suas transformações dentro da revista

Diferentemente dos jornais diários que trabalham com as notícias “quentes” (atuais), a revista lida com a realidade de outra forma, embora não deixe de considerar a atualidade, uma dessas diferenças é a maneira como o acontecimento está inserido em ambos, podemos considerar que a revista trabalha, como já citado anteriormente, com acontecimentos dentro de outros acontecimentos, mas primeiramente vamos conceituar o acontecimento para chegar ao JR.

De acordo com França (2012), os acontecimentos quebram uma rotina, ocorrem no tempo presente, “convocam um passado e reposicionam o futuro”. Já Mouillaud (1997) acredita que o acontecimento é móvel. Para ele, um acontecimento só é um acontecimento se for no plural; além de pré-construído, o acontecimento é polissêmico, ou seja, vários tipos de acontecimentos se encaixam uns nos outros. Ele é programado, na medida em que reformula e reatualiza acontecimentos passados em novos acontecimentos seguindo o modelo do ‘fato-padrão’. No discurso jornalístico, o acontecimento constitui o referente de que se fala, o efeito da realidade da cadeia de signos, uma espécie de ponto zero da significação (RODRIGUES, 1993), que surge a partir da relação mídia/acontecimento. A mídia “tanto pode ser um dos lugares em que surgem e se produzem acontecimentos (na sua dimensão existencial), como o espaço em que acontecimentos são repercutidos (e adquirem sua segunda vida)” (FRANÇA, 2012, p. 16).

Nesta perspectiva, trazemos essa segunda vida do acontecimento como característica do JR, uma vez que França (2012) aponta que vivemos acontecimentos marcados não apenas por suas características intrínsecas, “mas também por outras representações que fazem parte de nosso repertório e são a eles associadas no

processo de sua simbolização” (FRANÇA, 2012, p. 15). Em sua forma simbólica (o acontecimento enquanto narrativa), traz marcas do vivido e do já visto.

A experiência do narrador traduz-se na criação simbólica, na construção discursiva. E esta, ao ganhar uma existência própria, quase uma autonomia, não corta completamente os laços com o domínio do sensível. Ela é marcada pelo vivido, e é por isso que remete de novo ao acontecido, numa recursividade sem fim. (FRANÇA, 2012, p. 15)

O autor Lopes (2007), os acontecimentos sempre estão inseridos dentro de uma estrutura, ou seja, “[...] não há possibilidade de se enxergar um acontecimento sem que esteja necessariamente dentro de uma estrutura” (p.65), mas existem condições específicas de produção dos acontecimentos, como a história, por exemplo, e ainda “percebe-se como as estruturas são diferentes para as diferentes comunidades interpretativas, isto é, os diferentes agentes que descrevem e constroem a estrutura” (LOPES, 2007, p.2007), sempre haverá um elo entre o elo entre as estruturas e os acontecimentos, porém “vai depender sempre do local de enunciação” (p.65). Por isso, podemos dizer que as revistas possuem acontecimentos que estão imbricados dentro de suas estruturas e são interpretados de maneiras diferentes e que são ressignificados, o que o autor Tavares (2007) vai chamar de “acontecimento invisível” e que vão servir como base para a formação das diversas teias e tramas sociais” (TAVARES, 2007, p. 14). E por que esses acontecimentos são considerados invisíveis dentro das revistas? Eles não se preocupam com o imediato, com a temporalidade, são o “gancho jornalístico”, sendo em uma reportagem ou em uma entrevista ele está ali presente e podem se aprofundar no assunto com textos mais longos e mais especializados. Na *Cult* observamos que esse acontecimento se preocupa com o momento sócio-histórico e político em que aparecem e esses assuntos que permeiam a sociedade, como acredita Tavares (2007a) serão fundamentais para a constituição desse acontecimento invisível.

Como esse acontecimento pode aparecer e de que forma age no texto das entrevistas? Já que entendemos que as entrevistas também possuem acontecimentos invisíveis que se transformam e esses fazem parte de um exterior que trazem elementos importantes para os textos, mas para entender como o acontecimento, para além do jornalismo, irá se configurar até chegarmos ao invisível vamos trazer o histórico e o discursivo.

Acontecimentos histórico e discursivo

Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso*, (2009) aborda o acontecimento fazendo uma distinção entre o hoje e o agora, o presente e o atual e problematiza a interrogação da atualidade como uma forma de conhecimento e uma reativação permanente de uma atitude, onde a verdade é inseparável da singularidade do acontecimento, sendo assim, o que considera-se como verdadeiro não é estabelecido no ato, mas é produzido como um acontecimento, uma verdade não universal, com espaço e tempo particulares. No caso da problematização da atualidade com o acontecimento, o autor ainda aponta que é possível uma nova realidade, aquela que acontece.

O brilho, o esplendor do acontecimento, é o sentido. O acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera. Segundo as três determinações precedentes, ele é o que deve ser compreendido, o que deve ser querido, o que deve ser representado no que acontece (DELEUZE, 2007, p.152).

A partir dos estudos de Foucault (2007) podemos considerar o acontecimento como uma sucessão de fatos, uma rotina cotidiana, “inerente à cultura, ou ainda algo descolado do coletivo ou transcendente ao encontro” (ABRAHÃO, CHAGAS, LAGO e SOUZA, 2022, p. 4). Pêcheux (1990), ainda aponta que um acontecimento “é um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (p.17), levando em consideração o conceito de Pêcheux (1990) sobre acontecimento em complemento com os estudos de Tavares (2007), percebemos em vários momentos ao longo que na *Cult* o acontecimento invisível se confira cada vez mais, já que, principalmente as entrevistas, são pautadas em um acúmulo do passado, que é reatualizado para o presente, não há a quebra de uma rotina e ele não é construído, já existe e está ali, mas de uma forma implícita. Mas como um acontecimento se torna histórico?

Primeiramente, ele deve ser considerado significativo para ser lembrado ou registrado, sendo assim “consiste em um fato que, por sua relevância enquanto ocorrência no mundo passa a ser rememorado na história, fazendo parte do dizer sobre o passado de um povo, narrado pela ciência histórica” (LE GOFF, 1996 *apud* DELA-SILVA, 2008), também levamos em consideração a ideia de que os acontecimentos não se tornam histórico por natureza, mas é preciso um discurso para reconstruí-lo. Na *Análise do Discurso*, “o acontecimento histórico [...] pode ser discursivizado de diferentes formas e produzir efeitos de sentido diversos” (DELA-SILVA, 2008) e desta forma o discurso pode ser considerado a “ordem do acontecimento, portanto histórico, e o sentido como resultado de relações móveis, oscilantes e paradoxais a que os

enunciados estão fadados em sua irrupção de acontecimentos” (SOUSA e INACIO, s/a), levando em consideração da proposta de fazer uma análise das revistas como um “documento”, como propõe Foucault (2012), em *A Arqueologia do Saber*, o que é selecionado para ser publicado é considerado significativo, produz memória e é atemporal. O que torna as revistas diferentes dos jornais impressos e a maneira do seu discurso e sua configuração que nos permite olhá-las como um documento além de seu tempo, onde os discursos são reconstruídos e registrados. Então podemos perceber que vários tipos de acontecimentos se configuram dentro do discurso jornalístico da revista, se articulando e construído sua identidade.

Na mesma linha de raciocínio, ressaltamos o acontecimento discursivo para que surja como tal, alguém precisa criá-lo, mas devemos deixar claro que o acontecimento discursivo diferencia-se, do acontecimento histórico e do acontecimento jornalístico.

O acontecimento discursivo pressupõe, assim, a relação entre dizeres que, ao se cruzarem, tendem a promover rupturas, ainda que um novo dizer, por princípio, seja formulado a partir das possibilidades que esse dizer encerra. [...] busca-se compreender os acontecimentos discursivos que possibilitam o surgimento de novos espaços de significação para o sujeito (DELA-SILVA, 2009, p.4).

Foucault (2012) ressalta que devemos reconhecer a singularidade de cada enunciado como acontecimento discursivo, que inicialmente “[...] está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas por outro, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo da memória, ou na materialidade dos manuscritos [...] e de qualquer forma de registro” (p.34-35). Ele é único, como todo acontecimento, mas aberto “à repetição, à transformação, à reativação” (Idem, p.35) e “está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem” (FOUCAULT, 2012, p.35). O autor ainda mostra que ao encontrar o “rastro” do acontecimento, é possível estabelecer certas relações homogêneas, como a “[...] rede de causalidade permitindo derivar cada um deles relações de analogia mostrando como eles se simbolizam uns aos outros, ou como todos exprimem um único e mesmo núcleo central” (p. 11-12).

O acontecimento discursivo é um conceito que está intimamente ligado à Análise de Discurso, sendo que para o método o discurso é a estrutura do acontecimento, mas isso não significa que, antes da análise, não possamos lançar um olhar para dentro das revistas. Para Malidier e Guilhaumou (1997), o acontecimento discursivo não se relaciona com o histórico ou mesmo com o jornalístico, pois “o acontecimento

discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” (p.166). Partimos então do pressuposto que o acontecimento discursivo é a relação entre os dizeres, que quando se cruzam causam rupturas, mesmo que um novo dizer seja produzido e dão lugar a novos espaços de significação.

Pêcheux (1997) acredita que “o surgimento de um acontecimento discursivo não é um fato rotineiro, nem intencional e nem mesmo elaborado, mas constituído no bojo das relações de reprodução/transformação das relações de produção sociais” (p.191), o autor coloca em debate a produção do acontecimento discursivo e acredita que para que este tenha uma relevância ou valor na sociedade é preciso que circule. Mesmo que ambos os acontecimentos discutidos aqui sejam diferente do histórico e do jornalístico, são ambos que irão produzir o discursivo a partir de uma memória, da atualização dentro da voz de vários enunciadores que vão retomá-lo e deslocá-lo, assim como acontece nas entrevistas da Revista Cult. O Invisível se torna discursivo a partir do momento em que ele traz o “contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca” (PÊCHEUX, 2006, p. 19), podemos afirmar isso, porque o autor ainda afirma que esse movimento o torna como transparente e opaco ao mesmo tempo e partir daí começa um confronto discursivo que dará início para esse acontecimento, com formulações e retomadas, tornando-o transparente.

Estas questões ainda serão discutidas à frente durante a análise do *corpus*, pois são noções que nos levam a olhar a identidade da Cult e do seu discurso de uma maneira mais aprofundada. Mas não podemos esquecer que estamos falando de entrevistas que se encontram dentro de uma revista segmentada e especializada no jornalismo cultural, por isso, é importante entender as noções da construção do seu discurso cultural e as características de sua produção. É o que abordaremos a seguir.

A construção da imagem e o *ethos* discursivo

Foucault (1995) diz que o discurso está na prática discursiva e não no texto. Essa prática é exercida entre o leitor e o enunciatador. Sendo o jornalismo parte desse processo discursivo, muitos são os sujeitos que o articulam: o veículo, o jornalista, o leitor, a fonte, o anunciante. Considera-se que o jornalismo:

[...] possui características singulares, que podem ser aprendidas e reconhecidas pelos diversos atores sociais. São estas características que permitem estabelecer a diferença do jornalismo em relação a outras práticas discursivas

mediáticas. Segundo, o jornalismo, sendo um discurso, só existe na relação entre sujeitos. Terceiro, as relações de poder entre os sujeitos envolvidos neste discurso são assimétricas. Quarto, o jornalismo se estabelece em um contrato de comunicação. Entre os elementos fundamentais desse contrato, está a resposta à questão “quem diz e para quem”, envolvendo debates sobre a identidade do jornalismo, a imagem do jornalismo como voz institucional e a construção do leitor virtual ou imaginado (BENETTI; HAGEN, 2010, p. 123).

Ao direcionarmos o olhar para o gênero entrevista, temos a articulação de quatro agentes: veículo, jornalista, figura entrevistada e leitor. O jornalista possui uma imagem institucional, já que a sua “voz” representa o veículo para qual trabalha, o veículo constrói sua imagem a partir de suas publicações e discurso, o entrevistado a partir da sua representação social e suas respostas e o leitor cria as imagens a partir da interpretação dos signos verbais e não-verbais presentes, além disso, ao criar uma identificação com a revista e suas publicações, cria-se um pensamento crítico que influencia na construção da sua identidade.

Para entender melhor essa representação da imagem a partir dos discursos presentes nas entrevistas da *Cult*, faremos uma pequena introdução que será o ponto de partida para o capítulo analítico. Assim chegamos ao *ethos*, um conceito complexo e algumas de suas ramificações, aqui apropriadas para oferecer percepções sobre o *corpus* desta pesquisa, que compreende o discurso jornalístico das entrevistas.

Maingueneau (2011) aponta que em alguns momentos o conceito de *ethos* é traduzido de forma errônea como caráter. A partir do discurso, de uma maneira mais simplificada, podemos entendê-lo como uma espécie de fenômeno, onde o locutor vai ativar nos destinatários uma controlada representação de si. O autor ainda propõe que:

- o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior à sua fala;
- o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro;
- é uma noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada pela mesma numa determinada conjuntura sócio histórica. (MAINGUENEAU, 2011, p. 17)

Em um enunciado, apresentam-se argumentos racionais, mas de maneira mais eficaz, o *ethos* movimenta sentidos e significados, sendo um fator determinante de um discurso. Ainda podemos defini-lo “como um conjunto de recursos linguísticos e retóricos mobilizados para gerar credibilidade – o *ethos* refere-se não apenas à imagem

de si depreendida discursivamente, mas também ao processo de elaboração dessa imagem” (GRANDO, 2012, p. 17) Assim, o relacionamos também como um elemento do discurso, em que o enunciador consegue despertar e conquistar o interesse do seu público.

Grando (2012) aponta que o *ethos* não é imutável. O destinatário e o locutor possuem uma dinâmica de troca, em que os “movimentos de fala (que incluem palavras, argumentos, gestos, postura, signos de elocução e oratória etc.) são planejados, mantidos ou alterados de acordo com a receptividade do destinatário” (2012, p. 33). Ainda entende-se que o conceito é constituído de “cenas de enunciação”.

Assim, o *ethos* não é um conceito teórico claro, mas uma noção fortemente relacionada à prática discursiva e enunciativa, cuja concepção é bastante atravessada por impressões, por uma experimentação sensível do discurso que mobiliza a subjetividade do destinatário, sua identificação com o que lhe é dirigido. No entanto, é importante observar que a experimentação sensível do discurso também acontece com o locutor, embora sua posição detenha maior controle discursivo já que ele procura por adesão e convencimento (GRANDO, 2012, p. 33).

O *ethos* e o ato de enunciar estão relacionados intimamente, assim como a interpretação do público da enunciação. Também encontramos o *ethos* em discursos que ainda não foram lidos ou ouvidos, seu propósito se perde se não existe uma interação com o público.

Muito comum na imprensa e na política, o *ethos* pré-discursivo é construído antes da fala, ou seja, o locutor tem a sua “imagem” formada antes mesmo do seu discurso, uma espécie de julgamento, que os enunciados podem confirmar ou não. Logo após, temos o *ethos* discursivo, que, de acordo com Grando (2012), vai garantir a aceitação e adesão do público, mas que também pode trazer a negação e a falta de empatia pelo autor. Ele ainda observa que “é por meio do *ethos* discursivo que certos conteúdos, ideologias ou posicionamentos se revelam, mediante análise. Mas é também por meio do *ethos* que representações de mundo são incorporadas pelos destinatários de um discurso” (GRANDO, 2012, p. 17)

Fazendo uma apropriação do conceito para o objeto de pesquisa, e pensando nos caminhos introdutórios que poderão contribuir para a aplicação do método na análise do *corpus*, trazemos o *ethos* como uma “estratégia discursiva” para legitimar a credibilidade das entrevistas. O jornalismo mobiliza-se por muitos sujeitos que, no caso desta pesquisa, são: veículo, jornalista, leitor e entrevistado. Em sua posição de

enunciação tem autorização para abordar vários acontecimentos. “[...] apesar dessa autoridade, os sentidos que ele deseja construir só se concretizam se o destinatário de seu discurso reconhecer a legitimidade e a singularidade daquele lugar de enunciação” (GRANDO, 2012, p. 18). Maingueneau (2005) em seus estudos propôs um alargamento do *ethos*, não apenas com um olhar para a oralidade, mas também para todo tipo de texto, inclusive o escrito.

Metodologia

Sobre os caminhos metodológicos vamos usar o conceito de acúmulo e exterioridade que Michel Foucault propõe em *A Arqueologia do Saber* (2012). O autor vai dizer que o discurso é um conjunto de enunciados que vão obedecer regras de funcionamento comuns, que é uma prática e devemos considerar as condições existentes fora dele. Thiry-Cherques (2010), ainda diz que “A arqueologia articula as “formas discursivas”; as “práticas discursivas” com práticas econômicas, políticas e sociais” (p.227). Foucault (2012) ainda faz uma análise dos processos internos que delimitam o discurso, em que este é durável e que trazem novos discursos, ou seja, um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de significações” (FOUCAULT, 2013, p.25).

Foucault (1986) considera que os signos que estão presentes no discurso vão além de designar coisas, eles trazem um “mais” e é esse “mais” que precisa ser descrito, que precisa aparecer. Para analisar o discurso é preciso dar conta das relações históricas, práticas que estão presentes nos discursos e entender que esses discursos fazem parte de uma produção histórica. Um conceito importante para a proposta arqueológica do autor é a formação discursiva e de acordo com Fischer (2001, p. 203), devem ser encaradas dentro de um espaço discursivo ou campo discursivo e “estão sempre em relação com certos campos do saber”. Quando falamos em discurso jornalístico, intelectual, cultural e político, cada um deles se insere dentro de um conjunto de enunciados em um “determinado sistema de formação ou formação discursiva” (idem, p. 203). Portanto, não devem ser encarados como sistemas fechados.

Devemos compreender a formação discursiva como o “princípio de dispersão e de repartição” (idem, p. 203, *apud* FOUCAULT, 1986, p. 124). Dessa maneira, dentro desse determinado campo e a posição ocupada nesse campo, compreende-se o que poderá ser dito e o que deve ser dito. “As coisas ditas, portanto, são radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo” (FISCHER, 2001, p. 204). Já os conceitos que serão trabalhados são definidos da seguinte forma: a exterioridade é o olhar local em que se irrompe no acontecimento, as condições históricas que permitiram o

aparecimento de certos enunciados e não de outros que foram silenciados” (GOMES; LEITE, 2020, p. 277).

O acúmulo compreende a recorrência de enunciados, “que deve considerá-los junto aos seus antecedentes, dentre os quais se situa e é capaz de reorganizar e redistribuir segundo novas relações” (GOMES; LEITE, 2020, p. 277). Na análise enunciativa, o acúmulo não se trata da definição de onde se encontram, ou se definem por lembrança, mas podem ser “reativados” e incluídos em novas relações.

A pesquisa arqueológica não busca origem, mas acúmulos (e, para isso, investiga a história do enunciado), não se foca na totalidade, mas sim na raridade. Ela se preocupa em descrever as relações de exterioridade dos enunciados, não se importa com um certo fundamento transcendental que carregariam (SIQUEIRA, 2016).

Este processo consiste em uma análise documental, que individualiza as formações discursivas: “isolar pertinências, descrever relações, definir conjuntos e as séries de enunciados que formam o discurso” (THIRY-CHERQUES, 2010, p. 224). Foucault considera os documentos como discursos que serão analisados e não interpretados.

Análise do *corpus*

Começamos a análise com as capas, que a partir das percepções sobre a construção da imagem do entrevistado através das chamadas que a *Cult* destaca e ainda sobre os elementos não-verbais usados também na construção da capa, o que nos chama atenção? Como a revista constrói sua identidade através das capas, que é o contato inicial do leitor com a *Cult*? Quais os elementos implícitos que produzem sentidos nos imaginários? Por que estes elementos estão ali? O que revelam sobre a entrevista em destaque?



Quadro 1 – Edições Revista Cult

Fonte: revistacult.uol.com.br/home/edicoes/

A Edição 240 simboliza a posição ideológica da *Cult* e nos traz uma representação do que esperar nas páginas da revista. A cor azul de fundo já nos chama a atenção por ser uma cor que representa os partidos de direita, a fala em destaque do Criolo segue uma representatividade do que é a violência e percebemos isso através das palavras do enunciado da chamada em destaque: **força, medo e mal**, que vai se relacionar com o elemento não-verbal: **uma imagem grande de uma mão segurando uma arma**. Quando analisamos a capa e as chamadas das outras seções destacamos as palavras: **movimento negro, fascismo, crítica, necropolítica, inimigo e as expressões: a política como guerra e o direito de matar**. Aqui, podemos pensar os enunciados como parte de um mesmo sistema regular e que empregam uma regra de formação, uma base que no início é ampla e depois de uma série de relações, mesmo que articuladas de forma sutil são localizadas em sua extensão (FOUCAULT, 2012). O que podemos ver representado então? A luta contra o racismo, contra a violência política e social. Na edição 221, a intelectualidade tradicional é o destaque, no entanto, a chamada da entrevista de Ivone Gebara, embora “tímida”, traz como destaque o **feminismo**.

A revista inicia essas construções a partir do *ethos* presente no não-verbal inicial da *Cult*, que de forma implícita, vai interagir com público a partir dos enunciados da capa. Esse *ethos* é pré-discursivo, construído antes da fala, onde os enunciados e a posição do sujeito do saber são formados antes mesmo do discurso (as chamadas nas capas). Assim, observa-se a construção do *ethos* discursivo em que ideologias da revista e do entrevistado são representadas em certos conteúdos e é incorporada pelos “destinatários de um discurso” (GRANDO, 2012, p.17). Observa-se que este é o pontapé inicial para a construção da imagem do entrevistado, uma espécie de anúncio do que está por vir dentro da entrevista e uma forma de causar uma identificação do leitor com o conteúdo e despertar o seu interesse. Mas tudo isso se configura a partir de um acúmulo e de uma exterioridade.

A entrevista do Criolo tem como “gancho jornalístico” o lançamento da música e o clipe “Boca de Lobo” e a revista destaca que “é a maior crítica audiovisual de todos os tempos”, (jornalista Fernanda Paola, novembro de 2018, edição 240, p.12), e é uma “linha do tempo do tanto de coisas ruins que ofereceram para todos nós”, (jornalista Fernanda Paola, novembro de 2018, edição 240, p.12), faz referências à morte de Marielle Franco até a tragédia de Mariana, em um dos trechos da música Criolo diz” [...] Plano de saúde de pobre, fia', é não ficar doente [...]” (Criolo, 2018, música Boca de Lobo). Já a Ivone Gebara, filósofa e teóloga, é considerada uma “curva” fora da linha, já que sempre foi uma voz dissonante na igreja católica, mas “trabalha para que as mulheres deixem de ser exploradas pela religião” (Jornalista, Amanda Massuela, Revista *Cult*, edição 221, março 2017, p.12). Ambos os entrevistados possuem imagens que são construídas pela revista. Criolo: o negro, pobre, rapper, criado na periferia e usa a música como forma de crítica. Ivone Gebara: uma intelectual, com duas formações, que vê a relação entre a mulher e a religião de outra maneira, “percebi que o monoteísmo, em especial o cristianismo são muito marcados pela figura de Deus Pai, que eles dizem ser ‘puro espírito’, mas que na verdade é um espírito controlado pelo masculino” (Ivone Gebara, Revista *Cult*, edição 221, março 2017, p.14).

Primeiramente, percebemos que a revista se usa de um acúmulo para revisitar todos os assuntos e os ressignificar para o contexto sócio-histórico, retrazer uma memória, dizer aquilo que parecia estar esquecido, nos levar a um novo olhar, por isso o acúmulo existe nos enunciados através da dispersão dos discursos e sua descrição não está em recuperar o momento de origem, mas investigar como foi possível os enunciados fossem reativados e conservados. Devemos considerar a análise do acúmulo através do modo em que se conservaram e em seu tempo de existência, também em seu caráter específico e em sua recorrência. Quando olhamos as entrevistas em sua composição por memórias que podem ser repetidas, ressignificadas

e sua associação com as práticas sociais contemporâneas observamos de que maneira os enunciados são reativados e revelam outros. “O que faz com que certos discursos sejam esquecidos e que outros sejam permanentes conservados?” (GREGOLIN, 2004b, p. 35), os autores Júnior, Ferreira, Baracuchy (2020) vão dizer que este fenômeno acontece, porque o depósito de enunciados é “resultado do acúmulo, reverberação de determinado dito que ocupou diferentes espaços-temporais” (p.9).

Ao analisarmos os discursos já efetuados, devemos considerar uma espécie de inércia essencial, onde foram conservados pelo acaso, mas que são suscetíveis de serem retomados “nas redescobertas da leitura” e que podem ser descobertas algumas marcas, essas que:

Uma vez decifradas, podem liberar, por uma espécie de memória que atravessa o tempo, significações, pensamentos, desejos, fantasmas sepultados. Estes quatro termos, leitura – traço – decifração – memória [...] definem o sistema e permite, usualmente, arrancar o discurso passado de sua inércia e reencontrar, num momento, algo de sua vivacidade perdida (Michel Foucault, 2012, p.150-151).

Já quando olhamos a exterioridade, de acordo com Foucault (2012), irá se inscrever nas coisas ditas, através das regularidades e nas transformações que vai indicar que o sujeito que fala, ao enunciar, irá ocupar uma função enunciativa de autor e não é dito de qualquer lugar, mas em uma exterioridade, sendo assim, “não importa quem fala, mas o que ele diz, que não é dito de qualquer lugar” (FOUCAULT, 2012, p. 150). Devemos pensar a exterioridade a partir de alguns momentos: um pensamento não nasce na mente do sujeito que fala; o sujeito do discurso não é detentor individual do enunciado, mas devemos pensar em um lugar possível dos sujeitos falantes; quando estudamos o que já foi dito não devemos pensar nas condições individuais dos sujeitos, mas o que ele diz, levando em consideração que não é de qualquer lugar, neste contexto é possível definir aquilo que pode ou não ser dito, desta forma pode compreender as relações que existem entre os sujeitos.

Visto isso, percebemos que a *Cult* propõe um jornalismo cultural que vai mais além, mais crítico e cria essa imagem de si mesma ao trazer assuntos sociais e políticos, apelos visuais fortes, personalidades com opiniões fortes sobre os problemas da atualidade e que estão inseridos dentro do contexto. O que torna interessante na revista é a sua transformação, que vai de um modelo específico com um foco demarcado, para uma ampliação dos temas, com a proposição de questões do campo político e social. Esta também é uma discussão trazida por Faro (s/a), para o autor o jornalismo é capaz de trazer interpretações e críticas às atividades humanas, por isso,

para o autor, “[...] o jornalismo cultural, ocorreria, portanto, um trânsito orgânico em torno da avaliação e da análise da produção simbólica representada pelos eventos de natureza artístico-interpretativa do mundo social” (p.159). Por fim, ele problematiza a necessidade da produção artístico-intelectual, factual ou analítica, se torne um estatuto da notícia no espaço público, dando assim a perspectiva de localização histórica. Ele ainda traz a discussão para o sentido sociológico, onde entende que a compreensão de tal discussão será mais especializada e cita RIVEIRA, 2003, p.16:

[...] atividades artísticas e intelectuais, embora estas, devido à ênfase em um sistema de significações geral, sejam agora definidas de maneira muito mais ampla, de modo a incluir não apenas as artes e as formas de produção intelectual tradicionais, mas também todas as ‘práticas significativas’ – desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade – que agora constituem esse campo complexo.

Essas problematizações que o autor José Salvador Faro sobre cultura-intelectual, nos leva muito para a identidade da Revista *Cult* e suas pautas, que incluem práticas significativas, como por exemplo, a filosofia e a sociologia. E é a partir daí que percebemos uma mudança na imagem da revista, sua característica intelectual sempre existirá, pois é sua essência, é o que a faz ser diferente das outras, mas trata os acontecimentos de outros ângulos, e como dito anteriormente, o acontecimento invisível está ali, mas de um modo que se transforme no discursivo através de uma memória e é essa memória que nos traz duas questões: Criolo está ali por ser uma personalidade do campo cultural popular e por ter o seu lugar de fala, mas ao mesmo tempo a *Cult* tenta transformá-lo no intelectual das massas, ultrapassando o sentido tradicional de intelectual. Já Gebara, apesar do seu *status* intelectual está ali representando a voz das mulheres, fazendo críticas à exploração da religião e da maneira como as mulheres são retratadas, tornando esse *status* tradicional de intelectual em orgânico. Mas estas são discussões para próximos estudos.

Referências

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ALVES, Julia Mayra Duarte; PIZZI, Laura Cristina Vieira. **Análise do discurso em foucault e o papel dos enunciados: pesquisar subjetividades nas escolas**. *Temas em Educação*. v.23, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/19678>

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. **Formação discursiva e discurso em Michel Foucault**. Revista Filogênese – Revista Eletrônica de Pesquisa na Graduação em Filosofia da UNESP, v. 6, n° 2, 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/filogenese>.

AZUBEL, Larissa Lauffer Reinhardt. **Jornalismo de revista: um olhar complexo**. In Revista Rumores, n° 13, v. 7, janeiro-junho 2012, p. 257 – 274. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/58942/64212>.

BAPTISTA, Iuri Yudi Furukita. **A arqueologia do saber de Michel Foucault no campo da comunicação**. Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação ISSN 1981-9943 Blumenau, v. 10, n. 2, p. 275-287, 2016. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/4947>

BENETTI, Marcia (org.). Metodologias de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**. N. 14. São Paulo: PUC-SP, 2008.

BENETTI, Marcia; HAGEN, Sean. Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. **Inovações no Jornalismo**, v.7 n° 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2010v7n1p123>

CAMPO, Amanda de Andrade; DELANOY, Claudio Primo. **Análise de discurso enquanto teoria-metodológica para estudos em comunicação**: possibilidades e deslocamentos de olhares sob sujeitos, enunciados e contextos. Porto Alegre: Intexto, n. 47, p. 251-267, set./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/83845>

CARVALHO, Guilherme. **Diretrizes para a Análise de Discurso em Jornalismo**. Revista Uninter de Comunicação, ano 1, n° 1, 2013

CAVALCANTI, Anna de Carvalho. **Jornalismo cultural e personalização: o acionamento do perito nas capas da revista Bravo! (1997-2013)**. Porto Alegre: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/133747>

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2009

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

FARO, José Salvador. **Jornalismo e crítica da cultura: a urgência da nova identidade**. In Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Volume 14, n. 3. São Leopoldo (RGS): Unisinos, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2012.143.02>

FARO, José Salvador. Nem tudo que reluz é ouro: contribuição para uma reflexão teórica sobre o jornalismo cultural. **Comunicação & Sociedade**, ano 28, n. 46, p. 143-163, 2006. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/CSO/article/view/3871/3384>.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, novembro/ 2001 Cadernos de Pesquisa, n° 114, p. 197-223, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SjLt63Wc6DKkZtYvZtzgg9t/?format=pdf&lang=pt>.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as coisas**. Lisboa: Portugalia, [s/a.].

FAUSTO NETO, Antônio. **Mortes em derrapagem**: Os casos Corona e Cazuza. No discurso da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 260 p.

FRANÇA, Vera. **O acontecimento e a mídia**. *Revista Galáxia*, São Paulo, n.24, 2012. p. 10 a 21. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>

GOMES, Antonio Marcos Tosoli. Análise de discurso francesa e teoria das representações sociais: algumas interfaces teórico-metodológicas. *Psicologia e Saber social*, 4(1), 3-18, 2015. doi: 10.12957/psi.saber.soc.2015.17558.

GOMES; Daniel Loureiro; LEITE, Marília Fernanda Pereira. A Arqueologia do Saber: um roteiro de leitura. *Revista Moara*, vol.1, nº 57, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/viewFile/9735/6708>

GOMES, Roger Marcelo Martins. A arqueologia do saber: uma proposta metodológica para a análise do discurso em história. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 6, nº 3, p. 19 - 26, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/3181>

GRANDO, Carolina Pompeo. **Elementos para um estudo do ethos discursivo do jornalismo**: análise da seção editorial de Carta Capital. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100682>

GREGOLIN, Maria do Rosario. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**. v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007.

JÚNIOR, Sérgio da Silva Machado; SILVA, Giuslane Francisca da. **O discurso em Michel Foucault**. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v.8 nº 6, 2014.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana

MARTINS, Geraldo Inácio; JUNIOR, João Cleps. **Nas tramas do discurso**: possibilidades teóricas e metodológicas em Michel Foucault. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 69-88, 2013; 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0006>.

MCNAIR, Brian. **The sociology of Journalism**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1998.

MEDINA, Cremilda Araújo. **Entrevista, o Diálogo Possível**. São Paulo: Editora Ática, 1986; 2011.

MORAIS, Hugo Arruda de. Michel Foucault e o discurso: as implicações teórico metodológicas da análise do discurso a partir das perspectivas da arqueologia do saber e da genealogia do poder. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 6, nº 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu>.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NETO, Guilherme Imbiriba Guerreiro. **O discurso de legitimação do jornalismo**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122820>.

Revista *Cult*. **Ivone Gebara: 'Uma rebelde no rebanho'**. Edição 221, Editora Bregantini, março de 2017.

Revista *Cult*. **Criolo: 'A força do medo é a ferramenta maior do mal'**. Edição 240, Editora Bregantini, novembro de 2018.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993. pp: 27-33.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes**, Ano 3 – nº 1 ago./dez. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38248>

SIQUEIRA, Vinicius. **Raridade, exterioridade, acúmulo – Arqueologia do Saber**, 2016. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/raridade-exterioridade-acumulo-arqueologia-do-saber/>

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **Jornalismo especializado e a mediação de um ethos na sociedade contemporânea**. In: *Contemporânea*, vol. 6, nº 2, 2007d.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. "Entre objeto", "objetos no entre": Revista, Jornalismo Especializado e Qualidade de Vida. **Revista Em Questão**. v. 25, nº 3, 2008.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **O jornalismo especializado e a especialização periodística**. *Estudos em Comunicação*, nº 5, p. 115-133, 2009. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **Sobre o jornalismo de revista e o seu infinito singular**. *Contracampo*, nº 25, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17273/10911>.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. **Lua Nova**, São Paulo, p. 215-247, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/pcFq8fmfKs3tvS9z5ZRxGCD/?lang=pt>.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Gili, 1983.

VILAS BOAS, Sergio. **O estilo magazine; O texto em revista**. São Paulo: Editora Summus Editorial, 1996.

Projeto Enegrecendo a Academia: novas reconfigurações no processo de construção de saberes

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo*

Sarah Carime Braga Santana**

Victória Sara de Arruda***

Walkyria Chagas da Silva Santos****

Introdução

O Coletivo Dandaras foi constituído tendo como objetivo principal atuar pela efetividade da política de cotas por meio do acompanhamento das (os) candidatas (os) em todas as etapas do processo seletivo e enquanto grupo de pós-graduandas, e colaborar no desenvolvimento acadêmico das integrantes na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)¹.

* Doutora e Mestra do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Docente do curso de Direito na Faculdade Pitágoras – Eunápolis, BA. Integrante do grupo de pesquisa Paidéia – laboratório de pesquisas transdisciplinar sobre metodologias integrativas para a educação e gestão social. Integrante do Coletivo Dandaras. Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC. E-mail: dannymedeiro@hotmail.com.

** Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: sarah.braga@live.com

*** Mestranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista-UNESP. E-mail: victoria.arruda@unesp.br

**** Docente do curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade de Brasília (UnB). Integrante do Grupo de Pesquisa MARÉ – Cultura Jurídica e Atlântico Negro. Integrante do Coletivo Dandaras. Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC). Integrante do Conselho Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus). E-mail: kyriachagas@yahoo.com.br

¹ A Comissão de Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB1 foi designada pelo Ministro da Educação, através da Portaria SESu/MEC no. 108/2012, de 26/06/2012. Ampliada por representantes das instituições parceiras e consultores voluntários ad hoc, cumpriu sua finalidade numa sequência de reuniões de trabalho, realizadas na Universidade Federal da Bahia, instituição tutora. As datas das reuniões da Comissão de Implantação: 15/08/2012; 22/08/2012; 5/09/2012; 10/09/2012; 26/09/2012;

A UFSB foi concebida para atender às exigências educacionais do mundo contemporâneo, bem como às especificidades culturais, sociais, artísticas e econômicas da Região Sul do Estado da Bahia, sem negligenciar o desenvolvimento nacional e planetário. Orientada pela possibilidade de recriação da educação pública brasileira como vetor de integração social e como fator de promoção da condição humana, aspectos pouco valorizados no modelo educacional vigente².

A Universidade tem no seu Plano Diretor o objetivo de ser plural. E o Coletivo Dandaras tem como foco alcançar esse propósito na prática. Para atingi-lo, no ano de 2018 foi executado o Projeto Monitoria Voluntária que ofereceu colaboração gratuita para preparação nas fases da seleção as(os) candidatas(os) com perfil cotista que pretendiam se inscrever no processo seletivo do PPGES na categoria Política Afirmativa. O projeto não foi levado até a fase final, posto que, a dificuldade financeira para realizar todas as atividades e a desistência de algumas candidatas e candidatos, e a não aprovação destes nas fases iniciais fizeram cessar as atividades antes da fase da prova oral (ARAÚJO, GÓES e CHAGAS, 2021).

No ano de 2019, Danielle Araújo e Walkyria Chagas, inspiradas nas dificuldades enfrentadas para acessar o curso de pós-graduação, em especial no quesito publicação, lançaram o curso “Enegrecendo a Academia: escrita e publicação de textos acadêmicos” realizado em maio de 2019, em parceria com o PPGER/UFSB, com intuito de instrumentalizar os candidatos em sua preparação para a pós-graduação, fortalecendo assim os instrumentos de luta e resistência contra o racismo. O curso teve como objetivo fomentar a publicação de textos científicos por estudantes de pós-graduação que tenham como sujeitos de pesquisas as populações subalternizadas³ (ARAÚJO e CHAGAS, 2019, 2020).

A grande problemática da atualidade apresenta e sinaliza alterações no campo educacional de forma profunda. Diante de uma pandemia que atinge a humanidade, além das restrições referentes ao contato pessoal que foram ampliadas, o que reverberou no campo da educação como desafio foi o pensar junto a outros campos de saberes novas estratégias de reorganização social, comercial, econômicas, educacionais, culturais, por exemplo. Isso, levando em conta um fenômeno que atingiu

31/09/2012, 17/10/2012, 15/12/2012, 09/01/2013; 5/03/2013; 20/03/2013. Disponível em: <https://ufsb.edu.br/a-ufsb/apresentacao-ufsb> Acesso: 30 ago.2021.

² Disponível em: <https://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf> Acesso: 30 ago. 2021.

³ Contou com a participação de 9 estudantes.

não apenas a área da saúde, mas todas as áreas que envolvem a organização social, inclusive agravando as situações de assimetrias sociais prévias existentes no país.

Com as sinalizações preliminares de um aumento das desigualdades no campo educacional, em 2020, o Coletivo Dandaras voltou a sonhar com o projeto de monitoria e visando organizar as atividades realizou uma chamada para novas/os participantes. A chamada atraiu interessados de diferentes Estados (Amapá, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, além do Distrito Federal). E reuniu também uma nova equipe com 12 integrantes⁴, se reformulou para as ações do ano: a) construir um novo formato de curso Enegrecendo a Academia com foco em monitoria para a formulação de projetos de pesquisa de mestrado e doutorado; e, b) implementar o primeiro evento do Coletivo Dandaras (ARAÚJO e CHAGAS, 2020).

O objetivo do texto é apresentar um relato de experiência sobre a sistematização dos dados do Projeto Enegrecendo a Academia e apresentação dos próximos passos de uma Coletivo que se mantém em movimento para construir uma educação antirracista. Com enfoque qualitativo e utilizando a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, o texto apresenta uma discussão teórica como o racismo epistêmico e a necessidade de pluralidade dentro do âmbito acadêmico e apresenta os dados das atividades realizadas em 2020, 2021 e 2022, além da trazer dados prévios das atividades que estão sendo realizadas em 2023.

Racismo epistêmico e novas reconfigurações no processo de construção de saberes

A autora Lélia Gonzalez escreveu na década de 1980 sobre como nós população negra somos representados como seres que não possuem capacidade intelectual, e seguindo essa lógica criada pela elite branca, parte da sociedade vê como natural a perseguição sofrida pelas (os) negras (os), nós somos o malandro, a faxineira, a prostituta, a cozinheira (GONZALEZ, 1984). Ou seja, para nós negras(os) a sociedade “reserva” o lugar da subalternidade, da exploração, do trabalho braçal, e ao mesmo tempo desqualifica nossa produção intelectual (ARAÚJO e CHAGAS, 2020).

A escola não era lugar de preta(o), ainda hoje estudar é um privilégio branco, principalmente se pensarmos no acesso à educação de qualidade e educação superior. Crianças pretas recebem estímulos diferentes das crianças brancas, as últimas

⁴ Ceila Sales de Almeida, Célia Souza da Costa, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Eva Dayane Almeida Góes, Helen Dalila Araújo Esquivel, Mirim Santos Lima, Nyanne Lima Alves, Peterson Trindade, Sarah Carime Braga Santana, Vera Lúcia da Silva, Victória Sara de Arruda e Walkyria Chagas da Silva Santos.

vivenciam o universo lúdico, acessando amplo capital material e simbólico desde tenra idade, e o que resta as crianças pretas? Brincar com os instrumentos dos materiais de trabalhos das mães e dos pais. Araújo, Góes e Santos, três das quatro mulheres negras que tecem essas linhas, afirmam que,

A construção da educação como um valor, que perpassa o processo de socialização das crianças e adolescentes afrodescendentes no país, envolve políticas sociais integradas, uma educação formal de qualidade pautada em conteúdos contextualizados, que valorizem a pluralidade étnico-cultural, e que se proponha transformadora, reflexiva, e crítica das realidades desiguais. (ARAÚJO, GÓES, SANTOS, 2019, p. 111).

Munanga, questiona o que seria capaz de reverter o quadro preconceituoso que prejudica a formação das/os negras/os, e indica a educação como um caminho eficaz para desconstruir o mito a superioridade e inferioridade, dos brancos e negros, respectivamente, sendo necessário mobilizar forças para combater o racismo (MUNANGA, 2005).

E foi a partir das tensões vividas Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) da UFSB, dos conflitos entre o que estava escrito e o que era vivenciado, que o Coletivo Dandaras, formado inicialmente por mulheres negras discentes do PPGES foi constituído, unindo forças para questionar a aplicação da Lei de Cotas no PPGES, e depois para facilitar o acesso de negros/negras na Pós-graduação (ARAÚJO e CHAGAS, 2019, 2020). É uma lógica que quebra com a naturalização de que as mãos negras devem estar nos trabalhos manuais e não nas atividades intelectuais (ARAÚJO, GÓES e CHAGAS, 2019).

O que estamos problematizando é um processo de produção de conhecimento que durante séculos subjugou os saberes fora do âmbito eurocêntrico, que instituiu o racismo epistêmico (MORIN, 2003; SANTOS e MENEZES, 2010). A questão da desigualdade educacional marca a exclusão de diferentes sujeitos no espaço social brasileiro marcado pelo acúmulo de capital econômico e cultural (que se reproduz no âmbito educacional) pelas classes dominantes, que, fortalecidos pelas normas legais, acabam por impor uma visão de mundo única como legítima para uma multiplicidade de visões de mundo (BOURDIEU, 2004, 2009).

Assim, não basta a norma, as lutas sociais continuam para que haja efetividade. Não devemos nos portar como cidadãos-servos, que se curvam diante da normatividade, mas como guerreiros e guerreiras que lutam pelo acesso aos bens públicos, culturais e educacionais, ainda marcados pela cultura do privilégio. Torna-se

necessário pensar as normas legais como instrumento de transformação social e não apenas como constructo abstrato e universal (ARAÚJO, 2018). As normas legais precisam ser vistas dentro de uma realidade complexa que reconheça os múltiplos atores que integram o espaço social (ARAÚJO e MARQUES, 2018), e o seu processo construtivo está envolto de interesses e relações de poder (WOLKMER, 2017).

Esses novos formatos de lutas fortalecem o revisitar da história e memória desses processos de enfrentamentos da população negra e é fundamental para se construir um novo caminho em que os direitos fundamentais façam sentido, e não sejam apenas uma abstração (ARAÚJO, SANTOS, FERNANDES, *et. al.*, 2020). A entradas de grupos distintos dentro da Pós-graduação contribui muito para que novas epistemologia, temas e estudos sejam desenvolvidos, e para que múltiplos saberes sejam valorizados.

Trata-se de pensar o direito à educação dentro de uma perspectiva de direitos humanos em pretuguês (, ou seja, que repensar e reflete os postulados da ciência a partir de outras bases epistemológicas, e isso só é possível quando esses corpos excluídos enfrentam o problema da inclusão (ARAÚJO, 2017).

Projeto Enegrecendo a Academia – Construção De Projetos De Pesquisa: Dados de 2020 a 2023

Com o apoio fundamental do professor Alexandre de Oliveira Fernandes (IFBA e PPGER/UFSB) e em parceria com o PPGER, o Coletivo Dandaras construiu um modelo de curso que agregou todas as fases dos processos seletivos de mestrado e doutorado, ocorrendo no formato remato, com aulas semanais (quartas-feiras, de 9 às 11h).

A chamada para participação no curso atraiu mais de 100 (cem) inscrições de diferentes regiões do país, e inicialmente nós tínhamos 17 vagas para acompanhamento de projetos, mas o desejo do coletivo era que todas(os) as(os) inscritas(os) tivessem acompanhamento. Para atender a demanda abrimos uma chamada apenas para orientadoras/es voluntárias/os (doutorando e doutores) e recebemos 34 (trinta e quatro) participantes, o que nos possibilitou incluir todas(os) as(os) candidatas(os).

O Coletivo Dandaras que iniciou suas atividades em 2020 contou com a participação de vários colaboradores para que suas atividades fossem executadas a contento, dessa forma, constatou-se que, de modo geral, o coletivo contribui de forma significativa para o crescimento pessoal e profissional e principalmente no que diz respeito às ações voltadas para o movimento negro e suas ramificações. Portanto, por entender esse papel construtor do coletivo é que foi necessária à coleta de dados referentes à cada uma das ações organizadas, geridas e executadas pelo Coletivo

Dandaras, já que, é a partir desses dados que conseguimos ter a real dimensão da magnitude dos eventos e cursos proporcionados pelo Coletivo.

Quanto ao Projeto Enegrecendo a Academia, carro chefe dentro do que se propõem as atividades do grupo, na sua execução em 2020 contamos com 19 professores orientadores voluntários que não necessariamente fazem parte do coletivo e da organização das atividades, mas se dispuseram a auxiliar neste projeto.

De forma quantitativa os resultados do Projeto podem ser apresentados na tabela abaixo:

Projetos concluídos	15
Número de participantes nas aulas:	em média 70
Número de Visualizações das aulas no Youtube	Em média 240
Aula de abertura	391
Participantes nas aulas durante o curso	1522 (número total, referente às 6 aulas ofertadas durante a realização do Projeto)
Aprovados em processos seletivos de mestrado e doutorado	6 (apenas 16 pessoas responderam ao questionário); 70% avançaram nas etapas em relação ao ano anterior.

Fonte: Coletivo Dandaras, 2020.

Tendo como base a quantidade de professores orientadores e de projetos que cada um se propôs a orientar foi possível selecionar 66 discentes para fazerem parte deste projeto, destes, 27 foram efetivamente orientados até o fim do curso, uma vez que alguns dos alunos desistiram de suas participações no curso, por inúmeros motivos. E dentre esses, 15 projetos foram concluídos e estavam em plenas condições de submissão para concorrência em editais de seleção para cursos de mestrado ou doutorado.

Além do quadro quantitativo valorizamos o quadro qualitativo do Projeto que revelou a importância da ação como luta coletiva.

Autoavaliação dos orientadores	<p>Principais dificuldades dos orientandos: Falta de conhecimento teórico necessário para construção do projeto; tempo; dificuldades com a escrita acadêmica (gramática e organização); definição do tema e do problema de pesquisa.</p> <p>Principais dificuldades dos orientadores: Entrar em contato com os orientandos; motivar os orientandos; pouco conhecimento de literatura acerca da temática específica do orientando;</p> <p>Importância do Projeto: De maneira geral o projeto foi considerado como essencial e de enorme importância para a efetivação das políticas afirmativas na pós-graduação. Praticamente todos os orientadores apontaram para a necessidade de ampliação e fortalecimento do projeto. Neste âmbito há uma sugestão para que se busque patrocínio com vistas no atendimento de modo contínuo do público-alvo, uma sugestão para concorrer a prêmios. “Essencial para aqueles onde falta esperança de entrar numa pós-graduação, o projeto é um socorro presente na angústia. Sigamos!”</p>
Autoavaliação dos discentes	<p>Motivação para participar do projeto: em sua maioria os alunos almejavam entrar em programas de pós-graduação, alguns já sabiam, especificadamente, em quais programas desejavam ingressar, mas a maioria tinha como objetivo se preparar, com ajuda das aulas e dos orientadores, para os processos de seleção. Alguns mencionaram ver no projeto a possibilidade de voltar a estudar ou de conseguir, com ajuda, vencer desafios emocionais ou de escrita.</p> <p>Principais desafios quanto à seleção: O maior desafio é a escrita do projeto (principalmente quanto a organizar as ideias; a metodologia e o referencial teórico), em seguida a prova oral e por último a entrevista.</p> <p>Habilidades adquiridas com o Projeto: a maioria afirma que conseguiu compreender como se elabora um projeto de maneira assertiva e eficiente, muitos melhoraram a escrita acadêmica e passaram a entender como funciona um processo seletivo para a pós-graduação, alguns aprenderam a se organizar melhor e outros entenderam que é possível, sim, ser aprovado nos programas de pós.</p> <p>Processo de orientação: A maioria diz que foi maravilhoso mesmo aqueles que não conseguiram concluir por falta de tempo ou por problemas de saúde/familiares. Porém 3 pessoas informaram que não tiveram retorno de seus orientadores e, por este motivo, não conseguiram finalizar o projeto.</p>

Fonte: Coletivo Dandaras, 2020.

É importante salientar que no processo de autoavaliação alguns informaram que perderam muitas aulas, principalmente por serem ministradas em horários em que eles trabalhavam ou tinham alguma outra atividade. Foi solicitado a inclusão de língua

estrangeira no curso. Todos afirmam que o projeto contribuiu para que os desafios fossem superados, principalmente no que se refere às dificuldades com a escrita do projeto. Foi importante para os participantes enfrentar o desafio de forma coletiva, quebrando as limitações pessoais e comuns na caminhada.

Esse projeto trouxe muito aprendizado para Coletivo, tanto em termos de coordenação, mas também de fortalecimento como grupo. Os resultados, independente de aprovação, mostraram a importância do compartilhamento, e de se caminhar juntos, a partir dos saberes africanos em que a humanidade é vivenciada e realizada com os outros, sendo a humanidade reconhecida como valor, o ubuntu é a pedra angular da ética africana centrada na vida (JEAN, 2017).

A partir do diálogo estabelecido com o Colegiado do PPGER/UFSB, no ano de 2021, apresentamos pontos necessários para o avanço na aplicação das Ações Afirmativas no PPGES e aperfeiçoar a sua aplicação, como:

- a) inclusão dos Povos Ciganos nas Ações Afirmativas, posto que, fazem parte de povos tradicionais, que historicamente foram excluídos do acesso à educação. O município de Porto Seguro por exemplo tem uma Comunidade Cigana Calon, e entendemos que é um ponto que o programa precisa avançar;
- b) retirada da exigência “ter estudado o ensino médio em escola pública” para todas as categorias de cotas. Os editais do PPGES têm oscilado e escolhido categorias para impor tal exigência, mas as populações historicamente excluídas o são por sua raça, etnia, sexualidade, deficiência, e não por sua condição social. Ademais, tal exigência impede que pessoas pobres negras que acessaram a educação formal via escolas particulares possam participar;
- c) Análise para realização de seleção diferenciada para indígenas, pessoas trans, quilombolas e ciganos, que garanta a efetiva ocupação das vagas disponibilizadas e se considere o processo de exclusão educacional que o Brasil executa para esses povos. Ressalte-se que, no caso das pessoas autodeclaradas pretas e pardas, a seleção continuaria com nota diferenciada para ingresso;
- d) Divisão da metade das vagas para pessoas originárias de países africanos e a outra metade para pessoas originárias de pessoas de países latino-americanos;
- e) Realização de cursos gratuitos em línguas para auxiliar a proficiência, em especial das(os) discentes cotistas;
- f) criação e institucionalização de um Programa de Ações Afirmativas e de permanência para os estudantes da pós-graduação, garantindo que os cotistas da

pós-graduação tenham condições de entrar, permanecer e concluir seus estudos com condições dignas de sobrevivência, desenvolvimento de suas pesquisas e apoio às suas dificuldades durante o curso.

g) Participação de mestres e mestras dos saberes em aulas, eventos e bancas de qualificação e defesa de dissertação e tese;

h) Ampliação do credenciamento de professoras(es) garantindo maior ingresso de discentes, credenciando professores (as) negros (as), lembrando que a pós-graduação é naturalmente um espaço de poder e privilégio nas Universidades e um lugar hegemônico da branquitude no Brasil, assim, é preciso romper com essa hegemonia dando oportunidades para docentes negros/as (que são minoria nas universidades públicas brasileiras) possam também ocupar esses espaços. Assim, solicitamos a aplicação da Lei nº 12.990/2014 combinada com o artigo 49 da Lei Estadual no 13.182, de 06 de junho de 2014 – Bahia e Decreto n. 9.427, de 28 de junho de 2018 – Federal, com reserva de 30% das vagas para professores(as) negros(as), além de Ação Afirmativa que garanta o ingresso de professores indígenas, trans, com deficiência.

i) Mapear o perfil dos(as) professores(as) e implantação de comissão de heteroidentificação (com a composição de integrantes que tenham trajetória pessoal de pesquisa que dialogue com a questão étnico-racial);

j) Realização de seminários, mesas redondas e momentos de qualificação e conhecimento de docentes e discentes sobre questões étnico-raciais;

k) Apoio a atividades de produção acadêmica em seminários semanais.

O intuito de apresentar essas demandas é não perder de vista os esforços que têm sido orquestrados pelo Coletivo e outros no Brasil para que o acesso a uma educação antirracista seja efetivo. Além disso, muito além de construir um documento intelectual, ele serve como guia de ação ou “rota de fuga” para que outros movimentos implementem em Programas de Pós-graduação ações que possibilitem acesso e mudança na realidade de negros e negras em nosso país, que ainda é marcado pela desigualdade de acesso e assimetrias educacionais.

Ainda sobre as ações em curso, também estamos elaborando formulário para saber o perfil étnico-racial docente do PPGES com intuito de lutar por mais pluralidade, o que irá reverberar no enfrentamento ao racismo epistêmico dentro do programa e da Universidade.

Em 2021, devido ao volume de trabalho realizado no ano anterior, ampliamos o acesso de novos integrantes, e replicamos o curso de escrita de textos acadêmicos, pois consideramos que seja uma forma de fortalecer as habilidades técnicas de escrita e aumentar a produtividade acadêmicas dos candidatos. Repensamos o curso Enegrecendo a Academia com um formato mais flexível, tendo em vista que a pandemia modificou muito a vida dos próprios integrantes. E realizaremos o II Colóquio do Coletivo em parceria com o Grupo de Pesquisa Pensamento Negro Contemporâneo na UFSB.

No ano de 2021 o Projeto Enegrecendo a Academia utilizou as aulas ofertadas em 2020 e disponíveis no Youtube como material de apoio para auxiliar os discentes inscritos no projeto na produção de seus respectivos Projetos de Pesquisa e ofertou, como anteriormente, a orientação individual, realizada por professores doutores e doutorandos de forma voluntária, aos inscritos.

De forma quantitativa os resultados do Projeto em 2021 foram os seguintes na tabela abaixo:

Número de discentes aceitos no projeto	57
Professores orientadores	22
Projetos concluídos	24
Aprovados em processos seletivos de mestrado e doutorado	13 (apenas 22 pessoas responderam ao questionário)

Fonte: Coletivo Dandaras, 2021.

Tendo como base a quantidade de professores orientadores e de projetos que cada um se propôs a orientar foi possível selecionar 57 discentes para fazerem parte do projeto neste ano, dentre esses, 24 projetos foram concluídos e estavam em plenas condições de submissão para concorrência em editais de seleção para cursos de mestrado ou doutorado. Alguns discentes tinham como objetivo se inscreverem em programas que abririam editais de seleção apenas no ano seguinte, e, dos que se inscreveram ainda em 2021, 13 foram aprovados.

Além do quadro quantitativo valorizamos o quadro qualitativo do Projeto que traz indicações acerca da importância da realização desse Projeto:

Autoavaliação dos orientadores	<p>Principais dificuldades dos orientandos: Desconhecimento da escrita acadêmica (ortografia e organização das seções) e de como usar os mecanismos de busca de bibliografia; Dificuldades com a escrita/organização das ideias e com a relação entre o problema, os objetivos e a metodologia; os alunos nem sempre compreendem que o processo de seleção de mestrado é a longo prazo, principalmente por alunos que tem outras atividades que demandam tempo.</p> <p>Principais dificuldades dos orientadores: tempo de realização do projeto; manter a motivação dos orientandos; ser assertivo quanto à proposição de leituras e indicação dos melhores caminhos para a escrita do projeto respeitando as especificidades de cada orientando;</p> <p>Importância do Projeto: De maneira geral o projeto foi considerado como fundamental e de enorme importância para possibilitar que as pessoas possam alcançar voos em condições menos desiguais. Descrito como tendo “Enorme relevância social e racial, por propor uma intervenção direta na realidade com foco na possibilidade de acesso à pós-graduação pública”. Praticamente todos os orientadores apontaram para a necessidade de ampliação e fortalecimento do projeto. Neste âmbito há uma sugestão de que tempo de duração do projeto, que atualmente é de 5 meses, precisa ter uma perspectiva de 1 ano no mínimo, ser contínuo.</p>
Autoavaliação dos discentes	<p>90% dos discentes informaram que o projeto auxiliou de alguma forma no desenvolvimento de habilidades e em estarem mais preparados para as várias fases dos processos seletivos de ingresso nos cursos de mestrado e doutorado.</p> <p>Principais desafios quanto à seleção: O maior desafio é a escrita do projeto (principalmente quanto a organizar as ideias; a metodologia e o referencial teórico), em seguida a prova oral e por último a entrevista.</p> <p>Processo de orientação: A maioria diz que foi tranquilo, mas o período de realização do projeto poderia ser maior, para que aproveitassem mais e com mais qualidade a disponibilidade de alguém que os oriente e auxilie durante a realização dos processos seletivos como um todo. Alguns relataram ainda dificuldade de manter contato periódico com seus respectivos orientadores, sendo por problemas de disponibilidade deles mesmos e, em alguns casos, do orientador designado. Mesmo aqueles que indicaram não terem finalizado a escrita do projeto, manifestaram que, durante o período do curso, conseguiram ao menos encaminhar a escrita e/ou desenvolver partes específicas nas quais tinham mais dificuldade.</p>

Fonte: Coletivo Dandaras, 2021.

Temos ainda, como resultado preliminar do ano de 2021 que duas integrantes-fundadoras (as autoras Danielle Araújo e Walkyria Chagas) defenderam a tese na UFSB, sendo as primeiras mulheres no Programa e na nova Universidade a se tornarem doutoras. O legado do Coletivo foi apresentado em reunião de avaliação institucional

do Programa, com a apresentação de resultados e de novas demandas a serem satisfeitas.

No que diz respeito à realização do projeto em 2022, temos os seguintes dados:

Número de discentes aceitos no projeto	34
Professores orientadores	23
Projetos concluídos	12 (apenas 15 orientadores responderam ao questionário)
Aprovados em processos seletivos de mestrado e doutorado	04 (sendo que outros 5 estavam participando dos processos de seleção, desses, 3 entraram em contato posteriormente para informar que foram aprovados, TOTALIZANDO 7 APROVAÇÕES)

Fonte: Coletivo Dandaras, 2022.

A devolutiva final do processo de orientação realizado em 2022 foi relativamente baixa. Os 15 orientadores que responderam ao formulário de feedback das ações efetivas em 2022 estavam responsáveis por 17 discentes, dessa forma, não foi possível identificar o impacto da ação em relação à metade dos discentes aceitos, inicialmente, para participarem do Projeto Enegrecendo a Academia em 2022. Tendo como base a devolutiva que recebemos, de apenas metade dos participantes, é possível afirmar que 70% dos inscritos finalizaram a escrita do projeto de pesquisa e 58% destes foram aprovados nas seletivas das quais participaram. Tais percentuais corroboram a importância e a efetividade das ações realizadas pelo Coletivo Dandaras no âmbito do Projeto Enegrecendo a Academia: Construção de Projetos de Pesquisa.

Em 2023 as atividades do Projeto Enegrecendo a Academia foram iniciadas em agosto e concluídas em dezembro. Nesta última edição do Projeto os dados quantitativos abarcam os seguintes números:

Número de orientadores inscritos	
Mestrado	Doutorado
17	39
Número de discentes aceitos e orientados no projeto	
Mestrado	Doutorado
30	8
Feedbacks recebidos	
Discentes	Orientadores
13	18
Número total de projetos concluídos⁵	
15	
Discentes que se inscreveram em processos seletivos de PPGs	
8	
Discentes Aprovados	
3	
Discentes reprovados	
1 (especificamente na fase final – entrevista)	
Discentes ainda em fases de avaliação dos PS	
4	
Discentes que pretendem se inscrever em 2024	
8	

Para além das orientações individuais, o projeto conta com a oferta de aulas que abrangem os seguintes temas:

1. Pesquisa sobre os programas e leitura dos editais;
2. Tema e justificativa de pesquisa na construção do projeto;
3. Como elaborar o problema de pesquisa e objetivo geral e específicos;
4. Construção dos tópicos metodologia, revisão bibliográfica e referência;
5. Como se preparar para a prova de títulos, para entrevista/prova oral e preenchimento do currículo Lattes.

⁵ Todas as informações abaixo têm como parâmetro os feedbacks recebidos em dezembro de 2023 (discentes e docentes que responderam ao questionário de autoavaliação da participação e avaliação da orientação e das aulas ofertadas durante o período de realização do projeto)

As aulas concernentes aos temas acima citados, foram ofertadas quinzenalmente, tendo contado com a participação, em média, de 22 discentes, por aula, estas são gravadas e disponibilizadas para que aqueles que não possuem disponibilidade para acompanhamento “ao vivo” tenham acesso ao conteúdo trabalhado em cada um dos encontros.

Ainda nos atendo às informações obtidas por meio do formulário de avaliação das ações realizadas por meio do Projeto Enegrecendo a Academia em 2024, destacamos algumas respostas concernentes à questão que solicitava aos participantes que apontassem “Aspectos positivos e negativos do projeto” além de “sugestões e críticas para os próximos anos”:

Discentes	
Aspectos positivos	Aspectos negativos/sugestões e críticas
“Excelente, pois auxiliou e guiou em todas as etapas do projeto. Sem este suporte do Coletivo Dandaras, pra mim, teria sido praticamente impossível de começar o desenvolvimento da escrita do meu pré-projeto. Parabéns!”	“Deixei registrado que se tivessem oportunidade de fazer um segundo módulo, um preparatório para as provas e teste de proficiência.”
“O projeto é ótimo e realmente faz muita diferença na vida do candidato ao mestrado. A disponibilidade de tempo do mentor é fundamental para fazer o discente conseguir estudar.”	“Disponibilizar aulas de línguas e orientações sobre provas de conhecimentos específicos, podendo realizar em grupos com candidatos com temas em comum”
“Sem dúvida, o projeto ajudou muitas pessoas, assim como eu, a colocar as ideias (desorganizadas) no papel e dar um formato coerente. Durante o processo muitas dúvidas foram sanadas e, conseqüentemente, houve um amadurecimento no processo de escrita.”	“Alteração do horário para um dia que não seja útil e no meio da tarde. Penso que sábado pela manhã seria adequado para a maioria.”
O projeto é maravilhoso!!! Parafaseando Alcione "" não deixa o samba morrer"" digo. Não deixa o Projeto Dandaras morrer, pois academicamente, socialmente salvará muitas pessoas."	

Orientadores	
Aspectos positivos	Aspectos negativos/sugestões e críticas
“O projeto deve continuar. Proporciona muitas oportunidades tanto para os orientandos quanto para os orientadores.”	“Acredito que o horário das aulas, sextas a tarde é muito difícil para alunos trabalhadores. Acredito que a noite ou fins de semana sejam mais acessíveis. Também a necessidade de pontuar as expectativas do projeto, com data de início e final, atividades esperadas etc. Para ficar mais guiado.”
“Gostei demais da experiência. Espero contribuir outras vezes com esse projeto tão importante e insurgente. Precisamos realmente "enegrecer a academia". Parabéns às idealizadoras.”	“Sugiro algumas todas de Apoio socioemocional, para fortalecer autoestima, acolher ansiedade etc., muito comuns no ato de se aplicar em processos seletivos.”
“Acho a ideia potente! Vocês são extremamente organizados e para um projeto gratuito é um incentivo grande para auxiliar as pessoas que desejam seguir carreira acadêmica e/ou pesquisa”	<i>A maioria dos feedbacks são referentes à extensão do projeto. Sugerem que seja realizado desde o início do ano para que o acompanhamento seja mais efetivo.</i>
“Positivo é a oportunidade de outras poderem ter um acompanhamento nesse processo, destravando muitos pontos que a academia exige e muitas das vezes consideramos extremamente difícil.”	

Considerando os apontamentos acima elencados, é notável a importância social que o Projeto Enegrecendo a Academia exerce desde sua criação, uma vez que as pontuações dos participantes, desde 2020 até 2023, mencionam com opositivos e fundamentais os impactos do referido projeto. Ao relacionar as devolutivas recebidas desde o início das atividades que compreendem a execução do Projeto Enegrecendo a Academia, é perceptível ainda, a repetição de enunciados acerca da necessidade de expansão do projeto, principalmente no que tange o período no qual é realizado. Nesse sentido, reitera-se que o projeto é coordenado e mantido por seus membros de forma totalmente voluntária.

Para além dos resultados apresentados quanto à execução do Projeto Enegrecendo a Academia, promovido pelo Coletivo Dandaras entre 2020 e 2023, é importante ressaltar a visibilidade proeminente tanto dos membros do coletivo, de

forma individual, quanto em conjunto. Um exemplo desse apontamento é o lançamento, em 2022, do Livro “Enegrecendo a Academia e as Artes: Diálogos sobre racismo epistêmico, ensino antirracista, feminismos negros e povos subalternizados⁶”, organizado pelas, então, coordenadoras⁷ do Dandaras, sendo produto de uma parceria do coletivo realizada no âmbito da II Jornada do Novembro Negro da UFSB e do II Colóquio de Pesquisa Negra Contemporânea Negro.

Mais recentemente, em 2023, houve a publicação de um artigo, que partiu de um convite do “Blog Brazilian Research and Studies Center” com vistas a dar visibilidade às ações e resultados positivos do Projeto aqui apresentado, dessa forma o texto intitulado “Black women (Dandaras) and the struggle for an anti-racist education: reflections on the impact of the ‘Enegrecendo a Academia’ Project”⁸, de autoria conjunta dos atuais coordenadores do Coletivo Dandaras, compõe o volume 4, nº 3, sendo uma edição especial de março de 2023, do referido periódico internacional.

Assim como em 2021, houve a necessidade de integrar novos Dandaristas, uma vez que as atividades realizadas anualmente são muitas, sendo necessário a ampliação contínua dos membros do Coletivo.

Nunca Concluindo, Sempre Em Movimento Indicando Os Próximos Passos

Somando-se as ações apresentadas, o Coletivo construiu documento que novamente questiona o edital sobre Políticas Afirmativas na UFSB no âmbito do PPGES e indicou a necessidade de instituir comissão de heteroidentificação, com o objetivo que auxiliar no impedimento das fraudes na utilização das cotas, também solicitamos a participação do Coletivo Dandaras na comissão. Outra questão que necessita ser superada e que também foi objeto do documento é a efetiva ocupação das vagas que são destinadas às cotas, posto que, apenas a reserva da vaga não tem garantido a entrada das populações historicamente excluídas (ARAÚJO e CHAGAS, 2021).

Os relatos de experiências se configuram como uma forma de registro e de guia de ação para que outros pesquisadores e pesquisadoras possam também assumir uma

⁶ A publicação pode ser adquirida através do site da editora: <https://www.pembrokecollins.com/loja/enegrecendo-a-academia-e-as-artes/>.

⁷ Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Eva Dayane Almeida de Góes e Walkyria Chagas da Silva Santos.

⁸ Disponível em: <https://bras-center.com/black-women-dandaras-and-the-struggle-for-an-anti-racist-education-reflections-on-the-impact-of-the-enegrecendo-a-academia-project/>.

posição de luta e de ação transformativa através do acesso ao conhecimento que alcançamos, ainda tão distante da realidade da maioria da população negra.

Nesse interim, o Coletivo Dandaras trabalha ativamente para fomentar as discussões acerca do acesso de negros e negras aos Programas de Pós-graduação do país por meio de proposições diretas, como exemplificado acima, assim como na publicação de livros, artigos e dossiês que tenham como foco o enegrecimento dos espaços coletivos dos quais fazemos parte.

Nesse sentido é importante ressaltar a visibilidade nacional que temos alcançado, uma vez que tanto os coordenadores, quanto os membros do Coletivo Dandaras, atualmente, residem em estados diferentes e atuam em Universidades de todo o país, constituindo um grupo heterogêneo de pesquisadores e pesquisadores de diversas áreas, o que configura um cenário claramente amplificado se observarmos a proposição inicial do Coletivo Dandaras, que, em 2020, contava com 12 integrantes e, apenas 3 anos depois, possui 30 integrantes, vários artigos publicados, um livro resultante das atividades anuais executadas pelo coletivo, mais de 150 pessoas atendidas e um reconhecimento ímpar acerca da importância dos projetos que são realizados anualmente, principalmente quando observado que toda a equipe executora desses projetos realiza as atividades de forma voluntária, assim como todos os cursos, aulas, monitorias, orientações e eventos realizados pelo Coletivo Dandaras são ofertados de forma gratuita.

Já em janeiro de 2024 o Coletivo Dandaras realizou a publicação do Dossiê “Refletindo Processos de Epistemicídio na Educação: Reconhecendo Saberes e Engenhosidades”, em parceria com a Editora CLAEC. Este material abarca poemas, artigos científicos e relatos de experiência que abarcam, nas palavras de Araujo, Guimarães e Santana (2024, p. 11) “reflexões e práticas que nos ajudem a ir além nas ações educacionais antirracistas e fomentem a construção de uma sociedade/universidade mais plural, que valorizem os múltiplos saberes e engenhosidades dos diferentes grupos sociais”.

Como previsão para o presente ano, a equipe organizadora pretende abrir vagas para o projeto de mentoria de escrita de artigos e construção de projetos de pesquisa, mantendo a missão do Coletivo de enegrecer cada vez mais a academia.

Referências

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de. O problema da inclusão: um olhar sobre a realidade brasileira. **Revista Científica Do Curso De Direito**, n. 1, 147 – 164, 2017.

ARAÚJO, D.F.M.S. O papel das normas legais para a transformação social: revisitando a teoria da tridimensionalidade do Direito. In: **Inovação e produção de Direito**. Orgs: CONTRERAS, E; FILPO, K; LIMA, M. Rio de Janeiro: Agora21.2018.

ARAÚJO, D.F.M.S.; MARQUES, J.B.M. Complexidade e transdisciplinaridade: novos caminhos para o estudo das normas legais. **Revista Mosaico**. v. 9. n. 1. 2018. Disponível:
<http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/issue/view/144>. Acesso: 20 Ago. 2020.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de; SANTOS, Walkyria Chagas da Silva; FERNANDES, Alexandre de Oliveira; CAMPOS, Leonardo Lacerda. História, memória e ressentimento: revisitando a trajetória de exclusão da população negra no Brasil. **Revista Latino-americana de Estudios en Cultura y Sociedad –RELACULT**, v. 06, ed. especial, mar., 2020.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de; SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Juventude negra, educação e direitos humanos: um relato de experiência sobre a atuação do Coletivo Dandaras na UFSB. **Juventude.BR**, Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Memória da Juventude-CEMJ, 18ª edição, ano 14, 2019.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de; SANTOS, Walkyria Chagas da Silva; FERNANDES, Alexandre de Oliveira; CAMPOS, Leonardo Lacerda. História, memória e ressentimento: revisitando a trajetória de exclusão da população negra no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad – RELACULT**, v. 06, ed. especial, mar., 2020.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de; GÓES, Eva Dayane Almeida; SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. **Da casa grande à universidade**: uma análise sócio-jurídica do trabalho doméstico e do acesso ao direito fundamental à educação no Brasil. Rio de Janeiro: Ágora 21, 2019.

ARAÚJO, CHAGAS. **Relato de experiência do Curso “Enegrecendo a Academia**: escrita e publicação de textos acadêmicos”. Negras escritivências, interseccionalidades e engenhosidades: educação e políticas afirmativas /. – XI COPENE - Congresso Brasileiro de Pesquisadores/ as Negros/as, 9 a 12 de novembro de 2020. – Organização: Paulo Vinicius Baptista da Silva, Nathalia Savione Machado, Neli Gomes da Rocha ... [et al.]. – Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de; GÓES, Eva Dayane Almeida; SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Preto no branco: considerações sobre a Política de Cotas. TEIXEIRA, E. F.; OLIVEIRA, D. S.; MORAIS, G. R. T.; SENA, L. (Orgs.). **Direitos Sociais**: Reflexões e Desdobramentos. 1º Ed. Curitiba: Editora Appris, 2021. v. 2. 431p. ISBN 978-65-250-1198-1.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de; SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Caminos de los derechos humanos en “Pretuguês”. In: NUNES, César Augusto R. et al. (Orgs.). **Temas de direitos humanos do VI CIDHCoimbra**. Campinas; Jundiaí: Brasília; Edições Brasil, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

JEAN, Bosco Kakozi Kashindi. **Unbutu como ética africana, humanista e inclusiva**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, ano 15. nº 254, vol. 15, 2017.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento; tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2a ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - UFSB. **Plano Orientador**. Itabuna, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, 2014. Disponível em: <https://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf>. Acesso em 30 ago. 2021.

WOLKMER, Antonio Carlos; BRAVO, Efendy Emiliano Maldonado; FAGUNDES, Lucas Machado. Historicidade Crítica do Constitucionalismo Latino-Americano e Caribenho. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 08, N.4, 2017.

Paisagens pós-humanas: conjecturas para um olhar ancorado na perspectiva fronteiriça

Cristiane Dambrós*

Introdução

Analisar a dinâmica das paisagens fronteiriças sob uma abordagem multi e transdisciplinar, que engloba temas como paisagens multiespécies, culturas, conhecimento científico, pós-humanismo e relações entre humanos e não-humanos, é essencial para ampliar nossa reflexão sobre o futuro de nossos povos, territórios e não-humanos, paisagens. Neste contexto, serão apresentadas algumas noções da ciência geográfica pós-humanista, seguidas pela análise de exemplificações em diferentes contextos, com a integração devida com outras áreas do conhecimento das ciências humanas e sociais, ancoradas em uma perspectiva fronteiriça.

Neste texto, a abordagem da paisagem se desenvolve a partir de elementos que sustentam e enriquecem a geografia cultural, proporcionando uma visão mais profunda e abrangente do espaço geográfico. Além de explorar esse conceito fundamental, intrínseco à compreensão do ambiente que nos rodeia, também serão analisados e contextualizados aspectos relacionados aos conceitos de território, região, lugar e local. A inclusão da geografia pós-humanista neste debate amplia as fronteiras do conhecimento geográfico, permitindo uma reflexão mais ampla e interdisciplinar.

Através das reflexões da geografia pós-humanista, buscamos não apenas enriquecer o diálogo acadêmico, mas também promover uma análise crítica e inovadora sobre as relações entre humanos e não-humanos no contexto geográfico. A contribuição das contribuições de geógrafos brasileiros e estrangeiros oferece uma

* Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (2016), com doutorado sanduíche na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2015). Concluiu mestrado em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2011). Possui bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2009). Realizou pós-doutorado em Estudos de Liguagens na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2021). Atualmente é professora do Programa de Pós-graduação em Gestão de Áreas Protegidas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pesquisadora e Diretora Vice-presidente do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC) e no Centro de Estudos em Meio Ambiente e Áreas Protegidas (CEMAP/UEMS). E-mail: cristianedambros@claec.org

perspectiva diversificada e global sobre o pós-humanismo, enriquecendo o debate com diferentes visões e abordagens.

Dessa forma, ao considerar a interseção entre geografia cultural, paisagem e geografia pós-humanista, somos desafiados a compensar nossas concepções tradicionais de espaço e lugar, abrindo caminho para novas interpretações e entendimentos sobre a complexidade das relações humanas e não-humanas no mundo contemporâneo. Essa abordagem transdisciplinar nos convida a explorar novas possibilidades de análise e compreensão do ambiente em que vivemos, promovendo um olhar crítico e reflexivo sobre a nossa sociedade, territórios e paisagens.

É evidente que a perspectiva eurocêntrica e anglo-saxônica ainda exerce forte influência nas contribuições científicas brasileiras, sinalizando a necessidade de avançar nas reflexões por meio de uma abordagem crítica fronteiriça. Ao analisar o referencial bibliográfico, destacamos teorias fundamentais como a teoria de agenciamento, teoria ator-rede, novos materialismos, teoria do afeto, neovitalismo, ecologia política, pós-fenomenologia e teoria não representacional. Essas abordagens indicam temas progressivos como novas mobilidades, pensamento relacional, estudos sensoriais e de performance, estudos biosociais e biopolíticas, e estudos de ciência e tecnologia.

Ao explorar as interações entre humanos e não-humanos, observa-se a descentralização do sujeito humano soberano no contexto do trabalho pós-humanista, confirmando as dinâmicas e interações entre seres humanos e não humanos. Ao revisitar os principais interesses e temas pós-humanistas, como a questão indígena, as relações entre humanos e não-humanos, saúde e bem-estar, questões pertinentes, metodologias criativas e representativas, buscamos ampliar nossa compreensão das geografias relevantes para a disciplina.

Essas reflexões nos permitem vislumbrar a natureza e os pontos fortes da geografia pós-humanista, bem como explorar possibilidades de avanço futuro. A disciplina geográfica não é abrangente - ela apresenta diversas abordagens empíricas, teóricas e metodológicas que variam de acordo com o contexto geográfico. Mesmo sendo uma disciplina global em um mundo digitalmente conectado, a geografia continua a envolver debates internacionais e a manter normas universalmente reconhecidas. Sempre haverá centros de excelência, locais impulsionadores de agendas, resistências à mudança, líderes em inovação e áreas com diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico.

Paisagens pós-humanas

É importante reconhecer que existem locais onde a erudição é favorecida, enfatizada e creditada, enquanto outros lugares são desfavorecidos, marginalizados, subalternizados e negligenciados. Essas diferenças podem ser observadas em diversos contextos, desde instituições até cidades e regiões, mas o nível mais significativo é para nação ou país. Essas variações são resultado de uma série de fatores poderosos, como idiomas comuns, políticas educacionais nacionais, financiamento e programação, mercados de trabalho nacionais, associações representativas nacionais, conferências e revistas acadêmicas, além das dificuldades de definição, mas palpáveis, “culturas de pesquisa” nacionais.

Historicamente, as contribuições da geografia têm sido relevantes em diversos contextos. Por exemplo, os geógrafos britânicos desempenharam um papel crucial na virada cultural dos anos 1990, influenciando a disciplina em muitos aspectos. Geógrafos da Nova Zelândia também se destacaram ao longo de muitas décadas por suas contribuições importantes à medicina e geografia da saúde. A pesquisa quantitativa americana também se distingue por sua influência contínua e integração nas ciências ambientais e outras áreas, apesar do fechamento de importantes departamentos de geografia nos Estados Unidos durante o século XX.

No contexto brasileiro, a geografia também traz contribuições notáveis. Geógrafos brasileiros como Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Josué de Castro, Bertha Koiffman Becker, Milton Almeida dos Santos, Aziz Nacib Ab'Saber, Livia de Oliveira e outros desempenharam papéis essenciais no reconhecimento internacional da ciência periférica e fronteiriça. Suas pesquisas e trabalhos têm enriquecido o campo da geografia e contribuído para a projeção global da produção científica brasileira. Essas contribuições demonstram que a geografia brasileira é capaz de se posicionar como um ator relevante e influenciar no cenário acadêmico mundial, apesar das dificuldades enfrentadas por pesquisadores que trabalham em contextos periféricos ou fronteiriços.

A diversidade de contribuições e abordagens na geografia ilustra a riqueza e complexidade da disciplina. Além disso, essas contribuições demonstram a importância de considerar e valorizar a diversidade de perspectivas e contextos na produção científica, especialmente no contexto da geografia, que é uma disciplina que se interessa pelos lugares e pelas suas particularidades. Ao considerar e valorizar essa diversidade, podemos promover uma geografia mais inclusiva e abrangente, capaz de refletir a complexidade e a variedade dos lugares e contextos em que é praticada.

Ao considerar a diversidade e complexidade das “geografias da geografia”, é essencial identificar e revisar os principais interesses e temas pós-humanistas que surgiram na geografia nos últimos anos. No entanto, é crucial ter em mente que há um risco de equívoco ao aplicar as categorias “pós-humanista” e “geografia” a literaturas cujos autores não podem considerar tal.

Inicialmente, categorizamos os temas emergentes de forma clara e orgânica por subdisciplina geográfica. Nosso processo de categorização foi realizado de maneira rizomática, inspirado nas metodologias deleuzianas, que propõe uma abordagem de “ruptura de escala” na análise da realidade, deixando de percebê-la como uma unidade pura, seja no sujeito ou no objeto.

Conforme Maclure (2013, p.181) destaca, essa abordagem envolve uma experiência com ordem e desordem, onde taxonomias provisórias e parciais são formadas, mas estão sempre sujeitas a mudanças e metamorfoses à medida que novas conexões surgem entre palavras, corpos, objetos e ideias. Isso evidencia a crescente importância da natureza teórica no contexto acadêmico contemporâneo.

Essa abordagem dinâmica e interconectada na análise dos temas pós-humanistas na geografia reflete a evolução constante do pensamento acadêmico e a necessidade de adaptabilidade diante das transformações do conhecimento. A interseção entre teoria e prática revela a complexidade das relações entre seres humanos, não humanos e o ambiente, desafiando as fronteiras tradicionais do conhecimento geográfico e incentivando uma abordagem mais fluida e interdisciplinar na pesquisa acadêmica.

O pós-humanismo pode ser encontrado na geografia como sinônimo de geografias que transcendem as perspectivas humanas, revelando um mundo rico, vivo, animado e vital. Essas novas geografias prometem mais excitação, energia e carga do que as geografias planejadas apagadas do passado. Elas são encantadoras, fascinantes, sedutoras, cheias de esperança e otimismo, trazendo novas políticas e éticas para os tempos atuais. As texturas aditivas dessas novas geografias são aparentemente viciantes, permitindo a experimentação em um turbilhão de novos momentos criativos, cenas, memes e telas.

O pós-humanismo é um termo ambíguo e geral, sinalizando uma série de perspectivas e tradições diferentes. Na geografia, as análises pós-humanistas se basearam em várias subdisciplinas, teorias e fundamentos filosóficos. Alguns temas notáveis incluem a questão indígena, teoria da performatividade feminista, filosofias (neo)vitalistas, teorias mais do que representacionais, crítica fronteiriça, teoria da

governabilidade sobre biopolítica e biopoder a partir de bases foucaultianas, teoria queer e teoria de assemblage (montagem) e ator-rede.

Essas perspectivas pós-humanistas foram cultivadas em redes rizomáticas de conhecimento teórico em universidades de destaque em todo o mundo. A virada pós-humanista na geografia buscou desafiar a centralidade do sujeito humano e o discurso do humanismo que separa os humanos da natureza, com o objetivo de dissolver categorias binárias que foram centrais no pensamento humanista.

Essas perspectivas pós-humanistas na geografia oferecem uma abordagem mais inclusiva e abrangente do mundo, observando a complexidade e a interconectividade das relações entre humanos, não humanos e o ambiente. Ao desafiar as fronteiras tradicionais do conhecimento geográfico, elas promovem uma abordagem mais fluida e interdisciplinar na pesquisa acadêmica, refletindo a evolução constante do pensamento e da compreensão do mundo em que vivemos.

Na perspectiva pós-humanista, Anderson (2014) propõe uma abordagem que dissolve categorias binárias, considerando uma ampla gama de entidades não humanas e mais do que humanas, como seres vivos e não-vivos, materiais e tecnologias. Ele destaca a importância de agências e forças materiais além do humano, demonstrando como os humanos são constantemente produzidos em relação aos não-humanos.

Este movimento pós-humanista desafia as compreensões ontológicas fundamentais das categorias de paisagem, espaço, lugar, tempo e sujeito, ampliando e perturbando as noções tradicionais de produções sociais. A paisagem pós-humanista enfatiza a vitalidade, a energia, o movimento e o dinamismo da vida, representando um afastamento e resposta à preocupação da geografia humanística com significado, linguagem e texto, que podem resultar em fixidez e embalsamamento.

A ética relacional é central em muitos estudos pós-humanistas, incentivando uma abordagem experimental, especificamente ao contexto e aberta. Na geografia, as filosofias vitalistas e orientadas para o processo, como as de Deleuze e Spinoza, têm sido reaproximadas para abordar desafios contemporâneos. Por exemplo, uma “terra-ontologia” surge como uma resposta às crises do antropoceno, promovendo um agenciamento emancipatório que lida com a diferença e a alteridade para explorar o potencial político do devir.

Autores como Cockayne *et al.* (2017) trabalham com a filosofia deleuziana da “diferença-em-si” para compensar o espaço e a diferença em consonância com os desafios políticos e éticos presentes na corporeidade e nos encontros. Em outros

contextos, os estudiosos têm investigado a natureza ética do agenciamento para questionar as capacidades do corpo diante de agenciamentos capacitantes ou incapacitantes.

Como pesquisadores fronteiriços, confirmamos a dívida do pensamento pós-humanista com o conhecimento indígena e periférico. Através do conhecimento e do pensamento indígena, como não-indígenas, podemos trazer reflexões sobre a natureza e os pontos fortes das geografias pós-humanistas. Essas reflexões incluem a importância de considerar a diversidade de perspectivas e a necessidade de abordagens interdisciplinares para compreender a complexidade das relações entre humanos e não-humanos no mundo contemporâneo. Além disso, podemos refletir sobre o papel da relação ética na promoção de abordagens experimentais e localizadas, que levam em conta as especificidades dos contextos em que as especificidades geográficas ocorrem.

Conjecturas para um olhar desde as fronteiras

A virada pós-humanista representa um movimento intelectual que busca desafiar e redefinir as fronteiras tradicionais entre natureza/cultura e humano/animal, bem como questionar a posição central e privilegiada atribuída ao ser humano nos estudos pós-humanos. Esse deslocamento tem sido conceitualmente relevante em abordagens influenciadas por estudos de ciência e tecnologia e pela teoria ator-rede. No entanto, os fundamentos ontológicos desse propósito central têm sido objeto de questionamento e crítica por parte de estudos baseados em conhecimentos indígenas e movimentos decoloniais.

Sundberg (2014), ao explorar as dinâmicas do conhecimento, argumenta que a atual virada pós-humanista, juntamente com as tradições intelectuais ocidentais em geral, não apenas evidencia a violência ontológica, mas também revela uma certa ignorância epistemológica. Por outro lado, há quem enxergue uma possibilidade de diálogo parcial e contextualizado entre as teorias pós-humanistas e os saberes indígenas, o que poderia ter implicações significativas para os movimentos decoloniais e o ativismo, através de uma abordagem que ela denomina de “política espacial de atenção”. Este diálogo intercultural e interdisciplinar pode abrir novos caminhos para compensar as relações entre humanos, não humanos e o ambiente, promovendo uma visão mais inclusiva e diversificada do mundo.

As geografias pós-humanistas têm sido desafiadas por sua dependência de estudos eurocêntricos, que permanecem ancorados em uma estrutura que busca superar uma divisão fundamental e universal entre natureza e cultura. Sundberg (2014) afirma que o pensamento pós-humano continua a se desenvolver dentro de uma

estrutura que universalidade, o que resulta em uma reprodução de modos coloniais de conhecer e ser, subordinando outras ontologias.

Essa ignorância epistemológica (DORRIES; RUDDICK, 2018) está ligada à negligência da localização do conhecimento, que inclui tanto a localização geohistórica e biográfica dos autores quanto aos corpos de pensamento (SUNDBERG, 2014, 42). Essa falta de reconhecimento da localização do conhecimento pode perpetuar a subordinação de outras ontologias e perpetuar uma visão eurocêntrica do mundo.

Para superar essas limitações, é necessário considerar a diversidade de perspectivas e localizações geográficas e culturais nos estudos pós-humanos. Isso inclui a importância dos conhecimentos indígenas e decoloniais, que podem oferecer uma compreensão mais abrangente e inclusiva das relações entre humanos, não humanos e o meio ambiente. Além disso, é crucial considerar a localização do conhecimento, incluindo a história e a biografia dos autores, para garantir uma compreensão mais completa e contextualizada das especializações treinadas.

A falta de envolvimento de outras ontologias, particularmente as indígenas, contribui para o silêncio em que a erudição e o pensamento eurocêntrico se tornam o único quadro de referência para projetos colonialistas de produção de conhecimento. No entanto, é importante considerar que a “virada pós-humanista” deve muito ao pensamento indígena, embora esse facto não seja extremamente reconhecido. Quando o pensamento indígena é reconhecido, é frequentemente filtrado por intermediários brancos como metáforas para conceitos ocidentais (DORRIES e RUDDICK, 2018; KRENAK, 2019, 2021).

Para superar essa situação, é necessário abordar e considerar o pensamento indígena e outros pensadores fronteiriços diretamente, sem ambiguidade e de forma generosa, como pensadores por direito próprio e não apenas como representantes. É fundamental considerar a dinamicidade dos filósofos e intelectuais indígenas e não os reduzir a meras representações de outras perspectivas.

Pensar as ontologias relacionais da crítica fronteiriça, valorizando e trabalhando com outras formas de conhecimento, permite pensar a contribuição dos pensamentos indígenas e outros pensadores fronteiriços para as geografias e outras áreas da ciência. Isso oferece uma visão mais complexa sobre paisagens que se configuram com fatores como afeto, saúde, política espacial e ética, desafiando o status quo da pesquisa sobre população indígena e apoiando e financiando mais práticas e atividades em territórios tradicionais, com (KRENAK, 2019, 2021). Reconhecer e valorizar essas perspectivas é fundamental para promover uma compreensão mais abrangente e inclusiva das

relações entre humanos, não humanos e o ambiente, levando em conta a diversidade de pensamentos e perspectivas que existem no mundo.

Seu trabalho registra os vínculos entre abordagens indígenas e formas de resistência corporal e afetiva, explorando como a crítica fronteiriça (NOLASCO, 2020, 2021) descoloniza a terra e subordina o presente colonial. Isso permite que sua mente e corpo reconheçam suas obrigações éticas e políticas para coletivos mais do que humanos.

As realidades coloniais, tanto em nossas instituições locais atuais quanto em todo o mundo, estão enraizadas em sistemas que perpetuam a exploração e expropriação de mundos e espécies fronteiriças. É importante reconhecer que não podemos ser facilmente incorporados em discursos pré-existentes, mesmo que sejam críticos, porque somos parte de múltiplos mundos e temos um compromisso ético com multiespécies, com as quais nos relacionamos (HOOGEVEEN, 2016).

Uma distinção importante a ser considerada é a diferença entre projetos de descolonização e projetos de justiça social, baseados em direitos humanos e civis. A abordagem descolonial permite a proposição de novos métodos práticos, enquanto a justiça social se baseia em argumentos que sustentam o imperialismo cognitivo. Um exemplo disso é a água, que na dinâmica das relações humanas e não humanas, sustenta o sistema/modelo de desenvolvimento hegemônico e se torna um recurso econômico e político, distorcendo a ideia de bem universal (“sangue vital”) e impedindo a intersecção dos múltiplos mundos (TSING, 2015).

Podemos compreender que os conhecimentos indígenas e outros povos tradicionais tecem argumentos sobre a dinâmica relacional entre os humanos e não-humanos, onde essas experiências passam a ser compreendidas de maneira diferente e mais completa. Não podemos ignorar o fato de que esses temas, para países europeus e anglo-saxônicos, se manifestam através das geografias coloniais e das histórias de dominação e imperialismo britânicos, sendo estes, transferidos para a academia de países periféricos. Hoje reconhecemos estas falhas acadêmicas com nossos povos, no entanto, ainda estamos com maioria acadêmica na posição de brancos e de classe dominante, na medida em que não desejamos (mas ainda podemos) reencenar dinâmicas coloniais de produção de conhecimento.

Outro aspecto da relação entre humanos e não-humanos envolve os estudos sobre as geografias de animais e naturezas não humanas. A geografia pós-humanista mundial levou a sério a vida dos animais, principalmente, alguns pesquisadores anglo-saxões. Isso faz parte de uma avaliação mais ampla da importância dos não-humanos para a

complexidade da vida humana, conseqüentemente, a erudição em "novas" geografias animais está florescendo.

As pesquisas estão se baseando em teorias feministas pós-humanas e não representacionais para explorar a vida animal e a complexidade das relações humano-animal e as maneiras pelas quais elas se apresentam em múltiplas dimensões espaciais e temporais. Notavelmente, a geografia animal globalizada e descolonial, na qual “abrimos [para] oportunidades de expandir nossos modos de conhecer, abraçar perspectivas subalternas e permitir que essas vozes humanas e não humanas silenciadas falem”. Esta é uma abordagem que explora o conjunto íntimo e experimentado de encontros vívidos e vívidos e expõe as lógicas de exclusão e políticas de abjeção (NOLASCO, 2020).

Além disso, as noções de público e coletivo foram expandidas para incluir a vida dos animais, de modo que as práticas de criação de significado vão além do humano, o que torna uma “agência política mais distribuída”. Na mesma linha, Vannini, Vannini (2020) apontam para o poder que caminhar na mata e "andar fora dos trilhos" – os materiais do solo, formação da paisagem e capacidades incorporadas de movimento – têm na produção de transformações mundanas.

No entanto, advirta-se que o cuidado de não celebrar a mistura e o contornar-se das relações homem-animal, pois as conseqüências reais para os animais são sentidas por meio desses emaranhados, incluindo morte, violência e exploração (KRENAK, 2019). Ao mesmo tempo, é importante considerar que a vida dos animais e dos não-humanos é parte integrante da complexidade da vida humana e que a exploração dessas relações pode nos ajudar a entender melhor nossas próprias responsabilidades éticas e políticas em relação aos coletivos mais do que humanos.

O complexo emaranhado de corpos humanos e animais tem implicações relevantes para a saúde. Blue e Rock (2011, 363) argumentam que “não podemos mais falar e pensar apenas em termos de relações humanas quando se trata de questões de saúde”. Eles desenvolveram a lente da transbiopolítica para pensar a crise da saúde no mundo com a covid-19, enfatizando a complexidade das relações entre as espécies e demonstrando como os conhecimentos sobre saúde animal se interligam com a saúde humana, tornando a saúde uma conquista firmemente pós -humana.

Esta abordagem é contínua em uma revisão que argumenta persuasivamente por uma saúde pública pós-humanista, que leva a sério as entidades não humanas que têm implicações para a saúde, incluindo plantas, animais, microbios, toxinas e tecnologias.

Essa abordagem visa conciliar o ethos humanista que permeia a saúde pública com a complexidade das relações entre humanos e não-humanos.

O pós-humanismo tem sido amplamente desenvolvido em todas as geografias da saúde, e essa tendência será apresentada a partir de agora. Recentemente, grande atenção tem sido dada às teorias deleuzianas na geografia da saúde para expandir os conceitos centrais de saúde, bem-estar e deficiência. Ao pensar com agenciamento e afeto, a constituição relacional de saúde e bem-estar regular a miríade de corpos e objetos humanos e não humanos envolvidos no devir ou recuo da saúde (ANDREWS, 2018). Essa abordagem pós-humanista permite uma compreensão mais abrangente e inclusiva da saúde, considerando as complexas interações entre humanos e não-humanos.

Nesse sentido, a saúde não é um estado anterior, mas uma constituição dinâmica e relacional, que produz novas relações e, conseqüentemente, novas capacidades corporais de afetar e ser afetada. Parafraseando Anderson (2014), abundantes exceções acima em toda a geografia humana, o afeto é um processo infeccioso intercorporal que envolve afetação e ser afetado – resultando, como uma “nutrição” ou “toxina” de ação rápida, em aumentos ou diminuições na energia corporal individual e coletivo e na participação.

Afeto, nesse sentido, são as forças transpessoais ou pré-pessoais que emergem que fazem com que os corpos ajam ou sejam movidos por outro. Na última análise, é uma intensidade sentida somática e pouco consciente de envolvimento com o meio ambiente ou com a ecologia. A paisagem quando pensada como integrante do conceito de “lugares facilitadores” (derivado da teoria ator-rede e da literatura da paisagem terapêutica) foi implantada para imaginar um espaço pós-humano.

Andrews (2018) chama a atenção para as capacidades relacionais do corpo e as formas como eles interagem com os outros, e para a criação intencional de certas atmosferas afetivas que conduzem à cura. Por exemplo, exploram a engenharia de afetos positivos e calorosos para criar atmosferas propícias ao bem-estar e à cura em terapias holísticas, a produção de afetos positivos é mais explorada por meio de momentos de bem-estar gerados pela música popular.

Ao considerar a saúde como uma constituição dinâmica e relacional, é importante reconhecer que as interações entre humanos e não-humanos têm um papel crucial nessa constituição. As relações entre humanos e animais, plantas, microbios, infecções e tecnologias podem afetar a saúde individual e coletiva. A abordagem pós-humana à

saúde pública leva em conta essas interações complexas e busca conciliar o ethos humanista com a complexidade das relações entre humanos e não-humanos.

A geografia da saúde pós-humana pode se beneficiar da incorporação de teorias deleuzianas, que expandem os conceitos centrais de saúde, bem-estar e deficiência. Ao pensar com agenciamento e afeto, a constituição relacional de saúde e bem-estar regular a miríade de corpos e objetos humanos e não humanos envolvidos no devir ou recuo da saúde. Essa abordagem permite uma compreensão mais abrangente e inclusiva da saúde, considerando as complexas interações entre humanos e não-humanos.

Compreendendo que os afetos são coletivos nos quais as capacidades de afetação e serem afetadas são sempre mediadas em e através de encontros, as atmosferas afetivas coletivas desempenham um papel fundamental na moldagem da forma como uma vida é vívida e organizada. Essas atmosferas são complexas, ocorrem antes e ao lado da formação da subjetividade, atravessando tanto as materialidades humanas quanto as não humanas, e permeando as distinções entre sujeito e objeto (ANDERSON, 2009, 78).

Alguns geógrafos investigam como o afeto pode ser utilizado pelo capitalismo tardio, tanto no consumo afetivo quanto na influência dos afetos na dinâmica dos modos de produção. Por exemplo, estudos sobre os modos de trabalho do empreendedor nas mídias digitais revelam como os afetos impulsionam os processos de acumulação e como os indivíduos se adaptam a certos modos de produção para manter os laços com as normas do trabalho (COCKAYNE, et. al. 2017).

Os modos de trabalho são identificados para gerar afetos ambivalentes específicos, como paixão, amor e satisfação, transformando os vínculos emocionais em uma espécie de otimismo cruel. Em contextos de trabalho precário, a precariedade se estende para além das questões econômicas, alcançando as esferas afetivas e equiparando a “vida” ao “trabalho” dentro da lógica do capitalismo tardio.

Sentimentos afetivos de precariedade, carência e insegurança também são considerados no contexto do trabalho, especialmente quando vistos como consequências da tecnologia. Isso evidencia como as condições afetivas são moldadas socialmente e relacionadas entre si, influenciando as escolhas profissionais dos jovens com base nas experiências daqueles próximos que estão navegando no mercado de trabalho, bem como em suas próprias experiências passadas e expectativas futuras.

Outros estudos exploram os fluxos transnacionais de afeto, destacando as “erupções afetivas” como momentos em que o passado irrompe no presente, tornando

visíveis os campos geopolitizados e as dinâmicas de poder. Nesse contexto, as qualidades afetivas transcendem suas origens, adquirindo vida própria e formando um tecido conectivo que funde o passado com o presente.

A geografia pós-humanista abordou os afetos coletivos em sua diversidade, complexidade e emergência, fornece exemplos significativos de como os afetos moldam a existência e capacitam os indivíduos a agir. Para isso, as metodologias não representacionais buscam inovação e experimentação para capturar o efêmero, o fugaz e o afetivo, dando vida ao inanimado e ao além-humano.

Essas abordagens metodológicas buscam revitalizar “geografias/paisagens mortas”, promovendo uma ética da novidade e uma sensibilidade à surpresa e admiração para capturar o aspecto afetivo e transcender os padrões habituais de existência. O encantamento e a renovação metodológica são evidenciados em uma variedade de trabalhos geográficos - como estudos sobre lixo eletrônico e surpresas etnográficas, a inovação da “filosofia de campo” em contextos animais e as sensibilidades admirativas em geografias de saúde não convencionais (VANNINI, VANNINI, 2020; ANDREWS, 2018).

Essas metodologias estimulantes inspiram uma diversidade de abordagens que transcendem as convenções normativas das ciências sociais, adentrando nas humanidades e nas artes criativas. O conceito de “geografias criativas” foi introduzido para unificar essas disciplinas, descrevendo a revitalização criativa da disciplina. As metodologias criativas tornaram-se particularmente proeminentes em um cenário conceitual dominado pela teoria não representacional (ANDREWS, 2018).

Notavelmente, Vannini e Vannini (2020) se destacam pela experiência e intervenção com metodologias baseadas em vídeo, como etnografias de vídeo móvel, trabalho de campo visual multilocalizados e documentários. Essas abordagens visam evocar o não apenas textual, mas também o mais humano e multissensorial. Por exemplo, em estudos sobre a geografia da saúde, Andrews (2018) utiliza uma metodologia de fotografia ad hoc para capturar a experiência sensorial de pessoas com deficiência. Isso permite que os pesquisadores entendam melhor as necessidades e desafios enfrentados por essas pessoas em suas vidas diárias, além de fornecer insights sobre como o ambiente construído pode ser adaptado para melhor atender às necessidades de todos os indivíduos.

Na geografia cultural, a fotografia é empregada para promover um engajamento crítico e político em questões relacionadas à exploração de recursos naturais, como no maior projeto de capital petrolífero do mundo. Essa abordagem permite que os

pesquisadores examinem as implicações sociais, econômicas e ambientais desses projetos e colaborem com comunidades locais para promover um desenvolvimento sustentável e justo.

As geografias criativas críticas têm o potencial de desafiar e mudar não apenas como conduzimos pesquisas e criamos conhecimento, mas também como vivemos na terra. Elas buscam ampliar a prática criativa atual, incorporando perspectivas feministas, queer, antirracistas e anticoloniais, juntamente com preocupações pós-humanas sobre vida e vivência na Terra. Essas abordagens visam transformar a pesquisa e a produção de conhecimento, além de influenciar a forma como vivemos no planeta.

Ao refletir sobre sua prática crítico-criativa-experimental, os autores oferecem formas alternativas de produção de conhecimento e levantam questões importantes sobre as condições estruturais e de trabalho dos acadêmicos envolvidos nessas intervenções. Outros direcionamentos metodológicos notáveis incluem formas de escrita criativa, como poesia e narrativa, que buscam capturar a essência das bases teóricas e experiências científicas de maneiras únicas e inovadoras.

Essas abordagens metodológicas buscam ampliar os horizontes da pesquisa geográfica, incorporando elementos do mundo não humano e multissensorial, além de promover um engajamento crítico e político em diversos contextos. Ao mesmo tempo, elas desafiam as convenções normativas das ciências sociais e buscam novas formas de produção de conhecimento que reflitam a diversidade e complexidade do mundo contemporâneo.

No entanto, a transição para uma narrativa na literatura não representacional e pós-fenomenológica, envolve evocar “afeto através da história”, tem enfrentado desafios devido à falta de um compromisso explícito com as implicações políticas do conhecimento gerado por essas narrativas. Muitas dessas histórias são baseadas em corpos e experiências autoetnográficas de autores predominantemente acadêmicos brancos, do sexo masculino e europeus, levantando a questão crucial de direcionar nossa atenção de forma crítica e consciente para as narrativas que nos impactam.

Um exemplo ilustrativo, frequentemente abordado por pesquisadores de diversas áreas, é a autoetnografia íntima feminista que explora experiências afetivas como a amamentação em espaços públicos. Esses estudos confirmam a posição relativamente privilegiada dos pesquisadores e a origem do conhecimento produzido, ao mesmo tempo em que oferecem novas perspectivas para teorizar o corpo como uma entidade carnal e fluida no espaço público (MATHEWS, 2018, 15).

Essas abordagens metodológicas buscam ampliar os horizontes da pesquisa geográfica, incorporando elementos do mundo não humano e multissensorial, além de promover um engajamento crítico e político em diversos contextos. Ao mesmo tempo, elas desafiam as convenções normativas das ciências sociais e buscam novas formas de produção de conhecimento que reflitam a diversidade e complexidade do mundo contemporâneo.

É importante considerar que as histórias contadas e as perspectivas podem ter impactos políticos e sociais importantes. Autores, poetas, profissionais e acadêmicos precisam ter cuidado com os tipos de histórias contadas, localizando essas histórias para evitar a experiência universalizante e garantir que as narrativas reflitam a diversidade e complexidade do mundo real.

Ao mesmo tempo, é fundamental considerar as posições relativamente privilegiadas dos pesquisadores e a localização do conhecimento produzido. Isso inclui uma reflexão sobre a origem do conhecimento e a forma como essas narrativas podem impactar diferentes grupos e comunidades. Ao incorporar essas perspectivas, as metodologias criativas podem contribuir para uma pesquisa mais inclusiva e relevante, que reflita a diversidade e complexidade do mundo contemporâneo.

Conclusão

Em geral, embora reconheçamos a amplitude da geografia pós-humanista, sempre há temas e estudos que não se enquadram em nenhuma tipologia. Notavelmente, um pequeno e importante corpo de trabalho assumiu uma lente pós-humana como transitória e assustadora, presente em eventos intercorpóreos e encontros entre corpos e espaços. Por exemplo, uma exploração dos espaços de intimidação mediados digitalmente que estende a espacialidade dos encontros íntimos por meio da inscrição de uma extensão de outros não humanos.

Em termos de identidade, é claro que nem todos os estudiosos referenciados se identificam como pós-humanistas ou consideram seu trabalho como pós-humanista. Mesmo para aqueles que confirmam claramente o pós-humanismo em seu trabalho, há argumentos persuasivos e convenientes por alternativas que são consideradas mais inclusivas e não tão radicais. Essas alternativas incluem a geografia mais que humana, mais-que-representacional, (geo)grafia da crítica fronteiriça e outras que enfatizam processos e resultados, como geografias envolvidas.

Essas abordagens buscam ampliar os horizontes da pesquisa geográfica, incorporando elementos do mundo não humano e multissensorial, além de promover

um engajamento crítico e político em diversos contextos. Ao mesmo tempo, elas desafiam as convenções normativas das ciências sociais e buscam novas formas de produção de conhecimento que reflitam a diversidade e complexidade do mundo contemporâneo.

É importante considerar que a identidade e a classificação dos estudos e pesquisadores podem ser fluidas e multifacetadas. Alguns pesquisadores se identificam com mais de uma abordagem ou preferem termos alternativos que possam refletir melhor suas perspectivas e metodologias. Ao mesmo tempo, é fundamental manter um diálogo aberto e inclusivo sobre as diferentes abordagens e suas implicações políticas e sociais.

Questões pós-humanas têm o poder de influenciar as pessoas tanto fisicamente quanto psicologicamente, podendo estimulá-las, atrair sua atenção e envolvê-las, mas também podem causar interferências, silenciamento, impedimentos, repulsão e exclusão. A falta de dedicação a esse tema na pesquisa pode resultar em estudos inconclusivos.

Refletir sobre o lugar, mudanças políticas e desafios mais amplos podem levar à exploração da vida pós-humana e como ela se relaciona com conjuntos diversos que vão além do humano, como a automação algorítmica, culturas digitais e avanços tecnológicos, incluindo biotecnologias. Além disso, é importante considerar as forças afetivas e texturas sintéticas que atraem os indivíduos e como essa exposição impacta suas experiências e comportamentos reais.

A atenção ao pós-humanismo no ensino de geografia em níveis de graduação e pós-graduação é crucial. Integrar esse conceito ao currículo e explorar técnicas específicas de sala de aula e campo pode enriquecer a experiência educacional, permitindo aos estudantes desenvolver uma perspectiva pós-humanista abrangente e rigorosa. Ao analisar as "geografias da geografia" em escala global, levando em consideração a descentralização do conhecimento e avanços teóricos mais profundos, é possível ampliar o entendimento sobre o tema.

Por fim, embora os pós-humanistas abordem economias e sociedades, muitas vezes não se baseiam em dados da vida real ou exemplos históricos e culturais, o que pode limitar o desenvolvimento de novas ideias para moldar o futuro do nosso ambiente vivido e produzido. Surge então a questão: Quando será a transição para o próximo paradigma de civilização? Como será essa transição?

Referências

- ANDERSON, K. Mind Over Matter? On Decentering the Human in Human **Geography Cultural Geographies**, 21(1), 2014. p. 3 - 18. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1474474013513409>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- ANDREWS G. J. **Non-representational Theory and Health: The Health in Life in Space-Time Revealing**. London: Routledge, 2018.
- BLUE, G.; ROCK, M. Trans-Biopolítica: Complexidade em relações interespecies. **Saúde** 15(4), 2011. 353-368. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1363459310376299>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- CASTREE, N.; NASH, C. Geografias pós-humanas. **Geografia Social e Cultural**, vol. 7, n°. 4. 2006, p. 501 - 505. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14649360600825620>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- COCKAYNE, D. et. al. Entre ontologia e representação: localizando a diferença-em-si' de Gilles Deleuze no e para o pensamento geográfico. **Progress in Human Geography**, 41(5). 2017. p. 58 - 99.
- DORRIES, H.; RUDDICK, S. Entre conceito e contexto: lendo Gilles Deleuze e Leanne Simpson em suas in/comensurabilidades. **Geografias Culturais** 25, n° 4, 2018. p. 619 - 635. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1474474018778576>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- FOUCAULT, M. **A ordem das coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. Nova York: Livros Vintage. 1970.
- GINN, F. "Posthumanism." **In The International Encyclopaedia of Geography**, edited by D. Richardson, N. Castree, M. Goodchild, A. Kobayashi, W. Liu, and D. Martson, 1-9. Chichester: John Wiley & Sons. 2017.
- HALL, E.; WILTON, R. Para uma geografia relacional da incapacidade. **Progress in Human Geography** 41(6). 2016. p. 727 - 744. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0309132516659705>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- HOOGEVEEN, D. Fish hood: Avaliação ambiental, estudos indígenas críticos e pós-humanismo em Fish Lake (Teztan Biny), Território de Tsilhqot'in. Meio Ambiente e Plano-ning. **Sociedade e Espaço** 34(2). 2016. p. 355 - 370. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0263775815615123>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- KRENAK, A. A. L. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, A. A. L. **Lugares de Origem**. Com Yussef Campos. Editora Jandaíra, 2021.
- MACLURE, M. "Classificação ou maravilha? codificação Como um analíticoprática em pesquisa qualitativa". **Deleuze e Metodologias de Pesquisa**, eds B. Coleman e J. Ringrose (Edimburgo: Edinburgh University Press), 2013. P. 164 - 183.
- MATHEWS, V. 2018. Reconfiguring the breastfeeding body in urban public spaces. **Social & Cultural Geography** 20(9). 2018. 1266 - 1284. Disponibilidade em: <https://doi.org/10.1080/14649365.2018.1433867>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- NOLASCO, E. C. Paisagens Descoloniais. **Revista Visuais**, v. 6, p. 244-283, 2020.
- NOLASCO, E. C. **Paisagens Biográficas**. 1. Ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

STEPHENS, L. et. al. Deficiência e Deleuze: Uma exploração do devir e corporificação em ambientes cotidianos das crianças. **Corpo e Sociedade**. 21(2). 2015. p. 194 - 220. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1357034X14541155>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SUNDBERG, J. Decolonizing Posthumanist Geographies. **Cultural Geographies**, 21(1), 2014. p. 33 - 47. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1474474013486067>. Acesso em: 22 jun. 2022.

TSING, A. L. **The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins**. Princeton: Princeton University Press. 2015.

VANNINI, P.; VANNINI, A. Sintonizando-se com ambientes selvagens: Reflexões sobre a selvageria como sentimento. **Emoção, Espaço e Sociedade**, v. 36, p. 1-8, 2020.

Editora CLAE

2024